

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
FACULDADE SERRA DA MESA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO**

CHRISTIANE MARQUES MOISÉS CARDOSO

**A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO: práticas socioespaciais de jovens no
centro de Goiânia**

**GOIÂNIA
2023**

CHRISTIANE MARQUES MOISÉS CARDOSO

A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO: práticas socioespaciais de jovens no
centro de Goiânia

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Dra. Cláudia Valente Cavalcante

GOIÂNIA

2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

C268c Cardoso, Christiane Marques Moisés
A cidade como espaço formativo : práticas socioespaciais
de jovens no centro de Goiânia / Christiane Marques
Moisés Cardoso. -- 2023.
139 f. : il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 123-130.

1. Jovens - Goiânia (GO). 2. Espaços públicos - Goiânia
(GO). 3. Lugares centrais (Cidades e vilas) - Goiânia
(GO). 4. Educação. 5. Capitalismo. I. Cavalcante, Cláudia
Valente. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Educação - 28/02/2023.
III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.06(043)
911.375.631(043)



Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa - IPEP
Coordenação de Pós-Graduação - Centro Social - CPDS
Centro de Formação de Professores e Humanidades - CFPH

A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE JOVENS NO CENTRO DE GOIÂNIA

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 28 de fevereiro de 2023.

CHRISTIANE MARQUES MOISÉS CARDOSO

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás (Presidente)

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC Goiás

Profa. Dra. Adriane Camilo Costa / PUC Goiás

Profa. Dra. Maria Aurora Neta / UEG

Prof. Dr. Beáulio Vinícius Ferreira / UFG

Prof. Dr. Renato Barros de Almeida / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Rezende Bruno Avelar / UEG (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Vivemos nesses anos de doutorado momentos impensáveis, surreais, essa tese foi desenvolvida em meio a uma pandemia, o medo, a insegurança o distanciamento social me fez rever a importância de muitas coisas, mas duas permaneceram e se consolidaram mais do que nunca como um bem indispensável para a lucidez e a sobrevivência humana: sem saúde, nada se conquista., mas sem família, não há conquista que valha a pena. Para a concretização deste trabalho, tenho muito a quem agradecer. Todos e todas de igual importância.

Aos meus filhos, Luísa, meu anjo, Helena e Fernando por doar-me todo significado em meu viver, a meu esposo Hélivio, que sempre me incentivou e apoiou em todas as minhas escolhas. À minha mãe, presença amorosa constante e incansável, por olhar panorâmico, por acreditar sem precisar entender. A meu pai, o amor que me deu foi tanto que até hoje me preenche. A meus irmãos, Jorge e Rodrigo, pela torcida diante das conquistas na minha vida acadêmica. Minhas cunhadas, Juliana, Geovana, que deram os melhores sobrinhos: Mateus, Mari, Marcos, Bia e Carol (Migles), tudo com eles fica mais divertido.

Aos meus sogros, Divina e Hélivio. Dona Divina, a sua trajetória é inspiradora. À minhas amigas, firmes, as mais antigas e recentes, pelos memes, risadas e encontros que revigoram _ Gabi, Flavoca, Juba, Buiu, Uli, Katia Paiva, Lu, Sá Karina, Mayra, Alê, Dri, Cafer, Bia, Carol as da “arquitetura”: Morgana, Kelly, Tati, Silvana, Ivana. Aos amigos de trabalho que conduziram muito bem as demandas da Fasem e Elo em minhas ausências.

Agradeço muito e de coração à Professora Cláudia, pela sua firmeza conduzida com carinho e cuidado e principalmente por não ter desistido de mim em meio as minhas confusões e desesperos. Foi o que me manteve no caminho e o que me fez chegar até aqui.

Agradecer acima de tudo a Deus pelas bênçãos e por iluminar a minha caminhada a todo instante.

À Tati, Tatiana Azevedo da Cunha Lima ♥, minha amiga querida. Ainda sem acreditar que você nos deixou tão cedo. Sei que comemoraria comigo essa conquista. Aos meus filhos, Luísa ♥, Helena e Fernando, tudo por vocês. Meu marido, Hέλvinho, e meus pais, Jorge ♥ e Cleusa.

RESUMO

Esta tese, desenvolvida para defesa no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Doutorado Interinstitucional, Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura, tem como objetivo compreender a cidade enquanto espaço formativo de jovens entre 14 a 29 anos, a partir da relação desses com os espaços do Centro da cidade e como a experiência cotidiana na região central pode contribuir na formação desses jovens. E tem como questão: como e quais os processos formativos são apreendidos por jovens que se apropriam de diferentes espaços do Centro da cidade de Goiânia? E tem como pressuposto que a cidade pode contribuir para o processo formativo dos jovens por meio de sociabilidades e apropriações de espaços públicos e privados sendo constituintes e constituídos. O estudo aborda os espaços de convivência juvenil no núcleo Inicial de Goiânia (Centro). A cidade, ao longo de sua história, vive transformações que culminam na cidade fruto da produção capitalista. Neste contexto, passa a ser tratada como mercadoria e as consequências são a homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Nesta conjuntura, autor como Henri Lefebvre (1971; 1972; 1986; 1991; 2006; 200) propõe estratégias nas disputas pela conquista e exercício do direito à cidade ao proclamá-la não como mercadoria, mas também como obra, lugar de encontros e da “festa”, da reunião e trocas de experiências; já Paulo Freire (1987; 2014; 2017) apresenta princípios que se adequam a uma ideia da cidade como espaço formativo, ao colocar o sujeito como ser atuante que é transformado pela cidade, mas que também transforma. Como procedimento metodológico, foram aplicados questionários e a realização de entrevista com jovens que frequentam o Centro. Os resultados apontam que, ao viver experiências no Centro de Goiânia, as práticas vivenciadas possibilitam a produção de processos formativos, políticos, culturais e de afeto, ao perceberem a cidade como espaço de diversidade, de liberdade, de arte e lembranças.

Palavras-chave: Cidade; Educação; Jovens; Cidade capitalista; Direito à cidade.

ABSTRACT

This thesis, developed to defend the Thesis of the Stricto Sensu Graduate Program in Education – Interinstitutional Doctorate, Line of Research: Education, Society and Culture, has the goal to understand the city as a formative space for young people from the relationship between young people, between 14 and 29 years old, with spaces downtown and how the daily experience in the centre of the city can contribute to the formation of these young people. And it is assumed that the city can contribute to the formative process of young people through sociabilities and the appropriation of public and private spaces, being constituents and constituted. The study addresses the youth coexistence in spaces in the Initial nucleus of Goiânia (Center). The city, throughout its history, undergoes transformations that culminate in the city itself as a result of capitalist production, in this context, it is treated as a merchandise and the consequences are the homogenization, fragmentation and hierarchization of its space. In this context, authors such as Henri Lefebvre (1991, 1999) propose strategies in disputes for the conquest and exercise of the right to the city by proclaiming the city not as a merchandise, but also as a construction, a place for meetings and for “partying”, gathering and exchanges of experiences; Paulo Freire, (2014) presents principles that suit an idea of the city as an educational space by placing the subject as an active being who is transformed by the city, but who also transforms. As a methodological procedure, questionnaires were applied and interviews were carried out with young people aged between 14 and 29 who frequent the city centre. The results indicate that when living experiences in downtown Goiânia, the practices experienced allow the production of political, cultural and affection formative processes when they perceive the city as a space of diversity, freedom, art, and memories.

Keywords: City; Education; Young people; Capitalist city; Right to the city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bairros pobres de Londres. Litogravura de Gustave Doré de 1872.....	26
Figura 2 – O Fenômeno Urbano segundo Lefebvre.....	34
Figura 3 – Segregação Socio espacial em São Paulo.....	41
Figura 4 – Plano Original do Núcleo Inicial de Goiânia proposto por Atílio Correa Lima.....	59
Figura 5 – Plano definitivo do Núcleo Inicial de Goiânia proposto por Armando de Godoy.....	59
Figura 6 – Edifício do Núcleo Inicial de Goiânia.....	61
Figura 7 – Perímetro da área estudada.....	67
Figura 8 – Comício por eleições diretas em Goiânia, na praça Cívica, em 15 de junho de 1983.....	69
Figura 9 – Feira Hippie, na década de 1970, ao fundo o artista plástico Antônio Poteiro.....	69
Figura 10 – Passeio de bicicleta entre pai e filho durante a pandemia.....	70
Figura 11 – Imagem de 2019 durante uma apresentação do Grande Hotel vive o Choro.....	71
Figura 12 – Beco dos esportes.....	71
Figura 13 – Beco da Rua do Lazer.....	72
Figura 14 – Rua do Lazer.....	73
Figura 15 – Feira de Vinil.....	74
Figura 16 – Exposições.....	74
Figura 17 – Mostra Cultural.....	75
Figura 18 – Agenda Cultural Zé Latinha.....	75
Figura 19 – Beco da Codorna.....	77
Figura 20 – Pista de Skate.....	78
Figura 21 – Encontro de Brechós.....	79
Figura 22 – Localização da moradia dos Jovens que responderam ao questionário..	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Concepção de cidade (escolher até três alternativas).....	82
Tabela 2 – Motivos de frequentar o Centro de Goiânia (escolher até três alternativas).....	84
Tabela 3 – Patrimônio histórico cultural de Goiânia que mais representa a cidade.....	86
Tabela 4 – O que aprendem na cidade (escolher até três alternativas).....	90
Tabela 5 – Compreensão do conceito de Patrimônio Cultural (escolher até três alternativas).....	90
Tabela 6 – Reações que o Centro provocam	91
Tabela 7 – O que mais remete ao Centro.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES	21
1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: de suas origens à cidade na perspectiva capitalista.....	21
1.2 A CIDADE E O URBANO.....	29
1.3 O ESPAÇO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES DE OCUPAÇÃO – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL.....	38
1.4 O DIREITO À CIDADE E AO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	42
2 A CIDADE DE GOIÂNIA: o centro como espaço formativo	47
2.1 A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO – A EDUCAÇÃO PELA CIDADE....	47
2.2 A CIDADE COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO NO PROCESSO FORMATIVO DO SUJEITO.....	52
2.3. O CENTRO E CENTRALIDADE, SEU ABANDONO E RECONHECIMENTO....	55
2.4 O CENTRO DE GOIÂNIA.....	58
3 OS JOVENS E A CIDADE	64
3.1. JOVENS E AS PRÁTICAS NA CIDADE: MOBILIDADE SÓCIO ESPACIAL.....	66
3.2 PERFIL DOS JOVENS RESPONDENTES DA PESQUISA.....	79
4 JOVENS E O CENTRO DA CIDADE: ESPAÇOS E PROCESSOS FORMATIVOS	Er
ro! Indicador não definido.	
4.1 JOVENS E A CONCEPÇÃO SOBRE O CENTRO.....	94
4.2 JOVENS E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	100
4.3 JOVENS E O CENTRO COMO ESPAÇO DE DIVERSIDADE.....	105
4.4 JOVENS E A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO.....	108
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	123
ANEXO 1 – TCLE – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	123
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO	126
ANEXO 3 – ROTEIRO DA ENTREVISTA	131

INTRODUÇÃO

Esta tese decorre de reflexões da cidade como espaço educativo. Como arquiteta e educadora compreendo que na cidade, em seus múltiplos espaços sociais, são constituídas experiências educativas que contribuem no processo formativo e na educação (positivamente ou não) daqueles que ali vivem. Como pesquisadora da cidade, em minha dissertação de mestrado “O processo de expansão e os agentes que dominam o mercado do solo urbano em Goiânia” (2006) a concepção da cidade como mercado me chamou a atenção e me despertou para o conceito de direito à cidade. Como educadora, tanto na gestão quanto em sala de aula, ao conviver com jovens no ensino médio e graduação, elaborei visitas técnicas com caminhadas influenciada pela autora Jane Jacobs (1916-2006), essa é uma prática que existe em várias cidades no mundo, a “Jane’s Walk”, com a intenção de conhecer os espaços públicos, as ruas, promover encontros, observar as pessoas, edifícios e, posteriormente, debater a relação dos estudantes com a cidade.

Moradora de Goiânia até a idade adulta, vivenciei o processo de transformação que a cidade passou. Vivi as ruas do Centro, o comércio, o lazer, os laços familiares e vi esse Centro, aos poucos, perder muito de sua importância. Percebi também como esse processo evolutivo influencia o modo de viver, pensar e agir de seus habitantes, colaborando diretamente na formação do sujeito que vivencia ali suas experiências cotidianas.

As cidades, em especial cidades latinas como Goiânia, sofreram profundas transformações decorrentes do modo de produção capitalista, quando seu valor até então de uso passa a ser de troca, ou seja, a cidade passa a ser um produto, uma mercadoria. A expansão, nesse modelo de cidade, cria espaços de segregação socioespacial que caracteriza a cidade contemporânea como forma da desigualdade social. Enquanto as periferias crescem extensivamente, o Centro das cidades sofre significativa desvalorização e esvaziamento, com o deslocamento das elites para novos espaços de distinção. Também é característica desse modelo orientar e definir todos os momentos da vida de seus cidadãos em busca da homogeneização da sociedade.

Diversos autores criticam e apresentam formas de contestação dessa cidade. Lefebvre (2006) diz que a cidade não é apenas o lugar do trabalho, mas também é o

lugar de encontros e da “festa”, da reunião e trocas de experiências; já Paulo Freire, (2014) apresenta princípios que se adequam a uma ideia da cidade como espaço educador e de processos formativos mediados por outros agentes. É vivendo a cidade e suas contradições que é possível a leitura de mundo, que para o autor, antecede a leitura da palavra. É no espaço vivido que o sujeito toma consciência de sua realidade e pode se tornar agente transformador.

Nesta perspectiva, a tese procura compreender a educação para além da sala de aula e das instituições, como processo contínuo de vivência. Assim, a cidade, com suas diferenças, realidade e encontros, contribui diretamente na formação do sujeito que nela vive. Os sujeitos da pesquisa são jovens moradores da cidade, entre 14 e 29 anos, que frequentam o Centro de Goiânia.

O objetivo geral é compreender a cidade enquanto espaço formativo a partir da relação dos jovens com os espaços do Centro da cidade e como a experiência cotidiana na região central pode contribuir com sua formação. Os Objetivos específicos são: apreender os conceitos da cidade, urbano e território, como espaços de relação e pertencimento; apreender os conceitos de educação e sua relação com a cidade e investigar as práticas socioespaciais na cidade por jovens que vivenciam o seu Centro. E tem como questão: como e quais os processos formativos são apreendidos por jovens que se apropriam de diferentes espaços do Centro da cidade de Goiânia? E tem como pressuposto que a cidade pode contribuir para o processo formativo dos jovens por meio de sociabilidades e apropriações de espaços públicos e privados sendo constituintes e constituídos.

A construção do Objeto

Diante do reconhecimento da cidade enquanto matriz formadora, elegemos o Centro de Goiânia como o espaço da pesquisa. O núcleo inicial das cidades vivenciou significativas transformações. Em Goiânia, no lugar mais valorizado em décadas passadas, onde a elite da cidade morava, o comércio era pujante e sofreu com sua desvalorização gerada pelo capital. Novas centralidades surgiram e contribuíram para o deslocamento dos moradores mais antigos, dos equipamentos de lazer e serviços públicos, e os *shoppings* passaram a abrigar e atrair o comércio com mais comodidade.

Conceitos como deterioração e degradação¹ urbana são atribuídos ao Centro. Nesse contexto, surgem políticas de enfrentamento desse processo, não só pela importância histórica e cultural do local, mas também pela infraestrutura que o Centro oferece. Dessa forma, acontecem intervenções como as revitalizações, reabilitações e requalificações em áreas centrais². No início do programa era essa a curiosidade que nos movia. Essas intervenções poderiam ir além da recuperação de edifícios? Poderiam colaborar na formação dos sujeitos? Ao relacionar cidade e educação partimos também para a investigação sobre o tema “Cidade Educadora”.

Partimos para a realização do ‘Estado do conhecimento’ e levantamos as produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, plataforma online na qual é possível consultar todos os trabalhos defendidos na pós-graduação brasileira, ano a ano, e para a seleção dos trabalhos, utilizamos os descritores (Regeneração Urbana; Cidade Educadora; Espaço Urbano; Centro Urbano; Revitalização Urbana e Centro Urbano). Delimitamos a área de estudo (Educação, Arquitetura e Urbanismo) e o recorte temporário de 2009 a 2019 como demonstra o Quadro 1:

Quadro 1: Total de teses e dissertações encontradas

DESCRITORES	EDUCAÇÃO/ARQ		OBSERVAÇÕES: FILTRO EDUCAÇÃO
	TESE	DISSERTAÇÃO	
REGENERAÇÃO URBANA	3	5	Nenhum na área de educação
CIDADE EDUCADORA	7	21	6 doutorados em Educação, 18 mestrados
ESPAÇO URBANO	219	779	19 mestrados, 5 doutorados
CENTRO URBANO	46	13	10 mestrados e 6 doutorados
REVITALIZAÇÃO URBANA	4	18	0 doutorado 2 mestrados
INTERVENÇÃO URBANA	18	49	0 dourado e 4 mestrados

Fonte: a autora, 2023.

Um fato nos chamou a atenção: a pouca produção do tema no campo da educação. O próximo passo foi fazer a aproximação da temática. Para isso selecionamos os trabalhos e analisamos quais os títulos se aproximavam do nosso

¹ “Os conceitos de deterioração e degradação urbana estão frequentemente relacionados à perda de sua função, ao dano [...] a referência aos espaços degradados acontece quando além das estruturas físicas, verifica-se a mesma reverberação da mesma situação nos grupos sociais (VARGAS; DE CASTILHO, 2015, p. 4).

² Para melhor compreender cada termo da nomenclatura de projetos de intervenção voltados para a preservação do ambiente construído sugerimos o texto “Terminologias em busca de uma identidade” (DE VASCONCELLOS, DE MELLO; 2003).

objeto, foram selecionados nessa etapa 28 trabalhos. Partimos então para a análise dos resumos dos 28 trabalhos selecionados. Finalmente, a partir da análise das publicações, foram então mapeados sete trabalhos, desses apenas duas eram teses de doutorado.

A análise destas produções apresentou uma grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, ainda que de caráter preliminar, visto que ela se deu por meio dos títulos, resumos, introdução e sumário, entretanto, possibilitaram traçar algumas considerações sobre como vem se constituindo o campo das pesquisas da cidade como um espaço de educação. Para conclusão, dividimos em dois grupos por campo: Educação e Arquitetura e Urbanismo.

No primeiro grupo, relacionado ao campo da Educação encontramos quatro trabalhos, sendo três dissertações e uma tese. As três dissertações tratam do espaço urbano, mas nenhuma em área central. A tese aponta para a educação patrimonial, mas não analisa projetos de intervenção urbana, a rua, o espaço público como possibilidade de formação do sujeito

O segundo grupo de trabalhos está associado aos campos da Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano, e contribui para a aproximação ao objeto de pesquisa, vinculado à intervenção urbana e suas consequências no Centro histórico e na cidade. Como esperado, muitas pesquisas trabalham com objetos relacionados direta ou indiretamente com 'revitalização urbana', 'requalificação urbana', entretanto, até o presente, não foram localizadas produções com o mesmo viés de nossa proposta de pesquisa, ou seja, relacioná-las ao processo de formação do sujeito. Constatamos que as intervenções em áreas centrais e seu potencial educativo não é um tema explorado, revelando assim sua relevância acadêmica.

O lugar da pesquisa e a seleção dos sujeitos

Goiânia é uma cidade jovem, criada em um contexto de disputa política, planejada baseada em ideias progressistas para a época com a clara intenção de ruptura com a antiga capital, é também a cidade que nasci e cresci, que vi se transformar e que sempre me despertou, talvez pelas observações cotidianas, curiosidade acadêmica, tanto que foi meu objeto também na dissertação de mestrado.

Vivi no Centro de Goiânia minha infância, adolescência e parte da vida adulta, retorno por vezes para comer uma pizza tradicional e frequentemente para compras

específicas no mercado, seja o fubá de canjica que não se encontra em supermercados tradicionais, arrumar o cabo da panela que quebrou ou a empada inigualável. Vivi os domingos e meus primeiros carnavais no Jóquei Clube e hoje o vejo abandonado, comprei com minha mãe aviamentos, sapatos, disco de vinil na agitada Rua 4, em lojas que hoje estão fechadas. Na Anhanguera eram as visitas ao médico, ao dentista, que hoje estão em edifícios comerciais em outros bairros. Neste sentido, percebemos que o Centro de Goiânia também sofre o processo de esvaziamento e degradação.

Percebemos, contudo, nestas caminhadas e em publicações em redes sociais e jornais de grande circulação, um esforço para uma reapropriação, não com as requalificações, mas de jovens empreendedores (brechós, antiquários, restaurantes), coletivos culturais (Muquifu, feiras), apropriações (Beco da Codorna) e projetos culturais (Cora Coralina, Chorinho no Grande Hotel). É notória a presença de jovens nesses espaços, ou seja, adotado nesse trabalho o critério da faixa etária entre 14 e 29 anos, embora essa definição não seja consenso, podendo variar de acordo com o contexto cultural, social e histórico.

A juventude, por sua vez, é uma fase da vida marcada por mudanças físicas, psicológicas, sociais e emocionais. Conforme Cavalcanti (2012, p. 115), ao se referir à juventude, “esses sujeitos sociais vivem seu dia a dia na busca de identificação, baseados em sentimentos de pertencimentos e de afeto nos grupos dos quais participam e na constituição de redes em suas práticas cotidianas”. E de acordo com Dayrell (2014), é um período em que o sujeito manifesta a “necessidade de menos proteção por parte da família e começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural”, ou seja, uma fase em que buscam novas experiências e identidade pessoal e social, se expressando, muitas vezes, diferente do que a sociedade delimita.

Ao procurar novas vivências, ressignificam espaços favorecendo a sociabilidade, trocas de experiências e interatividade. Enquanto vivem e relacionam-se, os jovens edificam experiências sociais coletivas que são expostas através de estilos de vida distintos, entendidos como culturas juvenis, ou seja, produzida e vivida em contextos específicos, que incluem tanto os espaços físicos em que os jovens se encontram (como as ruas, as praças, as escolas, os centros culturais, entre outros)

quanto em outros espaços como as redes sociais virtuais, e em coletivos de as músicas, as artes, de jogos, entre outros.

Desta forma selecionamos o lugar e os sujeitos da pesquisa: o Centro da cidade de Goiânia e jovens entre 14 e 29 anos que frequentam esse espaço.

Metodologia e Aplicação dos questionários e entrevistas

Para identificar os processos educativos, políticos e culturais apreendidos e ressignificados por jovens que ocupam o Centro de Goiânia, o presente estudo sustenta-se metodologicamente em pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Entendemos a pesquisa bibliográfica como o desenvolvimento de uma investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo. A pesquisa bibliográfica tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Para Gil:

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

Para alcançar nosso objetivo realizamos uma pesquisa de campo com jovens frequentadores, moradores e/ou trabalhadores do Centro de Goiânia, ou seja, que mantêm uma relação diária ou eventual com a área estudada, para isso, utilizamos dois tipos de instrumentos para a coleta de dados: questionário e entrevista. Em um primeiro momento, aplicamos um questionário semiestruturado com o objetivo de traçar o perfil do jovem, bem como suas práticas de apropriação do Centro de Goiânia, nesta fase, 27 aderiram à pesquisa. Os objetivos da pesquisa foram explicados para os potenciais jovens da pesquisa, para os que aceitaram participar apresentamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE (anexo 1) e o questionário online (anexo 2).

Após a tabulação dos dados do questionário, oito jovens que responderam ao questionário foram selecionados, através da análise de suas respostas, para a entrevista aprofundada. A entrevista é a interação social entre o pesquisador e a

pessoa entrevistada, seguindo um rigor metodológico. É realizada para compreender algum fenômeno. Gil (2002, p. 45), conceitua pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos [...] ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento.

Os critérios de inclusão dos participantes da entrevista foram: a) interesse e disponibilidade em participar da entrevista; b) cinco jovens do sexo feminino; c) cinco jovens do sexo masculino; d) ser morador (a), trabalhador (a) ou frequentador (a) assíduo do Centro; e) ter respondido todo o questionário. Serão critérios de exclusão: a) estar fora da faixa etária entre 14 e 29 anos. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro e de forma individual, nas modalidades presencial e/ou virtual com datas e horários agendados de acordo com a conveniência dos participantes, sendo o agendamento feito por intermédio de contato telefônico ou pessoal prévio à entrevista. As entrevistas virtuais foram efetuadas por meio das seguintes plataformas: Google Meet, Zoom ou WhatsApp. Após a gravação, foram transcritas para categorização e análise.

A organização e a apresentação da discussão

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos entender como as cidades se formaram e se transformaram em sua história, todas essas transfigurações e experiências ocorridas no cotidiano contribuíram para a formação do sujeito. Em especial as especificidades desse processo de transformação que culminaram na cidade capitalista, excludente e segregada. Para compreensão do processo de transformação que culminaram na cidade capitalista, dois conceitos são importantes para o entendimento do trabalho: a cidade e o urbanismo. Para se caracterizar como uma cidade precisamos da aglomeração, do sedentarismo, do mercado e da gestão pública, porém as cidades são diferentes, vivem em transformação, são fenômenos distintos e complexos que

encontramos nos mais variados contextos históricos e geográficos, e diante disso, cada cidade pode ser escrita e lida por quem vive experiências nela.

Já o sobre o conceito de urbano, segundo Castells (1983), essa característica só pode ser dada às cidades ou áreas que vivenciaram o processo de urbanização fruto da Revolução Industrial, que estabeleceu o capitalismo e resultou na criação e na difusão de um sistema de valores próprios, alterando, de maneira significativa, não só a paisagem, mas também o modo de viver nas cidades. Apoiando-nos no pensamento de Lefebvre, compreendemos que, se em um primeiro momento a indústria provocou um processo de urbanização, posteriormente a urbanização se torna indutora das transformações sociais, para o autor a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p. 65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2006, p. 56) ao passo que o urbano é “a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p. 159).

A partir de mudanças nas formas das cidades e na vida que se delineia com essas transformações, a vida cotidiana, e conseqüentemente as pessoas que vivem nas cidades, são transformadas. Ao viver a cidade, as ruas, sua história de contradições e hegemonia, ao experienciar as injustiças produzidas, o sujeito reivindica o direito a uma cidade mais justa, que volte a primar pelo seu valor de uso e não mais pelo seu valor de troca. É nesse contexto que surge o conceito de direito à cidade, oriundo da obra com o mesmo título escrita em 1968 por Henri Lefebvre (1901-1991), que pensa a justiça social no espaço urbano como um direito. Isso significa, entre outras coisas, a alteração no horizonte de emancipação e alienação do sujeito que ali vive.

Continuamos a pesquisa articulando no segundo capítulo os conceitos de educação, cidade e educação na cidade. A educação que não se restringe à escola, podendo ocorrer em vários momentos da vida cotidiana, bem como em diferentes locais da cidade. Apresentamos então o conceito de “cidade educadora”, desenvolvido na década de 1990, e também sobre outras formas de se aprender na cidade, de maneira informal, apoiando-nos no pensamento de Paulo Freire quando afirma que a vivência na cidade, mediada, produz uma leitura crítica de mundo, capaz de identificar as diferenças produzidas pela sociedade. Fazemos um paralelo com as reflexões de Lefebvre, segundo o qual a vivência na cidade e a constatação das diferenças possibilitam a implementação de mudanças na realidade, uma possível ‘revolução urbana’. A partir dessa supracitada apropriação da cidade, empreendida por grupos

distintos – os quais, naturalmente, possuem percepções diferentes de seu entorno –, os valores são gerados. A fim de se identificar os diferentes valores que a cidade pode produzir no sujeito, a principal referência de nossa pesquisa é a categorização feita por Ulpiano Meneses (2009).

Apresentamos então o histórico do Centro de Goiânia, local escolhido para a pesquisa. Definimos o Centro de Goiânia por se tratar de um espaço de referências históricas e culturais e por viver períodos que refletem a lógica capitalista da cidade, com momentos de criação (criação da cidade), apogeu (local de moradia das elites, comércio e negócios) e decadência (desvalorização, deslocamento dos moradores para outros bairros, surgimento de novas centralidades).

No terceiro capítulo discutimos o conceito de juventude e sua relação com a cidade, os espaços de produção de cultura e sociabilidade produzidos por esse grupo no Centro histórico de Goiânia e no seu entorno imediato. Procuramos, através da aplicação de um questionário, identificar a mobilidade espacial desse grupo no Centro e o perfil da juventude que ali frequenta.

Finalmente, no quarto capítulo apresentamos os resultados das entrevistas feitas com jovens que frequentam o Centro de Goiânia, a relação deles com o espaço e os processos formativos.

I A FORMAÇÃO DAS CIDADES E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo iremos apresentar como as cidades se formaram e se transformaram em sua história, e como todas essas transfigurações e experiências ocorridas no cotidiano podem contribuir para a formação do sujeito.

São analisadas as especificidades deste processo de transformação que culminaram na cidade capitalista, excludente e segregada. Para a compreensão de todo o processo, apresentamos dois conceitos importantes para o entendimento do trabalho: a cidade e o urbanismo. Apoiando-nos no pensamento de Lefebvre, compreendemos que, se em um primeiro momento a indústria provocou um processo de urbanização, posteriormente a urbanização se torna indutora das transformações sociais.

A partir de mudanças nas formas das cidades e na vida que se delineia com essas transformações, a vida cotidiana, e conseqüentemente as pessoas que vivem nas cidades, são transformadas. Ao viver a cidade, as ruas, sua história de contradições e hegemonia, ao experienciar as injustiças produzidas, o sujeito reivindica o direito a uma cidade mais justa, que volte a ter primazia pelo seu valor de uso e não mais pelo seu valor de troca.

1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DE SUAS ORIGENS À CIDADE NA PERSPECTIVA CAPITALISTA

O processo de formação do espaço urbano – ou seja, a produção e a apropriação da cidade pelos homens, com suas diferentes funções – tem sido estudado através de diversas correntes de pensamento. A temática interessa a diferentes áreas de pesquisa: sociologia, economia, antropologia, educação, urbanismo, entre outras.

A origem das cidades é tema de estudo desde a antiguidade e está vinculada à evolução humana: de nômades à fixação em locais específicos. Quando nômade, o homem vivia voltado para a caça, a pesca, recolhendo alimentos da própria natureza, até que, em certo período, sentiu a necessidade de se fixar em um local em busca de subsistência, segurança, convivência e troca dos excedentes.

Para a agricultura de subsistência se efetivar, era fundamental a geografia do lugar. Para o surgimento da aldeia, era necessário que houvesse um solo fértil tendo em vista a produção agrícola. Sendo assim, esses agrupamentos surgiram em vales, próximos a rios, pois, além desses terrenos serem produtivos, eles favoreciam o transporte. No início dessa relação, o homem procurava reconhecer os fenômenos da natureza para plantar e colher, proporcionando o desenvolvimento da agricultura. Dessa forma, no período Neolítico ocorre a revolução agrícola, propiciando, além do suficiente para a subsistência, a produção do excedente, fator que favorece o surgimento das cidades (MUMFORD, 1998).

Segundo Rolnik (2012, p. 08), as cidades surgem com a sedentarização do homem, e o seu “aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território”. Desta forma, a partir dessa relação, e após dominar técnicas agrícolas para produção de excedentes, parte da população poderia se dedicar a outras atividades além da subsistência, como o comércio e o artesanato.

Na relação homem/natureza, na tentativa de dominar as forças da natureza para a produção agrícola, mesmo com a evolução de técnicas, o homem continua dependente das estações e dos ciclos naturais no campo agrícola – questão relevante ainda na atualidade. Essa relação se mostra mais favorável ao ser humano quando surge a cidade. Nesse momento, ele consegue mudar de maneira drástica e definitiva o espaço natural, criando um ambiente totalmente favorável à espécie humana e, até certo ponto, inóspito às outras espécies. Muda-se o relevo, criam-se aterros e desaterros, escavações subterrâneas, prédios altos e longas vias, fazendo-se uso de concreto, ferro e técnicas de engenharia. A toda essa mudança da paisagem soma-se a história, a cultura, a política e a economia; elementos que compõem a cidade, criando diferentes tipos de relações e apropriações em seu espaço.

Benevolo (2012, p. 23) define a cidade como “local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade”, e confirma que ela é oriunda da aldeia, do excedente produzido pela agricultura, sendo caracterizada pelas atividades e pelos serviços que foram possíveis após a revolução agrícola:

mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma quando os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o

excedente do produto total. Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços. A sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar a sua evolução. A cidade, Centro maior desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito maior (BENÉVOLO, 2012, p. 23).

Mumford afirma que a aldeia, “no meio de seus canteiros e campos, formava uma nova espécie de colônia; uma associação permanente de famílias e vizinhos, de aves e animais, de casas, silos e celeiros, tudo isso bem preso ao solo ancestral” (1998, p. 19). Assim, o ensaísta revela que a predisposição do homem para o convívio social colabora para o surgimento da cidade: “sem esse componente de aldeia, até a maior comunidade urbana teria carecido de uma base essencial de permanência física e continuidade social” (MUMFORD, 1998, p. 19).

Diante de tantas atividades e relações, percebemos que a cidade engloba bem mais que suas construções, ruas, edifícios. Mais que um espaço de agrupamento, as formas de apropriação, as técnicas e os costumes praticados revelam os processos sociais e simbólicos produzidos pela população que ali habita ou visita.

No decorrer da história das cidades, com a evolução de técnicas agrícolas, outros locais passaram a ser viáveis para o surgimento de cidades distante das margens de rios. Os avanços na agricultura, no transporte e na tecnologia de armazenamento enfraqueceram o vínculo entre o desenvolvimento da cidade e a necessidade da sua instalação em terrenos férteis. Como resultado, cidades podem ser encontradas hoje em todos os cantos da Terra, inclusive em condições climáticas adversas.

Assim, as cidades surgem e se transformam nos mais variados tempos históricos, locais e contextos: na Mesopotâmia, entre os Rios Tigres e Eufrates (por volta do ano 4000 a.C.); no vale do Rio Nilo (Egito), as Cidades-Estado de Creta (entre 2600 a.C. e 1450 a.C.) e da Fenícia (de grandes navegadores, a qual teve seu apogeu entre 1200 a.C. e 900 a.C.); a Polis Grega (VIII a.C., atingindo seu apogeu nos séculos VI e V a.C.); a cidades romanas; as *llactas* (cidades incas planejadas e construídas pelo Estado Imperial Inca); a cidade murada do período medieval; a cidade do renascimento (clássica e barroca); a cidades coloniais; e as cidades da era industrial. Inferimos que não existe uma história única de formação das cidades, pois cada uma

tem uma circunstância, e ela se metamorfoseia ao longo da história, conforme as mudanças sociais, políticas, econômicas, estruturais e tecnológicas.

Sendo assim, as cidades não seguiram um mesmo caminho histórico, nem os mesmos modelos. Além disso, seu desenvolvimento não ocorreu ao mesmo tempo, tampouco originou cidades e sistemas urbanos semelhantes, é o que observamos na grande diversidade de tipologias. A complexidade se apresenta quando se tenta definir um conceito único para cidade. Ao tentar definir, por exemplo, as cidades da América Latina, observamos, nas palavras de Gorelik (2005, p. 112), uma série de diferenças em um mesmo continente:

Havana ou Caracas, Montevideu ou México, Cuzco ou Buenos Aires? O que define uma delas dificilmente serve para a outra. E não se trata apenas de uma dificuldade que se apresenta entre realidades urbanas nacionais: como agrupar em uma mesma categoria Ouro Preto, São Paulo e Brasília, no Brasil, ou Cartagena das Índias e Bogotá, na Colômbia? Que espécie de “cidade latinoamericana” encarnaria cada uma delas? Que mapa pode ser delineado no conjunto? Se cada cidade apresenta qualidades distintas que dificultam sua integração, sem mais, numa categoria abrangente, seria absurdo tentar definir a cidade latino-americana por meio de um ideal de representação de um conjunto de características a ela atribuídas, como uma espécie de Frankenstein urbano.

As cidades são únicas. Não é possível defini-las a partir de um ideal de representação. No entanto, ao observarmos a formação das cidades da América Latina, conseguimos identificar uma particularidade que consegue unir grande parte desse conjunto: as cidades latino-americanas, em sua maioria, são frutos do modo de produção capitalista, como demonstra Cobos (2014, p. 38):

Desde sua formação ou reconfiguração no século 16, as cidades latino-americanas foram submetidas, formal ou realmente, ao processo original de acumulação de capital que engendrou o capitalismo nas entranhas do feudalismo (Marx, [1867] 1976, cap. XXIV, t. 1, v. 3) em que desempenhavam um papel substantivo, mas subordinado, dadas as condições de dominação colonial a que foram submetidos (Pradilla, 2009, capítulo I); Desde então, seguiram as determinações e ocuparam os lugares estruturais que lhes foram impostos pelos diferentes e sucessivos padrões de acumulação de capital, em sua relação dialética com as fases específicas de sua inserção na globalização do capital.

Portanto, a particularidade que une as cidades latino-americanas e as diferencia em relação às cidades europeias é determinada pelas características históricas produzidas pelo modo de produção capitalista. Cobos (2014) explica que

uma combinação de desenvolvimento capitalista desigual, tempo e território, produz cidades latino-americanas com características particulares e específicas, que não podem ser analisadas por conceitos utilizados para se compreender as cidades do mundo desenvolvido.

Para explicarmos a cidade latino-americana é necessário analisarmos, na generalidade capitalista, a particularidade latino-americana, sua combinação de novo e velho, suas especificidades históricas: subsistência indígena; rápida urbanização; industrialização tardia; desindustrialização precoce; terceirização informal; habitação de autoajuda maciça; terra informal e mercado imobiliário; desemprego estrutural; pobreza; informalidade; regimes de emergência; baixa urbanização; várias posições governamentais em relação ao neoliberalismo; violência urbana generalizada etc. A união desses fatores ao modo de produção capitalista da cidade, que vê o solo urbano como forma de acúmulo de riquezas, gerou extensas favelas, ocupações ilegais e cidades descentralizadas.

Karl Marx e Friedrich Engels (1846) foram os primeiros teóricos a fundamentar o modo de produção/reprodução capitalista da cidade. Em seguida, outros teóricos, como Henri Lefebvre, falam do processo mundialmente. Brasileiros como Milton Santos (1926-2001), Ermínia Maricato (1947-) e Raquel Rolnik (1956-) apresentam as especificidades deste processo no Brasil.

Engels (2008), em toda sua trajetória, dedica-se às lutas políticas em favor da classe trabalhadora e aos estudos de processos ligados à formação do capitalismo. O sociólogo alemão contribuiu fortemente com trabalhos relacionados à sociologia urbana, tratando a cidade europeia e, em especial, as cidades inglesas – destacadamente Londres –, como berço da Revolução Industrial.

No livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845, Engels descreve as péssimas condições de trabalho e moradia da classe operária em Londres. A cidade é por ele apresentada como um espaço de contradições entre a burguesia e o proletariado. O autor analisa o espaço e o lugar de cada grupo na cidade. Segundo ele, cabe à classe operária a função de trabalhar, assegurando a produção nas fábricas. No entanto, apenas os proprietários usufruem da riqueza produzida. A indiferença, a miséria e os problemas sociais encontrados por Engels fizeram com que ele não se preocupasse apenas em compreender a sociedade, mas em buscar formas de transformá-la através de uma revolução. Assim, ele compreende o operário como um agente transformador e se posiciona politicamente.

Figura 1: Bairros pobres de Londres. Litogravura de Doré de 1872



Fonte: Benevolo, 1982, p.16.

Em seus estudos conjuntos, Marx e Engels mostraram como a cidade é, em si, um objeto de acúmulo: o próprio solo urbano passa a ter valor, e essa condição transforma a cidade, que cresce em busca de atender os interesses e a lógica de reprodução do capital. Este processo gera um modelo de cidade segundo o qual os melhores terrenos, que recebem mais investimentos, são destinados aos mais ricos, enquanto à população mais pobre restam os bairros mal servidos em infraestrutura. O valor da terra, que regula o acesso à apropriação da renda da terra – ou renda fundiária – é alcançado agregando-se valor ao imóvel através de diferentes estratégias adotadas pelos agentes imobiliários.

A cidade que se desenvolve na sociedade capitalista introduz, em sua estrutura, elementos da lógica do capital. De acordo com o sociólogo Max Weber (1864-1920), a cidade é um 'local de mercado'. Ela não é apenas um aglomerado de casas, mas é também uma associação econômica reguladora, com propriedade territorial própria e economia de receitas e despesas que se apresenta como associação autônoma de instituições políticas e administrativas:

Nas cidades, o modo de regulamentar as relações da propriedade imobiliária se diferencia do estabelecimento rural. A regulamentação no sentido econômico está condicionada à rentabilidade que propriedade urbana oferece (WEBER, 2004, p. 77).

Essas obras se fazem atuais ao percebermos que autores contemporâneos como Rolnik (2012) e Maricato (2001; 2003; 2008; 2018), ao analisarem as grandes cidades brasileira da atualidade, reforçam o lugar da cidade como espaço da (re)produção do capitalismo, sendo ela construída visando-se alcançar o máximo em lucro e renda. As autoras destacam também problemas ambientais, individualismo, miséria e condições de vida semelhantes às situações descritas na Londres do século XIX. Porém, as autoras igualmente destacam que o capitalismo no Brasil e em outros países periféricos³ apresenta características históricas diferentes.

A lógica capitalista nas cidades latino-americanas faz surgir o modelo de cidades segregadas. Segundo Milton Santos (1992; 2007 ; 2009), que em sua obra apresenta as particularidades da desigualdade e as consequências dela sobre o território, as cidades em que vivemos resultam da vitória do consumo como um fim em si mesmo. Tal estrutura culmina no declínio da vida comunitária baseada na solidariedade social, trazendo a competitividade entre as sociedades na busca pelo *status* e o consumismo como seu maior valor.

Como afirma Santos, as diferentes realidades apresentadas no espaço urbano são consequência dessa cidade baseada no consumo: “nos países ditos de terceiro mundo há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (SANTOS, 2007, p. 12). E o autor completa:

o capitalismo ao privilegiar os meios materiais se esquece dos aspectos da finalidade da existência humana e interioriza o egoísmo como estilo de vida, sendo esse o instrumento de ascensão social. [Dessa maneira] em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (Santos, 2007, p. 12).

Dessa forma, o modo de produção capitalista da cidade gerou grandes desigualdades nas cidades da América Latina, segregando e reforçando a criação de espaços privilegiados que se opõem a cinturões de pobreza. São as imensas favelas, as ocupações irregulares e os assentamentos precários que marcam a periferia de nossas cidades, a cujos habitantes é negada a função social da cidade⁴. O acesso a

³ Aqui o termo “países periféricos” se refere a distinção de dois grupos de países: os centrais e os periféricos. Determinação dada conforme o modo de inserção desses países no capitalismo e as características daí decorrentes. Os países periféricos possuem fragilidade financeira e monetária, sistema produtivo heterogêneo, dependência tecnológica acentuada e são de certa maneira subordinados, do ponto de vista político e militar (CONTI, 2014 p. 342).

⁴ Identificam-se três grupos de funções sociais da cidade: funções urbanísticas, de cidadania e de gestão. São convencionadas como funções sociais urbanísticas: habitação, trabalho, lazer e

equipamentos e serviços é oferecido de maneira seletiva e hierárquica. Os bairros de classe média e alta têm ao seu alcance as facilidades oferecidas na cidade (saúde, lazer, comércio, educação). Enquanto isso, reservam-se às camadas populares moradia em áreas precárias sem infraestrutura básica e serviços coletivos insuficientes, reforçando-se e aprofundando-se as desigualdades sociais no espaço urbano.

A garantia da função social da cidade é prevista no art. 182 da Constituição Federal Brasileira: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (BRASIL, 1990). Porém, tal garantia não é respeitada, e continuamos vivendo em cidades que cada vez mais se submetem à lógica do mercado e do capital, ignorando a dinâmica da vida social responsável pela diversidade, pela convivência e pela vitalidade que historicamente as cidades possuíam.

Seguindo a prática capitalista de produção das cidades, enquanto as periferias crescem extensivamente, as zonas centrais de cidades de porte médio e metropolitanas, ricas em infraestrutura, vêm sofrendo significativo esvaziamento, contrariando uma orientação racional e sustentável para o desenvolvimento urbano, como demonstra Maricato (2001, p. 138):

A extensão horizontal das redes de infraestrutura resulta mais cara nas grandes metrópoles. A circulação se torna muito complexa e impõe pesado ônus aos moradores da periferia que são obrigados a dedicar parte do dia e dos rendimentos mensais ao transporte. Em contraponto, os bairros centrais apresentam significativa ociosidade em sua infraestrutura [...]

As áreas centrais perdem seu dinamismo frente a novas referências urbanas criadas pelo capital, que provocam o esvaziamento e a degradação dos Centros históricos. Atividades e equipamentos urbanos⁵ tradicionalmente centrais ligados ao comércio, à cultura e ao poder são deslocados e passam a se localizar nos *shoppings* e em outros bairros distantes do Centro da cidade. O Centro também perde seus

mobilidade; funções de cidadania: educação saúde, segurança e proteção; e funções de gestão: prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural, e sustentabilidade urbana (GARCIAS, 2008, p. 2).

⁵ Segundo Ferrari (1977), chamam-se equipamentos urbanos as obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública, que permitam a plena realização da vida de uma população. Houaiss define equipamento urbano como: “Qualquer artefato implantado no espaço urbano, inclusive no seu subsolo, destinado à prestação de um serviço público” (HOUAISS, 2001, p.1185).

habitantes: famílias que por muito tempo viveram no Centro deslocam-se para outros bairros.

Esse espaço central, núcleo inicial da cidade, rico em história e infraestrutura, por vezes esquecido e marginalizado devido às novas centralidades que surgem na cidade, resiste através das políticas públicas (projetos de revitalização, projetos culturais etc.) dos grupos específicos de cultura (Hip-hop, Grafite, coletivos) e das manifestações e mobilizações populares, que acontecem em especial na Praça Cívica.

Entendemos que, mesmo desvalorizado com a saída de moradores, equipamentos e investimentos o Centro resiste ao agir como um local de convergência, negócios, memória, cultura, lazer e protesto. A área central de Goiânia ainda consegue contribuir para o processo formativo dos que o frequentam através das experiências cotidianas ao acolher a pluralidade, perspectivas e concepções anti-hegemônicas que serão analisadas neste trabalho.

1.2 A CIDADE E O URBANO

Em busca do conceito de cidade, recorreremos à origem da palavra. Cidade deriva do latim *civitate*, originalmente ‘condição ou direitos de cidadão’; de *cives*, ‘homem que vive em cidade’, que se relaciona com *civitas*, dando origem às palavras cidadão e civilização. Urbano também se origina de uma palavra que significa cidade, e vem do latim, *urbs*. Do grego *polis*, cidade, e *politikos*, cidadãos que viviam na cidade, originou-se daí a palavra política.

Iremos iniciar nossa análise a partir de conceitos de cidade. A palavra cidade é um substantivo. Substantivos são palavras que dão nome a um objeto determinado e possuem vários significados na língua portuguesa. Se consultarmos o dicionário Houaiss (2001), encontraremos que cidade é

aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo.

O Houaiss oferece ainda derivações por metonímia da palavra cidade. Lencioni (2008, p. 113) analisa e apresenta exemplos de outros sentidos que a palavra pode ter:

Na frase: A cidade apresenta-se segregada, o sentido é de que a população da cidade se encontra segregada. Já na frase: A cidade reformulou seu IPTU, a palavra cidade assume o sentido de governo e de ente da administração pública. Na frase: A cidade baixa de Salvador passou por grandes transformações, enquanto a cidade alta se mantém a mesma, o sentido diz respeito às partes distintas de uma mesma cidade. Na frase: Eu vou à cidade, o sentido é de núcleo original ou principal de uma cidade onde se concentram as mais importantes atividades administrativas, comerciais e financeiras.

Voltamos aos autores do século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels (1984, p. 64), e encontramos a ideia de cidade como “a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades [...]”. Para os autores, a análise parte de uma cidade específica, a cidade industrial moderna, que se apresenta como o local da produção e da reprodução do capital, fruto da sociedade capitalista, berço da burguesia e espaço de exploração dos trabalhadores.

Ainda no século XIX, as cidades que sofriam com a industrialização passaram por reformas urbanas. Ildefonso Cerdá (1815-1876), engenheiro urbanista e político catalão, foi contratado para fazer o plano de extensão e reforma da cidade de Barcelona e escreveu a Teoria General de la Urbanización (1867). Introduziu neste trabalho a noção de urbanização e definiu as cidades como “fragmentos das épocas passadas muito mal reunidas” (CERDÁ SUNYER, 1979, p. 169).

Para Weber (2004, p. 409), a cidade se caracteriza por constituir-se como mercado e conter autonomia política, tratando-se de “um espaço onde se desenvolvem relações sociais únicas que não ocorriam nas áreas rurais”. Então, para se tornar uma cidade de fato, seria necessário ao local uma sede senhorial-territorial ou principesca, fortificações, um tribunal próprio e um mercado:

a realização de troca de bens não apenas ocasional, mas regular, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a essência de um mercado (WEBER, 2004, p. 409).

O geógrafo David Harvey (1935-) considera a cidade um “sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (HARVEY, 2004, p. 34). O autor encontra nesse processo uma relação dialética constante, considerando a cidade como “o lugar das contradições acumuladas” (HARVEY, 2004, p. 174).

Já para Lencioni, não importa a dimensão ou a característica, a cidade é um produto social da “relação do homem com o meio, porém isso não quer dizer que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais, há uma ideia comum a todas elas, que é a de aglomeração” (LENCIONI, 2008, p. 115). Então, os assentamentos dos sem-terra ou as tendas no deserto seriam cidades? A resposta é não. Para esclarecer, Lencioni chama a atenção para a questão da sedentarização, indicando que a cidade corresponde, sim, à ideia de aglomeração, mas de aglomeração durável.

Então, concluímos, diante dos conceitos apresentados, que para se caracterizar como uma cidade precisamos da aglomeração, do sedentarismo, do mercado e da gestão pública. Porém, as cidades são diferentes, vivem em transformação, são fenômenos distintos e complexos que encontramos nos mais variados contextos históricos e geográficos.

Encontramos cidades grandes, pequenas, históricas, modernas. Para distinguir-se essa imensidão de modelos frequentemente são utilizados adjetivos completando a palavra cidade: cidade turística, cidade religiosa, cidade colonial, cidade medieval, cidade portuária, cidade inteligente, cidade mineradora, cidade industrial, cidade educadora, cidade escrita etc. Cada cidade possui símbolos próprios capazes de representar a sociedade e suas manifestações. No livro *O Que é Cidade*, Rolnik (2012, p. 16) afirma que “construir cidades significa também uma forma de escrita”. A própria arquitetura e as ruas são apresentadas se encarregando, elas próprias, de contar sua história. Para além da importância de documentos para o registro da história das cidades, a autora aponta a própria cidade enquanto escrita, pois através da arquitetura de cada cidade é possível ‘ler’ suas histórias e imortalizá-las, a cidade e seus bairros vivem momentos de apogeu e decadência que conseguimos ler através de seus edifícios, da arquitetura, do modo de ocupação das ruas e habitações. Os Centros urbanos são um exemplo de apogeu e decadência, o edifício que outrora abrigava a elite, com o deslocamento dessa classe para outros

bairros se transforma em cortiços, ou prédios residenciais são ocupados, como demonstra Rolnik:

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte [...] O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto [...] Da mesma maneira o cortiço provoca a “decadência” do bairro, diminuindo seu valor de mercado e, portanto, afugentando tudo aquilo que se identifica como “elegante”. A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases (ROLNIK, 2012, p. 16).

Lefebvre (2006, p. 61) contribui com a ideia da cidade-texto ao afirmar que “sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto”. Na concepção do ensaísta, o espaço apresenta-se compartimentado em concebido, percebido e vivido. Para a análise da cidade deve-se sempre compreender o cotidiano dos que a usam e nela vivem, circulam e constroem. Ele se propõe a estudar a cidade como linguagem e também escrita; aconselha a não se esquecerem os signos que ela manipula, os símbolos que a mantêm, enfim, toda uma semiologia deve ser explorada.

Lucrécia Ferrara (2007), em *Leituras sem palavras*, trata a cidade como um espaço de comunicação não-verbal, em que o texto é escrito nos mais variados signos: sons, palavras, cores, texturas, cheiros, publicidade, arquitetura, entre outros.

A cidade enquanto texto não-verbal é uma fonte informacional rica criada por uma forma industrial de vida e de percepção. O movimento, a máquina, o automóvel, o trabalho mecanizado e especializado, a fábrica, o escritório, o salário, o transporte coletivo, o espaço exíguo da habitação, a mulher que trabalha, a dupla jornada de trabalho, a atividade doméstica mecanizada como elementos incorporados à vida urbana e que geram uma forma adequada de percepção: veloz simultânea, anti-temporal e anti-linear, uma forma onde a fragmentação é um padrão (FERRARA, 2007, p. 19).

Para a autora, não existe um código unificado para a vivência da cidade, uma organização para a leitura da cidade, ou seja, os seus significados não estão dados, precisando ser produzidos.

Diante da “cidade-texto”, entendemos que a cidade é um discurso, uma linguagem que dialoga com as pessoas que a habitam, sendo então uma formadora de identidade. Esse diálogo, realizado por meio das práticas sociais vivenciadas no espaço público, é permeado por processos educativos e culturais. É nesse sentido que iremos prosseguir com nosso trabalho.

Partimos então para o conceito de ‘urbano’. Destacamos que o esforço de distinção desses dois conceitos é importante, não por um preciosismo acadêmico, mas para apresentarmos o processo de transformação das cidades que a tornaram um produto ou uma mercadoria.

Tanto a cidade quanto o urbano se relacionam com o espaço e a sociedade, já que são frutos dessa relação – inclusive, são, por diversas vezes, utilizados como sinônimos. Na busca de elucidar os conceitos, citamos Milton Santos, o qual diferencia os dois termos: “[...] a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade [...] (SANTOS, 1992, p. 241).

Para analisarmos o conceito de urbano, assim como o conceito de cidade, iniciaremos recorrendo à classe gramatical e à semântica da palavra. ‘Urbano’ pode ser um adjetivo, portanto, é uma palavra que caracteriza o substantivo. Quando falamos ‘limpeza urbana’ e ‘perímetro urbano’, a palavra ‘urbano’ caracteriza o tipo de limpeza e o tipo de perímetro. Mas ‘urbano’ também é substantivo em algumas circunstâncias. A explicação de Lencioni (2008, p. 113) nos permite observar essa diferença:

O transporte urbano é caótico com a frase: O urbano é caótico. Na primeira frase, a palavra urbano qualifica o transporte, sendo, portanto, um adjetivo. Porém, na segunda frase a palavra urbano não qualifica nada, não sendo, assim, um adjetivo. Ao contrário, a palavra urbano é que recebe qualificação, a de caótico.

Recorremos a essa explicação para sublinhar que o sentido do substantivo ‘urbano’ é o que interessa para o desenvolvimento deste trabalho. Sendo assim, recorreremos a autores que tratam desse fenômeno. Constatamos que, para vários estudiosos do tema, a ideia de urbano relaciona-se à sociedade capitalista. A cidade se transformou com a revolução industrial, reorganizando o espaço de tal modo que a demarcação entre urbano e rural ficou nítida.

Castells (1983) é um dos autores que compartilha desse conceito. Para ele, a característica de urbano só pode ser dada às cidades ou áreas que vivenciaram o processo de urbanização fruto da Revolução Industrial, que estabeleceu o capitalismo e resultou na criação e na difusão de um sistema de valores próprios, alterando, de maneira significativa, não só a paisagem, mas também o modo de viver nas cidades.

Em seus estudos, também Lefebvre relaciona o fenômeno urbano ao produto gerado pela sociedade industrial capitalista. Para o autor, “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (LEFEBVRE, 1986, p. 159). Em outro momento o autor afirma que a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p. 65). Na obra *O Direito à Cidade* pensa a cidade como “a projeção da sociedade sobre um local” (2006, p. 57). Deste modo, o autor assim difere cidade e urbano: a cidade existe desde a Antiguidade, e se materializa de forma concreta através de seus edifícios, com a separação do campo e da cidade, ou seja, a estrutura material. O urbano, por sua vez, se manifesta no social, nas relações. Ambos são conceitos inseparáveis, já que não existe sociedade sem planificação do espaço.

Para Lefebvre (2008), a cidade é moldada pelas atividades sociais que acontecem nela. Cada cidade constrói seu próprio espaço no decorrer de sua história. Com esse pensamento, cria um eixo dividindo as cidades em tipologias diferentes, que revelam as relações sociais em cada período e as características produzidas pelo momento histórico. São elas: a cidade política, a cidade comercial e cidade industrial, e, enfim, após a zona crítica, a sociedade urbana (figura 2).

Figura 2: O Fenômeno Urbano segundo Lefebvre



Fonte: Lefebvre (2008, p. 24).

Para exemplificar o que entende por cidade política, Lefebvre cita as cidades-estados gregas e romanas, e destaca a ágora, o lugar de reunião e manifestação na pólis grega, um espaço vazio rodeado por seus edifícios públicos, e o Fórum romano, o espaço mais importante na *urbs*.

Quando o comerciante passa ser a classe dominante, a cidade se transforma em cidade comercial. Para exemplificar esse momento, o autor toma como exemplo cidades medievais como Florença, Veneza e Amsterdã, cidades portuárias que, além de riqueza, acumularam conhecimento, obras de arte e técnicas construtivas. A praça, onde localizava-se a igreja, era ocupada por comerciantes, mercadores e ricos banqueiros. Uma cidade amada, na acepção de Lefebvre (2006, p. 46):

a cidade foi para eles bem mais um valor de uso do que de troca. Amavam sua cidade, tal como uma obra de arte, ornamentada com todas as obras de arte, eles a amavam, esses mercadores das cidades italianas, flamengas, inglesas e francesas.

A transição da cidade comercial para a industrial é marcada pela revolução industrial, pela transformação que a indústria provoca na cidade, a qual passa a crescer de forma acelerada, desorganizada e excludente, perdendo sua essência. Neste contexto, a cidade se transforma de acordo com as necessidades da indústria, que são, ao mesmo tempo, as demandas do capital.

Dentre as necessidades da indústria está a centralização de mercadorias, matéria-prima e mão de obra, atraindo novas indústrias e trabalhadores. Entre as novas mercadorias a serem comercializadas está o próprio espaço, o que determina uma nova forma de produção da cidade. Ao se instalar na cidade, a indústria acaba produzindo uma nova cidade:

Neste movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

Ao se constituir a cidade industrial, a sociedade se encontra no que é denominado zona crítica, causada pelo movimento de implosão e explosão. O autor entende por explosão o crescimento desordenado e fragmentado, a invasão do

urbano no rural. Já a implosão é o processo de favelamento e a degradação da cidade. A partir desse processo de implosão-explosão da cidade ocorre um fenômeno que se impõe em escala mundial, segundo o qual o valor de troca, que trata a cidade como mercadoria, supera o valor de uso. Deste modo, a cidade perde a essência da reunião, da festa, ou seja, perde o valor de uso que previamente a caracterizava.

Porém, o processo de explosão/implosão apresenta uma forte contradição. Ao negar a cidade, vislumbra o surgimento do urbano, da realidade urbana. Forma-se, portanto, um conceito novo: o urbano, que aparece no momento de explosão da cidade, mas “permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Lefebvre vislumbra, nesse momento de zona crítica, a sociedade urbana que produzirá, a partir da própria segregação, das contradições e das tensões, a possibilidade de transformação: ‘a revolução urbana’, ao se rebelar contra a superestrutura, abre a oportunidade para o surgimento do ‘espaço diferencial’, ou seja, ao se deparar com as imposições e contradições, o urbano será o lugar de libertação, emancipação e superação da vida cotidiana alienada. Iremos somar ao pensamento de Lefebvre, o conceito de emancipação de Paulo Freire que encontramos na obra *O Dicionário Paulo Freire* (2010) que diz:

A emancipação humana aparece, na obra de Paulo Freire, como uma grande conquista política a ser efetivada pela práxis humana, na luta ininterrupta a favor da libertação das pessoas de suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social. As diferentes formas de opressão e de dominação existentes em um mundo apartado por políticas neoliberais e excludentes não retiram o direito e o dever de homens e mulheres mudarem o mundo, através da rigorosidade da análise da sociedade, com vivências de necessidades materiais e subjetivas que contemplem a festa, a celebração e a alegria de viver (MOREIRA, 2010, p.146).

A ‘festa’ de Paulo Freire vai ao encontro de Lefebvre, segundo o autor, a cidade é construída de forma coletiva; uma obra em ininterruptas modificações, e como obra o seu valor deveria ser de uso, do encontro, da ‘festa’.

É importante ainda destacarmos que o processo de urbanização não ocorreu do mesmo modo e ao mesmo tempo em todas as cidades. Alguns autores fazem uma observação quanto à urbanização nos países periféricos. Em sua análise, Paquot

(1992) acredita que, nesses países, o processo de urbanização é desvinculado da industrialização:

[...] Nas economias não industriais, essas a que se denomina comumente de terceiro mundo, a urbanização não resulta da industrialização, mas da explosão demográfica, induzida pelo progresso médico, melhoria dos rendimentos agrícola, interdependência das economias nacionais à escala mundial, etc. A inflação urbana do terceiro mundo, para retomar a expressão de Paul Bairoch, não se articula necessariamente a um ímpeto industrial qualquer ao contrário, ela se autoproduz demograficamente e provoca o florescimento de mil e um pequenos serviços urbanos que os estatísticos, que nem lhes podem medir a importância econômica, agrupam sob o termo vago de setor informal (PAQUOT, 1992, p. 12-13).

Nesse sentido, Paquot (1992) desvincula o processo de urbanização e industrialização, demonstrando aspectos específicos da urbanização periférica a respeito dos quais já tratamos acima, os quais relacionamos às características da cidade latino-americana.

Este esforço de se demonstrar as diferenças de tempo e circunstâncias nos países subdesenvolvidos, em especial no Brasil, foi empreendido por Milton Santos em diversas obras. Para o autor brasileiro, pobreza e urbanização são fenômenos estreitamente ligados:

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas, também, pelo fato de que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país (SANTOS, 1992, p. 241).

Percebemos que o processo de urbanização nas cidades sobretudo brasileiras gerou grandes desigualdades territoriais.

1.3 O ESPAÇO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES DE OCUPAÇÃO – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL

No século XX, as cidades viveram um acelerado crescimento populacional e físico. Surgiram novas formas de apropriação e de valorização do solo urbano, transformando-se, a cidade, num produto.

As áreas centrais, nas quais havia otimização dos usos e das atividades, são abandonadas com o surgimento de novas centralidades. Sua deterioração – econômica, física, social e ambiental – corresponde à decadência oriunda do fato de a estrutura existente no local não estar mais desempenhando o papel que lhe é exigido pela cidade, e, conseqüentemente, de estar aquém das expectativas do capital.

Grandes transformações ocorreram nas cidades nos últimos 100 anos. A rápida urbanização, as obras em função do desenvolvimento do automóvel – de tal forma que, a partir de um certo momento, ‘obra pública’ passou a ser sinônimo de obra rodoviária, ou seja, o automóvel passa a ter prioridade em detrimento do pedestre; o espaço passa a ser concebido para atender as necessidades do transporte e problemas de fluidez. Gehl (2013, p.91) afirma que o aumento do tráfego de veículos trouxe como resultado a deterioração das condições para pedestres:

Gradualmente, calçadas estreitas foram ficando pontilhadas de placas de sinalização, parquímetros, postes, luminárias de rua e outros obstáculos colocados de modo a “não ficar no caminho”. Entenda-se, “no caminho do tráfego motorizado”, que é o que importa. Aos obstáculos físicos, juntam-se as frequentes interrupções no ritmo da caminhada causadas pelas longas paradas em semáforos, difíceis cruzamentos de ruas, passagens elevadas para pedestres e túneis subterrâneos desertos. Todos esses exemplos têm como objetivo: proporcionar mais espaço e melhores condições para os carros.

A prioridade no carro tornou as ruas desagradáveis, sujas, hostis ao cidadão pedestre; onde eram locais de encontro se transformaram em locais de trânsito ou passagem da residência para o trabalho e vice-versa, com isso, as pessoas passaram a ficar mais em casa, e espaços exclusivos foram criados: condomínios fechados, *shopping centers* e clubes seletivos.

A expansão urbana e o adensamento populacional, além do esvaziamento do Centro e do abandono das ruas, agravaram situações de desequilíbrio social nas grandes cidades. Políticas habitacionais deficitárias, intencionalmente, não inseriram

camadas mais pobres nas estratégias de financiamentos, levando a processos de autoconstrução e informalidade em enormes favelas, com altos índices de violência e carência de infraestrutura. A cidade capitalista se torna segregada, dividida principalmente por classes de renda. Esse processo se explicita com mais intensidade em países periféricos como o Brasil, no qual uma repartição desigual de riquezas – concentradas nas mãos de uma pequena camada da população, em oposição a uma imensa população pobre – gerou impacto negativo nas cidades.

O capital busca o lucro na propriedade fundiária e imobiliária. Para que a cidade continue rendendo ela precisa se expandir, aumentar o perímetro urbano, ou seja, transformar área rural em área urbana, lançando novos loteamentos e empreendimentos imobiliários. Quando passam a ser produtos, temos cidades cada vez mais dispersas, fato que torna a cidade insustentável, seja do ponto de vista ambiental, social ou econômico. Como afirma Maricato:

A cidade dispersa resulta muito mais cara e improdutiva, pois acarreta a elevação do custo de implantação das redes de água, esgoto, drenagem, iluminação pública, dos serviços de coleta de lixo domiciliar, saúde, educação, etc. Mas se muitos perdem com a extensão da ocupação urbana rarefeita, poucos ganham e ganham muito. O rentismo imobiliário funciona como uma espécie de ralo da riqueza social que se cola no preço das propriedades (MARICATO, 2018, p. 2).

Toda essa expansão em função do capital criou cidades nas quais alguns bairros, em geral habitados pela classe dominante, possuem toda a infraestrutura necessária, enquanto imensas favelas são desprovidas dos serviços básicos. Dessa forma, as desigualdades sociais resultam em segregação socioespacial, revelando as contradições urbanas.

Ao recorrermos ao sentido da palavra, depreendemos que ‘segregar’ é o ato de separar, isolar, evitar aproximação, pôr-se à margem. Entendemos, então, a segregação socioespacial pela divisão de espaços por classes sociais, etnias e outras variáveis. Nas cidades brasileiras, o maior fator de segregação é a renda.

Em *O Direito à cidade*, Lefebvre (2006) apresenta três diferentes formas de segregação: a voluntária, que estabelece a separação de espaços sociais, a espontânea (proveniente das rendas e das ideologias), e a programada, que o autor relaciona aos planos urbanísticos, os quais são apresentados como pretexto de arrumação.

A segregação voluntária é percebida na criação de espaços exclusivos e privilegiados, como os condomínios fechados, que criam, no interior de seu perímetro, estruturas para que o máximo possível de atividades seja realizado ali, sem o contato com o restante da cidade. Esses espaços contrastam-se com a segregação espontânea, caracterizada pelos imensos cinturões de pobreza, carentes de infraestrutura básica, como saúde, lazer e educação.

Já a segregação programada parte, muitas vezes, do próprio Estado. De acordo com Lefebvre (2006), a essência da cidade está nas contradições. Quando uma reforma urbana acontece visando homogeneizar o espaço, ela caminha na contracorrente desse princípio da diferença, na intenção de favorecer interesses econômicos, políticos e sociais objetivando a dominação de um grupo de privilegiados.

Como exemplo de segregação programada citamos a Paris de Haussmann, reforma urbana promovida na capital francesa entre 1852 e 1870 visando, além da modernização da cidade, a expulsão dos pobres do Centro para a periferia, tal movimento causou a “estripação de Paris de acordo com uma estratégia, expulsão do proletariado para a periferia, invenção simultânea do subúrbio e do habitat, aburguesamento” (LEFEBVRE, 2008, p. 102) O projeto implementado em Paris serviu de referência para outras cidades do mundo, a exemplo do Rio de Janeiro, ou seja, a população que antes habitava o Centro e frequentava os espaços foi transferida para regiões mais afastadas do centro.

No início do século XX, entre 1902-1906, ocorreu, a pretexto de higienização, embelezamento e modernização do Centro da cidade do Rio de Janeiro, a reforma urbana conhecida como ‘Bota Abaixo’, implementada pelo prefeito Pereira Passos (1836-1913), em uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes com o objetivo de melhorar a imagem da cidade em busca de atrair imigrantes e investimentos. A expressão utilizada para designar essa reforma demonstra o quão radical foi a realização das obras para o alargamento das ruas e a construção de novos prédios na região central da cidade: cortiços e velhos imóveis que impossibilitavam tal projeto foram demolidos e os seus moradores foram expulsos. Para continuarem morando perto de seu local de trabalho, tais moradores tinham como alternativa construir seus casebres nos morros da região central, iniciando o processo de favelização e segregação na cidade. No lugar dos antigos cortiços, foram erigidos, para a população burguesa, grandes avenidas, o

Theatro Municipal, a Escola de Belas Artes e outros edifícios modernos (OLIVEIRA, 2015).

Portanto, existe intenção no urbanismo que segrega, se Paris (1852 -1870) e Rio de Janeiro (1902-1906) apartaram as classes sociais através de Reformas Urbanas, o urbanismo é usado em favor de uma ideologia para alcançar uma harmonia pretendida pela classe dominante e persiste no século XXI. O processo de segregação continua na cidade e além de distribuir de forma desigual os equipamentos urbanos, separa as diferenças com a criação de espaços homogêneos e se apresenta como uma forma de dominação da classe dominante em favor de seus interesses, como afirma Villaça (2000):

é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa configuração, seriam talvez impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despendido na produção do espaço [...] É por meio da segregação que a classe dominante controla o espaço urbano sujeitando-o aos seus interesses (VILLAÇA, 2000, p. 359).

Existe uma foto clássica, divulgada no meio acadêmico, tirada em 2004 na cidade de São Paulo que revela com clareza as contradições que explicitamos na atualidade. Nessa imagem, tirada de Paraisópolis na divisa com o bairro Morumbi, conseguimos perceber a desigualdade de investimentos urbanos e de renda, a qual gera a exclusão social (Figura 3):

Figura 3: Segregação Socio espacial em São Paulo.



Fonte: Foto de Johnny Miller⁶.

⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fotografo-sul-africano-retrata-em-imagens-do-alto-a-desigualdade-brasileira/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

O conceito de exclusão social é relacionado à segregação socioespacial. Entendemos a exclusão social como a perda contínua de direitos fundamentais garantidos a qualquer pessoa, como o direito à saúde, à educação, à habitação, ao emprego, ao lazer e à cidadania. Segregação e exclusão são conceitos indissociáveis, pois são frutos não apenas da distribuição desigual de equipamentos urbanos, mas também da má distribuição de renda.

A lógica do capital gera cidades segregadas, que reforçam a exclusão ao concentrarem os excluídos em uma mesma área, negando a esse grupo acesso ao que Lefebvre denominou 'direito à cidade'. A cidade capitalista, de acordo com o autor, perde a sua função de lazer, ficando subjugada à produção e à reprodução do capital, produzindo desigualdades e violência de forma alarmante, o que o autor chama de desordem.

Lefebvre (1991) denomina de zona crítica essa tensão gerada nas cidades cheias de contradições. Daí surgirá, segundo o ensaísta, a Revolução Urbana. Essa revolução, diferente do propagado pelo pensamento marxista, não terá como protagonista a classe operária. No entanto, ela acontecerá por meio de movimentos populares que começam a questionar as ideologias, as relações de produção e a sociabilidade. Para autor, é preciso estar atento “à guerrilha urbana e às vastas reuniões de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos, de amor, de erotismo, de fruição [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 281).

Percebemos então que a cidade, que está sendo produzida de forma cada vez mais hegemônica, afasta o próprio habitante do seu espaço. Ela é uma cidade que, por seus conflitos, não consegue que seus habitantes nela se realizem. Diante das insatisfações surgem movimentos e críticas que reivindicam o 'direito à cidade'.

1.4 O DIREITO À CIDADE E AO PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de 'direito à cidade' é oriundo da obra com o mesmo título escrita em 1968 por Henri Lefebvre, que pensa a justiça social no espaço urbano como um direito. A tese do autor é a de que a urbanização seria o motor das transformações sociais, e não mais a industrialização. Isso significa, entre outras coisas, a alteração no horizonte de emancipação e alienação.

A cidade, conforme o autor, é transformada em um lugar de alienação da vida cotidiana, em um espaço de opressão. Para exemplificarmos esse pensamento podemos citar o trabalhador que enfrenta longas distâncias para o trabalho, em um transporte coletivo cheio, passa horas em seu emprego, sofre os mesmos percalços para retornar a sua casa, precisando repetir esta rotina no dia seguinte. Esse trabalhador, apesar de possuir casa, transporte, emprego, e a possibilidade de consumo, não vive os encontros da cidade. Então, para Lefebvre, o direito à cidade ultrapassa questões geralmente colocadas quando relacionadas a esse direito, como direito ao asfalto, à moradia ou a algum tipo de infraestrutura – apesar de indispensáveis. Segundo Lefebvre (2006), o que esse direito reivindica não são ‘coisas’, mas algo mais vago, porém essencial: o direito a usufruir da vida cotidiana com prazer e encontros, com imprevisibilidades, o direito à obra, ao valor de uso primar sobre o valor de troca:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e direito à apropriação (bem distinto de direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2006, p. 124).

Para além da luta pela apropriação do que existe, o direito à cidade, de acordo com Lefebvre, trata-se do direito de produzir novas relações de apropriação do espaço. Neste contexto, é preciso que se empreenda uma transformação em toda a estrutura social que se apresenta.

Em nosso trabalho, ao compreendermos a cidade enquanto espaço de produção de valores culturais e processos formativos, especificamente no que concerne à região central de Goiânia, iremos relacionar o conceito de direito à cidade, elaborado por Lefebvre ao patrimônio cultural e à apropriação. Nesse sentido, entendemos que compreender e preservar o patrimônio cultural urbano é uma forma de garantir à cidade o seu valor de ‘obra’ e a apropriação dela pelo sujeito.

Todos nós, que habitamos as cidades, conseguimos identificar lugares que nos remetem à memória, nos quais reconhecemo-nos por termos vivido experiências cotidianas ou especiais. Existem, ainda, locais dotados de relevância histórica. Mesmo que tal relevância seja pregressa à nossa existência, ela nos faz sentido ao ser narrada por moradores mais antigos. São espaços com significados, memórias e

histórias que os tornam especiais, diferenciando-se dos demais. Todo esse conjunto, símbolos, memória e significados podemos chamar de identidade. E é a identidade que dá ao sujeito o sentimento de pertencimento, como demonstra Pesavento (2008, p. 4).

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de idéias imagens que explica e convence.

Dessa forma, a identidade não é algo natural, mas histórica, e se transforma ao logo do tempo, expressando-se através dos ritos, das práticas sociais e também das construções com função memorial e celebrativa, como os monumentos – práticas que transformam o patrimônio urbano em um espaço privilegiado para se observarem as dinâmicas da sociedade e a produção da diferença. Ao atentarmos à morfologia urbana; não à mera cronologia do passado e do presente, mas à presença sincrônica de diversos tempos de interação, compreendemos que o tecido urbano das cidades comporta temporalidades diferentes, uma mistura viva das temporalidades no presente.

Para compreendermos o processo de preservação do patrimônio e a forma como podemos inserir o direito à cidade ao patrimônio, discorreremos brevemente a respeito de como esse tema se desenvolveu e se transformou. No início do século XIX, surge a restauração de monumentos como disciplina. Nesse momento, as intervenções aconteciam exclusivamente nos edifícios, de maneira isolada. A partir da metade do século, quando as cidades começam a passar por transformações decorrentes da industrialização, passa a surgir a preocupação com o núcleo antigo das cidades, ameaçado pelo intenso processo de urbanização. Neste contexto, destaca-se como protagonista na luta pela preservação da história das cidades o inglês John Ruskin (1819-1900), que defendia com fervor a 'intocabilidade' do núcleo antigo.

O conceito, em evolução ainda no início do século XX, toma o patrimônio como um tecido vivo que, mesmo preservado, deve ser adaptado a novos usos e funções.

Até então, a preocupação com a preservação se limitava aos edifícios, às vias e aos bens imóveis. Contrapondo a ideia de preservação do patrimônio, nesse mesmo período (mais especificamente em 1933) um grupo de arquitetos modernistas lança a 'Carta de Atenas', na qual apresentam as dificuldades de preservação de núcleos históricos em decorrências das novas demandas, sugerindo, se necessário fosse, a demolição de toda a malha urbana. Era o movimento moderno, que na arquitetura reconstruiu cidades do pós-guerra com construções ágeis, poucos ornamentos e modelo padrão. Nos campos da Arquitetura e da arte, a ideia era a de que, para se construir o novo, se fazia necessário dar-se um fim ao antigo; a destruição para impulsionar o progresso. O Movimento Moderno conseguiu atingir de forma global arquitetura, urbanismo, artes plásticas, moda e música, tendo pouca diferença entre os povos.

Tal movimento começa a perder espaço na década de 1960, com a contracultura. Os movimentos de minorias, as universidades e os institutos de artes criticam a massificação, dando início ao pós-modernismo, que se posiciona a favor da particularidade do indivíduo e das sociedades, valorizando a cultura como específica de cada povo: "A ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno" (HARVEY, 2004, p. 52).

Nasce um novo modo de pensar, surge uma nova forma de lucrar. O mercado enxerga um negócio lucrativo na valorização da cultura. Conhecer o que cada lugar oferece de novidade, comercializar a cultura local, passa a ser um bom negócio. É nesse momento, em especial na Europa, que os Centros históricos que haviam sido desvalorizados com o crescimento das cidades passam a se tornar locais de investimento. As revitalizações em áreas centrais começam a surgir. Edifícios, monumentos e praças são reformados e tombados pelo governo, financiados por empresários e incorporadoras.

Intervenções que, é importante colocar, surgiram sem a participação popular, ou seja, as pessoas que dão significado aos lugares não foram consultadas, gerando fenômenos como a gentrificação. Esse tipo de intervenção reforça a cidade como valor de troca, como lucro, negando, assim, o direito à cidade. Deixar de ouvir e integrar os valores da comunidade na elaboração de políticas públicas de cunho urbanístico produz intervenções sem vínculos, meros cenários para espetáculos contemporâneos, interferindo diretamente na eficácia desses espaços tombados.

Nesse sentido, a construção do conceito de patrimônio cultural, adotada a partir do final do século passado, preside o processo de transformação, ressaltando a importância da preservação de bens culturais considerados 'imateriais' ou 'intangíveis'. Dessa forma, para se tornar patrimônio, um bem precisa não apenas ter importância material e técnica, mas principalmente precisa fazer parte da vida cotidiana, na ressignificação e na interação permanente da sociedade. O patrimônio é visto como um fato social. É criado não pelo poder público, mas pela sociedade. Ele deve contribuir para a vida urbana, garantindo-se, assim, que seja apropriado pelo cidadão, resgatando-se o seu valor de uso.

Portanto, entendemos que a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, com a participação efetiva da comunidade local, é essencial para que as cidades retomem seu valor de uso, alcançando-se, assim, o 'direito à cidade'. Para que esse patrimônio seja, de fato, instrumento de vitalidade, é importante conhecer a relação existente entre o objeto e a população, com o intuito de que esse bem histórico e cultural se torne instrumento de coesão social e de desenvolvimento.

II A CIDADE DE GOIÂNIA: O CENTRO COMO ESPAÇO FORMATIVO

Neste capítulo, buscamos fornecer elementos que sirvam de fundamentação teórica para a educação na cidade. Para compreendermos a educação na cidade, apresentamos o conceito de ‘cidade educadora’, desenvolvido na década de 1990, e as pesquisas brasileiras relacionadas ao tema.

Além dos projetos formalizados das cidades educadoras, discorreremos sobre outras formas de se aprender na cidade, de maneira informal, com base no pensamento de Paulo Freire. De acordo com o estudioso, a vivência na cidade, mediada, produz uma leitura crítica de mundo, capaz de identificar as diferenças produzidas pela sociedade, colaborando na emancipação do sujeito. Acrescentamos também as reflexões de Lefebvre, segundo o qual a vivência na cidade possibilita a implementação de mudanças na realidade, uma possível revolução urbana, uma transformação radical.

A partir dessa supracitada apropriação da cidade empreendida por grupos distintos – os quais, naturalmente, possuem percepções diferentes de seu entorno –, os valores são gerados. A fim de se identificarem os diferentes valores que a cidade pode produzir no sujeito, a principal referência de nossa pesquisa é a categorização feita por Ulpiano Meneses (2009).

Elegemos o Centro de Goiânia como local da pesquisa, por entender ser, mesmo com as dificuldades apresentadas, um espaço de pertencimento, de centralidade e identidade, e por encontrar ali, atividades comerciais e culturais que diferem do restante da cidade.

2.1 A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO – A EDUCAÇÃO PELA CIDADE

A educação tem o objetivo de capacitar o ser humano para que, ao longo de sua vida, ele consiga desenvolver suas atividades. Portanto, estamos sempre em constante aprendizado. O conceito de ‘educação ao longo da vida’ é, por diversas vezes, citado em documentos, encontros e debates de cunho oficial promovidos por organismos internacionais. Ao analisar esse conceito, percebemos duas ideias principais, uma relacionada ao tempo e a outra ao espaço. Neste sentido,

compreendemos a educação como um processo temporal contínuo que acontece além dos espaços institucionalizados. Sendo assim, a educação não se restringe à escola, podendo ocorrer em vários momentos da vida cotidiana, bem como em diferentes locais.

É nesse sentido que desenvolvemos nosso trabalho. Destacamos o papel da educação para além da sala de aula e das instituições. Compreendemos a educação como processo contínuo de vivência, que pode acontecer em todos os lugares e a qualquer momento, contribuindo para a formação social, cultural e histórica do sujeito.

Ao entendermos que a educação pode ocorrer além dos espaços institucionalizados, compreendemos a cidade como um lugar de aquisição de valores culturais e processos educativos. Tal movimento acontece em seus espaços físicos: as ruas, as praças, os monumentos, que contribuem para a leitura da cidade e favorecem o encontro e, conseqüentemente, as trocas. No entanto, também pode ocorrer em âmbito simbólico. Neste sentido, as instituições, os diferentes atores sociais e os ritos colaboram na formação do cidadão que vive nas cidades e convive com esses padrões.

Diferentes configurações nos permitem analisar a educação nas cidades: de maneira formal, através de projetos intencionais, como o caso das 'cidades educadoras', mas também baseando-nos em modelos de interpretação e análise oriundos da vivência cotidiana, engendrados por teóricos da educação.

O conceito de 'cidade educadora' surge no início dos anos 1990 em Barcelona, quando um grupo de educadores concordou que apenas a escola não seria suficiente para transmitir todo o conhecimento e as experiências do mundo contemporâneo às crianças e aos adolescentes. Esse pensamento fez com que as práticas educacionais escolares se desviassem de seu lugar hegemônico, a escola – espaço que passou a ser reconhecido como mais uma instância que as tornaria possíveis, mas não a única. Como sugere Trilla Bernet:

A escola é uma instituição histórica. Não existe desde sempre nem nada garante sua perenidade. Foi e é funcional a certas sociedades, mas o que é realmente essencial a qualquer sociedade é a educação. A escola constitui apenas uma de suas formas, e nunca de maneira exclusiva (TRILLA BERNET, 1997, p. 17).

Neste contexto, acontece em 1990 a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras em Barcelona, no qual um grupo de cidades, representadas por seus governos locais, tinham por objetivo trabalhar em conjunto, ao redor de diversos projetos e atividades, visando a melhora na qualidade de vida de seus habitantes. Nesse encontro foi produzida a 'Carta das Cidades Educadoras', que inclui em seu preâmbulo:

Hoje, mais do que nunca, a cidade grande ou pequena tem inúmeras possibilidades educacionais, mas também pode ser influenciada por forças não educacionais e pela inércia. De uma forma ou de outra, a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educacional permanente, plural e poliédrico, capaz de se contrapor a fatores não educacionais (CENPEC, 2006, p. 156).

Conforme Fernandes (2009), a ideia geral desta Carta é a de que a cidade é, por si só, geradora de educação para os seus habitantes; de que ela contém em si elementos importantes para uma formação integral das pessoas. No entanto, a cidade só será educadora se reconhecer, exercer e desenvolver, para além de suas funções tradicionais, uma função educadora: se ela assumir uma intencionalidade e uma responsabilidade; se o seu objetivo for a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens.

Dois anos depois, no ano de 1992, em Goteborg (Suécia), aconteceu o II Congresso Internacional, que foi o ponto de partida para o nascimento da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)⁷. A AICE é uma associação sem fins lucrativos, estabelecida como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais comprometidos com a 'Carta das Cidades Educadoras' (qualquer governo local que aceite este compromisso pode se tornar um membro ativo da Associação). Porém, como não poderia deixar de ser, apesar de um objetivo comum, cada cidade deve construir seu próprio modelo, de acordo com as especificidades e necessidades de seu contexto.

Ainda conforme a AICE, os objetivos mais importantes da associação podem ser resumidos em:

⁷ Asociación Internacional de Ciudades Educadoras. Disponível em: <http://www.edcities.org/>. Acesso em: 18 out. 2022.

- Reivindicar a importância da educação na cidade;
- Definir o direito à educação como extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação, considerando-se a necessidade da educação permanente e ao longo da vida;
- Promover a educação na diversidade;
- Incentivar o diálogo entre as gerações;
- Incluir modalidades de educação formal, informal e não formal;
- Destacar os projetos políticos das cidades;
- Promover, inspirar, encorajar e garantir o cumprimento dos princípios estabelecidos na Carta das Cidades Educadoras (incluída na Declaração de Barcelona);
- Colaborar com organizações internacionais;
- Promover encontros, intercâmbios, projetos, congressos, atividades e iniciativas que estreitem os laços entre as cidades educacionais.

Atualmente, 510 cidades integram a associação, provenientes de 34 países de todos os continentes. No Brasil, 22 cidades⁸ são associadas a ela. Observamos grande participação de municípios do estado do Rio Grande do Sul, porém, nenhum município do estado de Goiás é credenciado. A distribuição de municípios por estado ocorre da seguinte forma:

- Rio Grande do Sul: dez municípios.
- São Paulo: oito municípios.
- Minas Gerais: um município.
- Ceará: um município.
- Espírito Santo: um município.
- Paraná: um município.

O interesse pelo tema fez surgir pesquisas acadêmicas. No que concerne à produção científica brasileira sobre a questão, ao pesquisarmos ‘cidade educadora’ no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes⁹, sem limite de data ou de área de

⁸ Pesquisa feita em 25 de agosto de 2020. Cidades Brasileiras associadas: Belo Horizonte (MG), Camargo (RS), Carazinho (RS), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Gramado (RS), Guarulhos (SP), Horizonte (CE), Marau (RS), Mauá (SP), Nova Petrópolis (RS), Porto Alegre (RS), Santiago (RS), Santo André (SP), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São Gabriel (RS), São Paulo (SP), Soledade (RS), Sorocaba (SP) e Vitória (ES). Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/lista-das-cidades-associadas/>. Acesso em: 18 out. 2022.

⁹ Repositório no qual se pode ter acesso a produções de diversas universidades brasileiras. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 21 out. 2022.

estudo, considerando-se apenas o descritor 'cidade educadora', obtivemos como resultado 55 trabalhos, sendo 44 dissertações e 11 teses.

Compreendemos, então, que toda cidade é educadora. Todavia, para ser uma cidade educadora ela deverá assumir essa intencionalidade com o compromisso de planejar ações que estimulem a prática educativa. Instituições, governamentais ou não, assumem a função educadora que a cidade pode oferecer.

Porém, a educação na cidade não se limita apenas à rede de cidades educadoras. Mesmo sem assumir a função educadora, a cidade tem a capacidade de educar, sendo ela um espaço no qual livres manifestações acontecem. Assim, a sociedade consegue expressar seus anseios políticos, sociais e artísticos, proporcionando o encontro e o contato entre diferentes grupos. Neste sentido, retomamos Lefebvre: a cidade não é apenas o lugar do trabalho, mas também é o lugar de encontros e da 'festa'.

Freire (1987) apresenta princípios que se adequam a uma ideia da cidade como espaço de produção de valores culturais e processos educativos, pois ele reconhece o saber local e a cultura popular. Em grande parte de sua obra, Freire aponta para uma educação que supera o âmbito institucional da escola, acontecendo também em um espaço social; uma educação que ensina o cidadão a fazer uma leitura de mundo para, com essa consciência adquirida, conseguir transformá-lo. Ao vivenciar a cidade, observando os reflexos produzidos na sociedade pela forma como ela é produzida, compartilhando as diferenças e fortalecendo as relações sociais, o sujeito consegue construir uma experiência que irá contribuir para a formação de sua cidadania. Nesse contexto, cabe ressaltar o pensamento de Paulo Freire, segundo o qual: "Ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 39). As pessoas educam-se em comunhão mediadas pela realidade em que vivem. Ao considerarmos a cidade entendemos que, para além de passagens ou obras construídas, ela é também lugar de encontros mediados pelas relações sociais concebidas nesse espaço e outras áreas do saber, que vão constituir o pensamento crítico do sujeito.

O sujeito, para Paulo Freire, está em permanente processo de formação. Assim, elimina-se o pensamento determinista que inviabilizaria qualquer tipo de mudança em situações opressoras vivenciadas. Ao vivenciar as diferenças e se conscientizar de sua realidade, o sujeito será capaz de promover uma educação emancipadora, ou seja, uma educação que busca desenvolver o pensamento crítico,

formando cidadãos ativos em busca de uma sociedade mais justa. De acordo com o pensamento freiriano, não existe uma educação, mas educações. Como demonstra Romão (2008):

Para Paulo Freire, não existe a educação, mas educações, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Basicamente, as várias “educações” se resumem a duas: uma, que ele chamou de “bancária”, que torna as pessoas menos humanas, porque alienadas, dominadas e oprimidas; e, outra, libertadora, que faz com que elas deixem de ser o que são, para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas. A primeira é formulada e implementada pelos(as) que têm projeto de dominação de outrem; a segunda deve ser desenvolvida pelos(as) que querem a libertação de toda a humanidade (ROMÃO, 2008, p. 152).

Entendemos que a cidade pode funcionar como um espaço interdisciplinar para a prática educativa, seja com atividades intencionais ou com vivências e observações cotidianas das particularidades de cada lugar, que podem colaborar para a educação libertadora de forma dialógica, que ensina a ler o mundo para poder transformá-lo, como sugere o pensamento freiriano.

Um dos fundamentos de Freire é o de que a educação precisa ser dialógica. O autor compreende que as trocas humanizam e são essenciais na construção dos conhecimentos, assim, cada um pode contribuir para a formação do outro, caminhando na contracorrente da educação bancária. Freire propõe, então, que o cotidiano seja problematizado, escapando-se do pensamento comum tantas vezes imposto e, a partir de então, revelando-se a realidade.

Procuramos neste trabalho colocar em diálogo as ideias de Paulo Freire e o pensamento de Lefebvre, o qual toma a sociedade urbana como a possibilidade de emancipação humana. O próprio conceito de ‘direito à cidade’ surge a partir do questionamento sobre como a cidade moderna produziu espaços contraditórios, considerando que o pensamento crítico dessa realidade pode ser um caminho para a transformação futura, a revolução urbana.

2.2 A CIDADE COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO NO PROCESSO FORMATIVO DO SUJEITO

Experiências cotidianas na cidade, trocas, encontros e conflitos reforçam a ideia do urbano como palco das relações sociais, transformando o sujeito – seja pela

memória construída, pela produção de sentidos, pela leitura da realidade ou pela identificação a grupos específicos por meio de experiências coletivas. Ao viver, estar, aprender com/na cidade, ela se torna uma mediadora, contribuindo no processo de aprendizagem humana.

Diferentes grupos vivem na cidade, e a forma de relacionar e gerar valores é diferente em cada grupo. Como já foi dito, a cidade pode ser interpretada conforme a experiência do indivíduo. Sendo assim, as práticas educativas podem adquirir diferentes valores, de acordo com a relação do sujeito com o espaço, como ocorre no *cartum* francês mencionado por Menezes (2009, p. 26). Segundo tal exemplo, no interior de uma catedral gótica, uma velhinha ajoelhada, profundamente envolvida em sua oração, rodeada por turistas, é advertida pelo guia: “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Ela, provavelmente uma habitante do lugar, tem uma relação com a igreja completamente diferente do turista.

Nesse sentido, entramos novamente na questão da educação patrimonial, compreendendo o patrimônio da cidade como um fato social, como uma forma de produzir mudança, segundo o qual valores materiais (como os edifícios) e valores imateriais (os processos, as celebrações e os saberes) são reconhecidos nas relações afetivas, pois são essas associações que irão contribuir para a formação de valores.

Menezes (2009) ratifica a necessidade de compreender e inserir o olhar da população no processo de patrimonialização. O autor considera “premente começarmos a rever nossa postura a respeito do valor e da avaliação (reconhecimento de valor), sem excluir a perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre privilegiando aquela do usuário, do fruidor.” (MENEZES, 2009 p. 34). Portanto, é fundamental que as relações e os significados existentes entre a sociedade e o patrimônio sejam mediados.

Entendendo patrimônio também como fato social, Menezes (2009) demonstra que valores culturais se estabelecem conforme a relação social do sujeito com a cidade ou o patrimônio específico. São valores estabelecidos, portanto, pela sociedade, e não pelo poder público. O pesquisador propõe os seguintes componentes para a conformação do valor cultural de um sítio urbano:

- Cognitivos
- Formais
- Afetivos Pragmáticos
- Éticos

Como cognitivo, o autor define os valores que produzem informação, que propiciam uma fruição intelectual, enfocando o bem como documento “ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza” (MENEZES, 2009, p. 35). O valor formal (ou estético) é identificado quando o bem cultural é percebido como “oportunidade qualificada”, enquanto intermediador da relação entre o “eu” e o mundo externo, “do efeito da presença, nos objetos, de atributos capazes de aguçar a percepção, de levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais ampla dos sentidos” (MENEZES, 2009, p. 36). O autor entende por valor afetivo quando o bem é tomado pelas vinculações afetivas, com sua carga simbólica, por meio da memória, e sua aferição “envolve mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social” (MENEZES, 2009, p. 36). Já o valor pragmático é entendido como o “valor de uso percebido como qualidade” (MENEZES, 2009, p. 37), extrapolando a questão do uso, única e simplesmente. E, finalmente, o valor ético é “aquele associado não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro” (MENEZES, 2009, p. 37).

Consideramos igualmente o pensamento de Freire, segundo o qual a cidade e o seu patrimônio são potencialidades para a compreensão crítica da realidade do sujeito inserido em tal contexto, colaborando para a formação de valores e para o pensamento crítico deste sujeito. Assim, Freire (2014) critica a educação patrimonial conservadora, a qual privilegia a história de grupos dominantes e rejeita tradições populares, priorizando a preservação e não a interpretação e a apropriação do indivíduo em relação ao patrimônio.

O pensamento crítico constituído no cotidiano da cidade é a base da revolução urbana visualizada por Lefebvre. Ao compor mais uma tríade do seu pensamento, o autor apresenta três conceituações para a forma como o espaço evoluiu na história das cidades: absoluto (o espaço antigo); abstrato (espaço presente); e diferencial (projeto revolucionário de futuro). Tais espaços distintos podem coexistir em um mesmo período. Marcas do espaço absoluto (passado) não são eliminadas por completo, persistindo antigas contradições. E novas contradições são apresentadas no espaço abstrato (atual e de dominação). Esse novo espaço, em suas falhas, abre brecha para o espaço diferencial.

As contradições identificadas no espaço abstrato fornecem elementos para a formação de valores e pensamento crítico, quando o sujeito, na leitura da cidade, consegue constatar as imposições e injustiças impostas a ele. Lefebvre completa acreditando que o “espaço abstrato dominou o espaço histórico, que todavia continuou vivo, embora perdendo sua força gradualmente, como um substrato ou sustentáculo dos espaços de representação” (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

A percepção de como as relações se dão, mediadas pela cidade, revela, no encontro de grupos distintos, se existe respeito entre as diferenças, bem como as tentativas de exploração ou anulação do outro diante dos conflitos. Ao reivindicar o direito à cidade, Lefebvre se coloca contra qualquer modo de segregação e discriminação. O autor se posiciona criticamente quanto ao modo de produção perpetuada pelo capitalismo e reivindica uma cidade mais democrática. A revolução urbana e o direito à cidade vislumbram a produção de um novo espaço, tornando o urbano menos contraditório e mais agradável, reestabelecendo a festa, o lúdico, os encontros. Neste contexto, as diferenças prevalecem, superando a homogeneidade implantada. Ademais, a apropriação do tempo e do espaço são prioridade, uma vez que autor acredita em uma sociedade transformada a partir do espaço.

Sendo assim, como forma de resistência e criatividade, a apropriação do espaço urbano por grupos, com ou sem qualquer tipo de apoio institucional, enxerga na cidade um lugar propício à expressão de pensamentos distintos e à ação política e cultural em busca de uma sociedade mais justa.

2.3. O CENTRO E CENTRALIDADE, SEU ABANDONO E RECONHECIMENTO

Ao entendermos a cidade e o patrimônio como mediadores para a formação de valores e pensamento crítico, destacamos o Centro da cidade, o núcleo histórico: espaço onde a memória coletiva, cultural e histórica, é, de alguma forma, preservada; que grupos distintos identificam como um espaço para se conceberem e buscarem alternativas autênticas de pensamento, ações políticas, sociais e culturais.

A população escolhe o lugar em que irá se instalar por diferentes razões, identificando-se com o local escolhido, portanto, o Centro, tanto pela sua centralidade física, que facilita o acesso a diferentes regiões da cidade, como pela centralidade social, histórica – mesmo com a desvalorização e o abandono –, continua vivo e acolhendo grupos sociais.

De acordo com Lefebvre (2008), a centralidade é um conceito fundamental para a vitalidade, um espaço que reúne pessoas e conhecimento, que anima a vida social e demonstra a essência de uma comunidade. No entendimento de Lefebvre (2008), a vitalidade encontrada na centralidade se vincula ao direito à cidade, isto é, à vida urbana, com enfoque na reunião de pessoas e coisas, em sua diversidade.

O Centro das cidades se apresenta como um espaço privilegiado de encontros, trocas e outras práticas urbanas, mais que um ponto central da cidade, onde convergem os trajetos, apresenta-se como um lugar de comércio/mercado e também como um espaço de encontros e lembranças afetivas. Se entendemos que ritos, práticas sociais e bens imóveis formam a identidade e o sentimento de pertencimento, identificamos o Centro, mesmo em sua decadência, como o lugar privilegiado de manifestação da memória. Objeto de inúmeras transformações, com a vitalidade por vezes ameaçada, o Centro resiste, seja por iniciativa privada, pública ou de grupos que se reúnem para novos tipos de comércio, manifestações culturais, lazer e sociabilidade.

A partir do século XX, a aceleração da expansão urbana – em especial nas cidades latino-americanas, de forma desigual e desordenada induzida por mecanismos de mercado – produz consequências negativas que geram uma série de problemas: a segregação, a falta de infraestrutura e o forte esvaziamento da região central, dentre outros problemas, conforme apontamos no capítulo anterior. O Centro passa por uma diminuição gradativa de atividades e pela desvalorização em função dos novos Centros, perdendo sua importância e seu status. Essas novas centralidades são marcadas pelo aspecto comercial, com o surgimento dos *shoppings centers*, pelo deslocamento dos Centros cívicos governamentais e dos edifícios mistos de escritório para os bairros novos.

Pelo mesmo processo passa a questão da habitação. O Centro não interessa mais ao capital. Os moradores originais, a maioria de origem burguesa, se deslocam para os novos bairros, sendo substituídos, em especial nos grandes Centros, pela população empobrecida, que passa a habitar os edifícios abandonados, transformados em cortiços. Surgem os Centros fabricados, criados para atender grupos específicos, de forma hegemônica, excluindo possíveis conflitos.

A mescla de classes sociais foi se perdendo ao longo do tempo. De lugar mais importante da cidade – em especial daquelas de portes maiores –, o Centro passa a ser associado, pelas camadas mais privilegiadas da sociedade, a um conjunto de

definições negativas: congestionamento, falta de estacionamento e vagas de garagem nas unidades habitacionais, poluição, moradores de rua, pobreza, violência e ilegalidade. Podemos relacionar a ideia de Centros fabricados também ao conceito de Lefebvre de espaço abstrato: o espaço atual, no qual se instalou a homogeneidade, a fragmentação, a normatização e a hierarquização impostas pelo estado e pela produção capitalista.

O centro perde sua vitalidade de outrora. Porém, mesmo diante da desvalorização contínua e marcante na cidade, ele é essencial para a articulação e a consistência da vida urbana, reforçando a importância da centralidade. Ao reconhecer a importância do Centro, em busca de devolver a vitalidade perdida, em certo momento os Centros urbanos passam a ser objeto de estudos, pesquisas e investimentos. A partir da década de 1960, surge um despertar para a questão do patrimônio, da importância simbólica dos Centros urbanos. Os problemas urbanos se agravaram, e políticas com o objetivo de reviver e trazer a vitalidade de volta ao Centro surgem nos mais diversos discursos: moradia, sustentabilidade, segurança, patrimônio e turismo. O Centro passa ser enxergado novamente.

Jacobs foi uma das pioneiras na temática sobre a vida nos espaços da cidade, ao defender a diversidade em sua teoria sociológica atrelada ao conceito de 'olhos da rua'. Em seu livro *Morte e vida nas Grandes Cidades* (2011), Jacobs critica o urbanismo moderno, o zoneamento restritivo, os projetos viários que privilegiam o automóvel em detrimento do pedestre, e defende o movimento de pedestres e a preservação da identidade dos bairros. Quanto mais pessoas, pelos mais diferentes propósitos, se movimentarem e interagirem nas ruas, mais seguro se torna esse espaço, portanto, a vitalidade e a diversidade favorecem, no pensamento de Jacobs, a segurança na cidade.

Diversidade não considerada apenas no que diz respeito às pessoas e ao uso diferente do sol, ela destaca que também os monumentos e prédios históricos contribuem para a diversidade urbana, já que são vestígios da ocupação e da memória da cidade: "Corta-se a cidade grande em pedaços, cada um dos quais é analisado, expurgado e homogeneizado. O mistério do desconhecido e o raciocínio crítico dos homens são extirpados da cidade", revela Jacobs (2011, p. 163) em mais uma crítica à cidade moderna.

Conceitos de sustentabilidade também devem ser trazidos à baila ao se ressaltar que espaços ricos em infraestrutura devem ter a vitalidade restaurada,

controlando, de alguma forma, a expansão urbana. Voltar a ocupar as moradias no Centro, além desacelerar o processo de expansão urbana, pode solucionar em parte a questão da habitação popular. Com isso, beneficiam-se as famílias que se instalam nos apartamentos ociosos na área central – as quais terão maior acesso a serviços e passarão menos horas no transporte público (que poderão ser revertidas em momentos de lazer). Essa possibilidade também devolveria as pessoas às ruas do Centro, abrindo-o novamente à diversidade de classes.

Nesse sentido, discussões sobre o patrimônio, a revitalização como direito à cidade, a ‘mixidade’ social, bem como a crítica às consequências negativas do mercado sobre o espaço urbano formam diferentes correntes voltadas à intervenção nos Centros urbanos. Esse movimento teve início nos Estados Unidos e na Europa. No entanto, vem crescendo o número de cidades latinas e brasileiras decididas a readequarem seus Centros antigos.

2.4 O CENTRO DE GOIÂNIA

É evidente que, se nove décimos da nossa existência transcorrem na cidade, a cidade é fonte de nove décimos das imagens sedimentadas em diversos níveis da nossa memória (ARGAN, 2005, p. 232).

Para melhor contextualizar, faremos um breve histórico sobre o surgimento de Goiânia e seu Centro. Planejada e construída para ser a capital de Goiás, Goiânia foi concebida na década de 1930 para abrigar 50.000 pessoas, possuindo, hoje, mais de um milhão e meio de habitantes. Durante seus quase 90 anos de existência, a cidade se transformou com imensa rapidez, alterando, inclusive, seu núcleo inicial, o Centro. O Plano piloto original de Goiânia teve três projetos que definiram seu traçado inicial: o de autoria de Atílio Correa Lima (1901-1943), que serviu de referência, o de Armando de Godoy (1876-1944) e o de Coimbra Bueno (1910-1996). Nenhum foi implantado de forma integral, mas interferiram de forma decisiva na expansão e na transformação da cidade.

O Arquiteto Atílio Correa Lima, recém-chegado da Europa, foi contratado para projetar a nova capital para, como apontado acima, 50.000 habitantes. Nessa primeira

fase do projeto, foi detalhada uma área que comportava uma população de 15.000 pessoas. Assim, o núcleo central da cidade foi pensado tendo como modelo uma cidade moderna. Tal escolha foi justificada com base em argumentos médico-sanitaristas e concebida segundo preceitos do movimento progressista racionalista, daí a opção por traçados clássicos. A perspectiva monumental barroca da Avenida Goiás destaca-a como um local de poder. As figuras abaixo plastificam os planos iniciais:

Figura 4: Plano Original do Núcleo Inicial de Goiânia proposto por Atílio Correa Lima



Plano original do núcleo inicial da cidade de Goiânia proposto por Atílio Corrêa Lima

Fonte: Manso, 2001:221

Fonte: Manso (2001 p. 221).

Figura 4: Plano definitivo do Núcleo Inicial de Goiânia proposto por Armando de Godoy



Plano definitivo do núcleo inicial de Goiânia proposto por Armando de Godoy.

Fonte: Manso, 2001:221

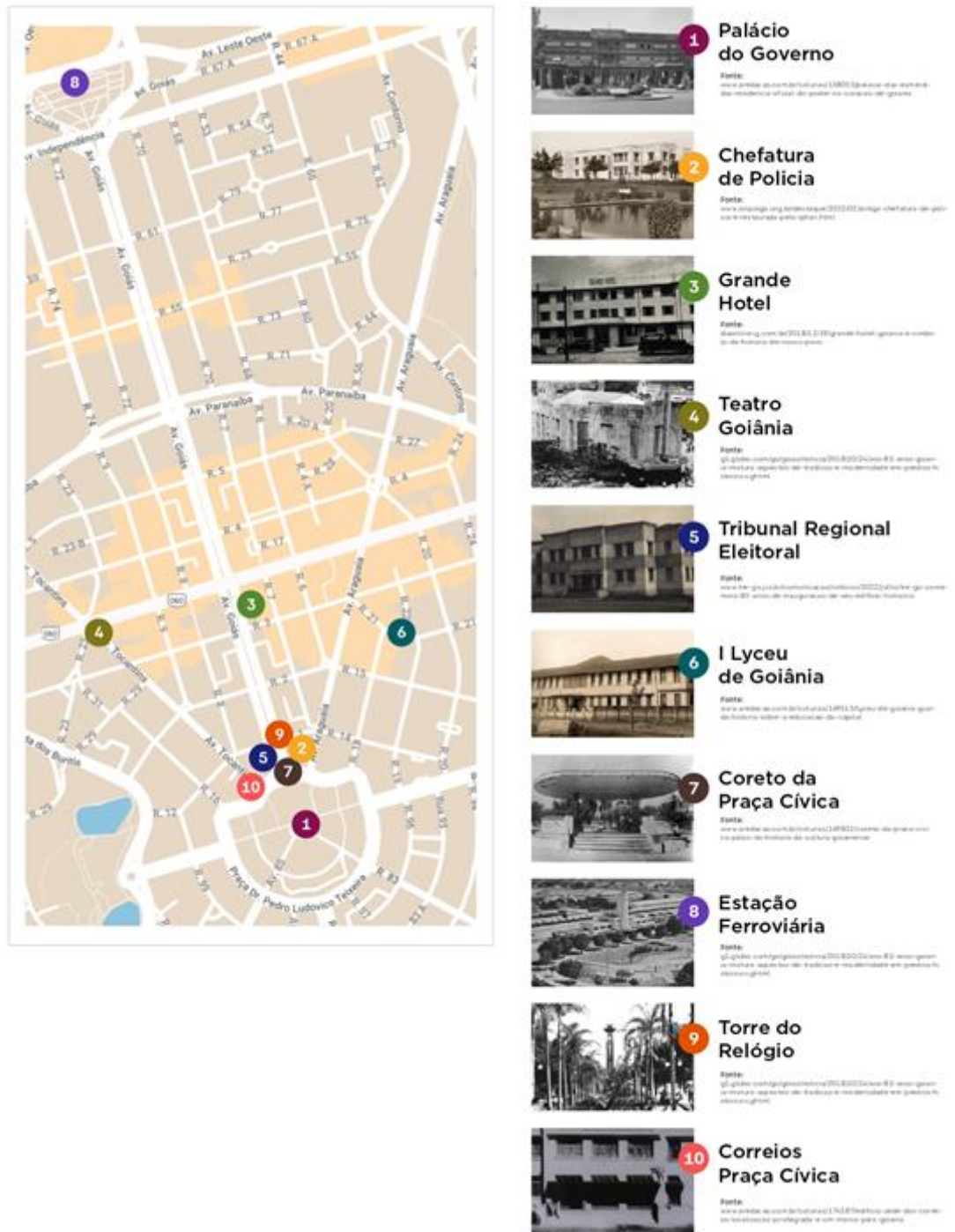
Fonte: Manso (2001 p. 221).

O Contrato com Correa Lima foi rompido, o que levou o Governo a contratar a firma Coimbra Bueno para a conclusão das obras. A empresa em questão convida Armando de Godoy para dar prosseguimento ao projeto, que inclui um novo setor, o Setor Sul. Ao darem prosseguimento ao projeto, os irmãos Coimbra dão à cidade um novo formato, oficialmente reconhecido em julho de 1938. Os setores Norte e Central são os primeiros a serem implantados. O antropólogo Lévi-Strauss, ao visitar Goiânia em seu canteiro de obra, escreveu:

Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturara o vazio ou lhe suavizara a rigidez; ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital. Sempre passageiros, e nunca residentes (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 118).

Para o autor, a cidade era triste, sem história, o oposto da antiga capital. Isto é natural, considerando-se que essa cidade em formação ainda não havia criado memórias e significados. A oposição total estabelecida pelo autor, em relação à morfologia, entre esta cidade e a antiga capital, também nos parece natural. Existia uma intenção clara ao se conceber Goiânia, que deveria ser um símbolo da ruptura. Isto se dá desde a escolha do terreno, uma planície, na qual estão ausentes as barreiras topográficas da cidade de Goiás. Ademais, seu traçado moderno em perspectiva valoriza a praça cívica em oposição ao traçado vernacular. Por fim, o palácio do governo e demais edifícios públicos no entorno da praça, entre outros (Correio, Chefatura de Polícia e Cadeia Pública, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Tribunal Regional Eleitoral, Lyceu de Goiânia, Coreto da Praça Cívica, Estação Ferroviária, Torre do Relógio etc.) adotaram a arquitetura *art déco*, (Figura 6 – Edifícios do Núcleo Inicial de Goiânia) o que existia de mais inovador à época. Portanto, a nova capital em tudo contrastava com a antiga Vila Boa de Goiás. Para seus idealizadores, a modernidade se contrapunha ao atraso. O projeto de formação de Goiânia está estreitamente vinculado à criação de seu Centro, um espaço fortemente ligado à história e à memória da cidade:

Figura 5: Edifícios do Núcleo Inicial de Goiânia



Fonte: Manso (2001 p. 221).

Cidade criada, cidade vivida. O Centro de Goiânia começa a ter sua própria história e a formar memórias. Diferentes gerações frequentaram as avenidas: o ir e vir da juventude na Avenida Goiás das décadas de 1940 a 1960, as famílias inteiras na feira *hippie* aos domingos, os fazendeiros no Café Central, os bailes e as piscinas do

Jóquei Clube, o teatro Goiânia, as boates, os serviços, os cinemas, as compras na Avenida Anhanguera – com direito a cachorro-quente. E mais: a primeira escada rolante da cidade, as missas na catedral metropolitana, as lojas da Rua Quatro, comprar discos de vinil, malas, sapatos e aviamentos, os comerciantes árabes, com seu sotaque característico, o cheiro e os sabores do Mercado Central, as manifestações políticas, a resistência, o apoio às Diretas Já, os símbolos. Tudo isso acontecia no Centro.

Com o processo de transformação da cidade, algumas características vão se perdendo. Em Goiânia, o núcleo inicial começou a ser descaracterizado já na década de 1960, com a verticalização da região, já seu processo de esvaziamento e desvalorização teve início na década de 1980 (CAIXETA, 2019) colaborando para a perda gradativa de seu patrimônio cultural – daí os edifícios descaracterizados e os hábitos e costumes abandonados. Seguindo o mesmo destino de outras cidades maiores ou do mesmo porte, o esvaziamento e a degradação do Centro de Goiânia é consequência do crescimento da cidade, do surgimento de novas centralidades e formas de se relacionar com novos espaços de distinção criados pelas elites.

Assim como outras cidades, o Centro de Goiânia também passou por revitalizações e projetos em busca de sua revalorização, entretanto, poucos resultados foram alcançados, políticas públicas não foram capazes de devolver toda a relevância perdida. Essa ineficiência é explicitada pelos projetos elaborados a partir de decisões unilaterais, que não atendiam às demandas da sociedade.

É o caso do tombamento dos edifícios de estilo *art déco* da cidade, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), evento que não contou com a participação dos goianienses, como indicado em Fernandes (2009, p. 13):

Símbolos foram impostos aos moradores como representantes da identidade da cidade, mas que, contudo, não representam de fato a cultura, o cotidiano, os sonhos e costumes de seus moradores. As edificações Art déco do Centro de Goiânia passam despercebidas aos olhos da comunidade e, por isso, quando não são demolidas e/ou descaracterizadas, são degradadas e/ou malcuidadas. Reflexo este da não-participação da comunidade no processo de tombamento desses edifícios que representam a história política do município.

Se políticas públicas se mostraram ineficientes, manifestações sociais e culturais continuam acontecendo no Centro de Goiânia, mantendo, de alguma forma, esse espaço ativo. Tais eventos são, na maioria das vezes, liderados por jovens, a

exemplo do Beco do Codorna, um pátio interno acessado por um estreito beco. O espaço, que originalmente deveria ser uma área de serviço, atendendo ao comércio local, se transformou, com a união de artistas, estudantes, skatistas e músicos, num lugar de manifestações artísticas, com paredes tomadas por grafites. Encontros do movimento Hip Hop, de skatistas, a movimentação de bares e o comércio da Rua Oito – a única via pedestrializada do Centro –, encontros de brechós e coletivos de fotografia e arte, bem como novos restaurantes que surgem ocupando antigos edifícios. Ações como essas trazem de volta a vitalidade ao Centro.

Por meio de visitas ao Centro e do acompanhamento de redes sociais, constatamos que, a partir de 2022, no pós-pandemia, quando os eventos principiaram a retornar, tiveram início, na Rua Oito, encontros e exposições por iniciativa da Casa Liberte e de Zé Latinhas e Muquifo. Em @casaliberte (no *Instagram*), encontramos postagens anunciando festividades carnavalescas com o acompanhamento de músicas antigas, eventos que se seguiram às discotecagens, ao Baile da Saudade, ao 'Centrão' (uma feira de discos de vinil) e à Mostra Cultural Memória e Resistência. Ademais, em junho de 2022 aconteceu o Felamacumbina, festas e apresentações com Djs, bandas locais, dia de rock, exposições. A Rua Oito igualmente abriga O Müquifü Cultural, um espaço coletivo de cultura e arte que se instalou, no final de 2021, no edifício Abraão A. Helou, o qual abriga loja de discos, laboratório de fotografia, estúdio de tatuagem e ateliê coletivo de artistas. Na Rua 15, os eventos pós-pandemia também retornaram, como explicitado pelas várias edições do Encontro de Brechós.

Deste modo, percebemos que iniciativas feitas por jovens e para jovens conseguem produzir uma agenda variada e relevante, como forma de resistência e apropriação, ressignificando os espaços públicos no Centro de Goiânia.

III OS JOVENS E A CIDADE

O presente capítulo apresenta o conceito de juventude e sua relação com a cidade, os espaços que frequentam de lazer, a produção de cultura e a sociabilidade produzidos por esse grupo, em especial no Centro histórico de Goiânia. Sendo assim, procuramos identificar a mobilidade espacial desse grupo no Centro e o perfil da juventude que ali frequenta.

Entendemos que o Centro de Goiânia, mesmo com políticas públicas ineficientes, ainda apresenta atratividades ao público jovem: bares, restaurantes, comércio, cultura, lazer, surgem a todo momento contribuindo para formação de vínculos e valores, se revelando como uma alternativa para o encontro de jovens de toda Goiânia e cidades vizinhas para as mais diferentes manifestações. São jovens que em suas ações cotidianas realizam seus anseios por liberdade, identidade se expressando nas mais variadas formas ao apropriar desses espaços, formando seus territórios.

Importante esclarecer o conceito de território, aqui adotamos conceito elaborado por Santos (2002) que parte do 'espaço banal', essa ideia relaciona o espaço da vida cotidiana ao espaço das relações socioespaciais, ou seja, onde se apresentam as relações de poder e disputas, onde as práticas sociais se manifestam. Nesse sentido o espaço banal contribui para a construção da categoria território que para o autor é onde se vive o cotidiano e as experiências se realizam. O território é o espaço com vida, à medida que pessoas, organizações e instituições se encontram usam e se apropriam, o espaço banal é transformado em território, se tornando o lugar das experiências e da construção de práticas coletivas:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre as quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que está se falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96).

E assim espaços da cidade são apropriados por diferentes grupos sociais e culturais, como por exemplo, o Grande Hotel, na Avenida Goiás, um edifício histórico construído na fundação da cidade que abrigou durante um tempo eventos de Hip Hop,

uma manifestação cultural juvenil, transformando-se em um espaço 'territorializado'. Encontramos na territorialidade um empenho de grupo específico que deseja usufruir de determinado espaço, territorializando-o, ou seja, convertendo-o em seu território. Apropriar-se do Grande Hotel, que outrora tinha outro uso, que já foi lugar de ostentação da sociedade goiana, foi a forma encontrada para a manifestação de um grupo que por vezes é marginalizado e até expulso de outros territórios. Esse movimento de territorializar e reterritorializar demonstra a dinâmica da cidade, que se movimenta de acordo com os processos de identificação cultural e apropriação espaciais.

Importante ressaltar que nosso trabalho é focado em um grupo específico, os jovens, sendo esta fase importante em si entre a infância e a vida adulta marcada por transformações físicas, psicológicas, biológicas e pela busca de produção de suas próprias culturas juvenis. Com tanta complexidade, a juventude não poderia ser homogênea, sabemos que existem diferenças que impedem generalizar e falar de juventude no singular, o indicado é falar em juventudes (CASSAB, 2009). São inúmeros grupos juvenis, que vivem experiências de maneiras distintas em razão de origens e classes diferentes, onde os espaços, experiências e contextos inseridos influenciam diretamente em sua relação com o mundo da produção e do consumo, tanto de bens materiais como bens culturais e simbólicos.

Relacionando o conceito de território e juventude entendemos que é no território que os jovens exercem a vida cotidiana e praticam suas ações, formando sua identidade e valores. Usufruir da cidade transforma esses espaços em local de produção cultural e de sociabilidade De acordo com Souza (2020, p. 28):

[...] Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde eles são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde as pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesses, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certo recursos cobiçados e os espaços, ou na base de identidades, territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

Retornando ao exemplo da cultura Hip Hop, na qual o jovem usa a cidade para expressar, por meio da música, da dança e da arte (grafite), as contradições, opressão, desigualdade do mundo que vive, encontra no espaço público o cenário ideal para suas manifestações, a cidade, nesse caso, além de um espaço de

emancipação para os jovens apresenta-se como palco e tela. Ferreira esmiúça os conceitos de palco e tela:

palco quando esses jovens se apresentam coletiva ou individualmente através de marcadores identitários, ocupando sua paisagem; a tela surge no momento em que a cidade torna-se substrato para a inscrição de uma infinidade de diferentes mensagens em sua materialidade (FERREIRA, 2019, p. 27):

Na rua o jovem se liberta da vigilância de adultos e instituições, é visto, em grupo, confere uma identidade coletiva que o fortalece. Em um grupo em que se identifica mais que se encontrar ele consegue se mostrar diferente daquilo que rejeita. Silva (2010, p.75) esclarece que identidade é “o ponto original relativamente ao qual se define a diferença”, isto é, é através da diferença que a identidade se constrói, que se define o que é (através do que não é), que se traduzem os desejos, as disputas, o sentimento de pertencimento e que se estabelecem as fronteiras que definem o nós e o eles.

É ao experimentar o urbano que a vivência na cidade se constitui como aprendizado: nos encontros, desencontros, nas produções cotidianas, na atribuição de significados aos monumentos, na apropriação de espaços em novos usos e funções, na identificação de seu território, na constatação da diferença, nos valores adquiridos, na comunicação entre pessoas e espaço, na leitura crítica da cidade. Se a cidade pode ser considerada como aglomeração, também podemos relacioná-la ao acúmulo de saberes.

3.1. JOVENS E AS PRÁTICAS NA CIDADE: MOBILIDADE SÓCIO ESPACIAL

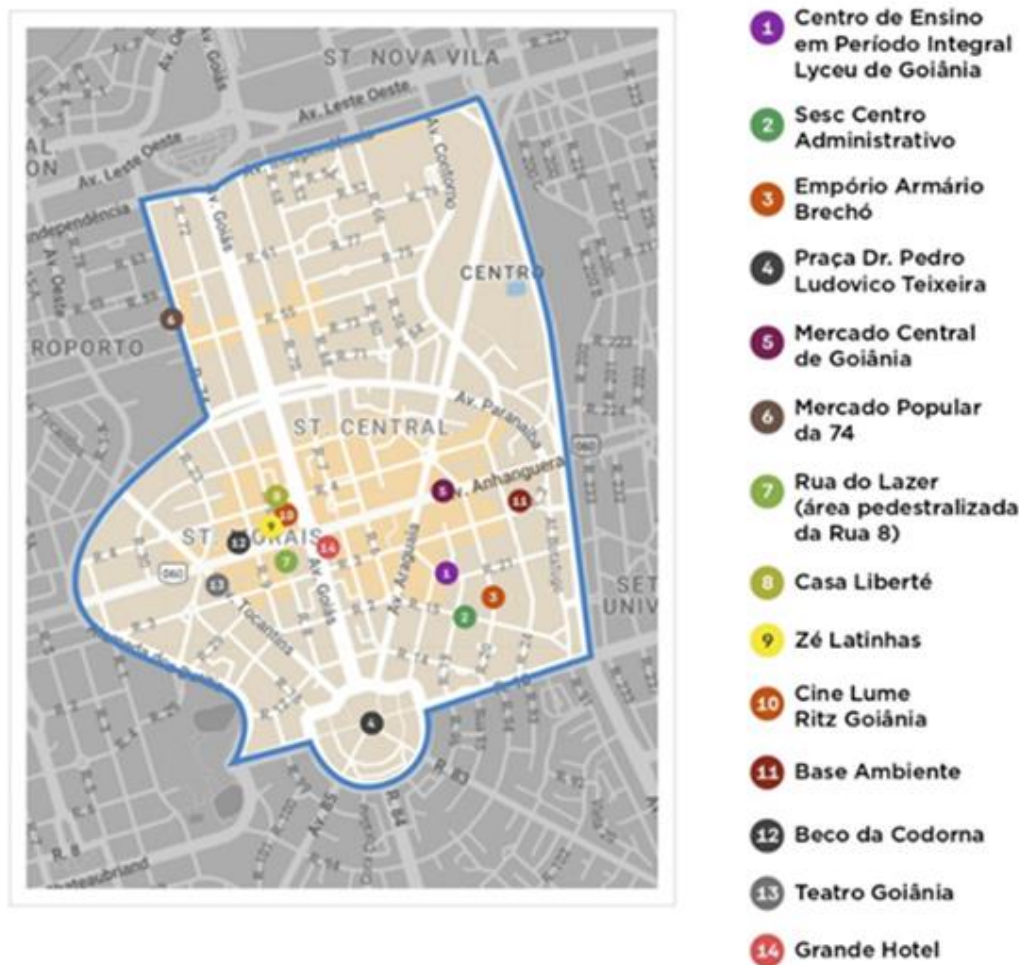
Através de pesquisas, caminhadas, acompanhando as redes sociais de eventos e conversas com jovens frequentadores do Centro, conseguimos identificar coletivos, eventos, lazer e comércio destinados ao público jovem. Becos, bares, muitas vezes edifícios abandonados pelo capital foram apropriados de diversas formas, seja através dos grafites, da música, ou da forma de se vestir, produzindo suas marcas, como demonstra Cavalcanti:

Em suas práticas, os jovens usam seus corpos e a cidade, ocupando-os, apropriando-se deles e produzindo neles suas marcas. Sendo assim,

participam das práticas espaciais formadoras de territórios, de múltiplas territorialidades. Na formação e na manutenção desses territórios, os jovens fazem suas marcas, “modelando” suas paisagens, reais e imaginárias (CAVALCANTI, 2013, p. 8)

No mapa do Centro de Goiânia (fig.7) indicamos alguns dos pontos observados na pesquisa e que foram também citados nas entrevistas e redes sociais:

Figura 6: Perímetro da área estudada



Fonte:

Dessa forma conseguimos identificar no Centro de Goiânia lugares apropriados pela juventude, no mapa 2, apresentamos o perímetro da área trabalhada alguns dos pontos encontrados:

1. Centro de Ensino Integral Lyceu de Goiânia (Lyceu)
2. Sesc
3. Empório Armário Brecho
4. Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica)

- | | |
|-------------------------------|--|
| 5. Mercado Central de Goiânia | 10. Cine Lume Ritz Goiânia (Cine Ritz) |
| 6. Mercado Popular da 74 | |
| 7. Rua do Lazer | 11. Base Ambiente |
| 8. Casa Liberté | 12. Beco do Codorna |
| 9. Zé Latinha | 13. Teatro Goiânia |
| | 14. Grande Hotel |

A Praça Cívica, ponto focal principal espaço público de Goiânia, ponto de convergência das principais avenidas do Centro (Av. Goiás, Av. Araguaia e Av. Tocantins) e onde se localiza vários edifícios institucionais, entre eles o Palácio das Esmeraldas, residência oficial do governador, é tombada pelo Iphan desde 2003¹⁰ por sua importância cultural junto ao Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia. Diferente das praças tradicionais, seguindo o propósito de modernidade foi planejada para os grandes eventos cívicos, destinando a Av. Goiás, com seus bulevares para o lazer e encontros como demonstra Castro:

Em Goiânia, a praça e estas amplas avenidas, como a Avenida Goiás, seriam os palcos de atividades públicas e marcos referenciais das manifestações cívicas desse novo tempo e, portanto, do eminente progresso desejado para Goiás. Mas, nesse espaço, a religiosidade, a tradição local e os antigos usos e costumes da população, ao que parece, não foram considerados. A cidade se ocuparia mais especificamente em atender a almejada modernidade. Diferentemente das históricas praças ocidentais, entendidas como local de múltiplos usos, disputas e conflitos, festas e celebrações, repletas de sentido e significados para a população (CASTRO, 2013).

De Grande acrescenta outras informações:

em Goiânia, a praça destinou-se mais especificamente a ser o Centro cívico e administrativo. Seus idealizadores, ao negarem o passado definiram funções mais restritas a ela, não considerando as diversas movimentações sociais, sobretudo aquelas relacionadas aos tradicionais usos e costumes de uma população oriunda da velha capital (DE GRANDE, 2015, p. 78).

¹⁰ Processo de Tombamento nº 1500-T-2002. No Dossiê do tombamento 12 edifícios e mobiliários da praça estão incluídos, Goiânia – Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Coreto, Delegacia Fiscal, Fontes Luminosas, Fórum, Museu Zoroastro Artiaga, Obeliscos, Palácio do Governo, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria-Geral, Relógio da Av. Goiás, Tribunal Eleitoral.

A Praça Cívica, como toda a cidade, vem ao longo dos anos tendo seus usos e traçados alterados por vários projetos de requalificação, modificando seu projeto inicial. Além de seu traçado, seu uso também foi alterado. Palco de civismo, lazer e trabalho, estacionamento, ali aconteceram grandes manifestações, como Diretas Já (1984), Fora Collor (1992), comemorações etc. Na década de 1970 e início de 1980 era o lugar mais movimentado da cidade. Certamente abriga a memória de pessoas que ali frequentaram, os trabalhadores durante a semana, os feirantes, famílias e capoeiristas aos finais de semana. Atualmente é citada para passeios ciclísticos durante os finais de semana. Se para uma geração ela representa um espaço de conquistas, para outras é o lazer, o passado (figuras 8, 9 e 10):

Figura 7: Comício por eleições diretas em Goiânia, na praça Cívica, em 15 de junho de 1983



Fonte: Memorial da Democracia, 2022¹¹.

¹¹ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>. Acesso em: 20 out. 2022.

Figura 8: Feira Hippie, na década de 1970, ao fundo o artista plástico Antônio Poteiro



Fonte: Altair Tavares, 2022¹².

Figura 9: Passeio de bicicleta entre pai e filho durante a pandemia



Fonte: Foto de Leonardo Moisés, 2020).

¹² Disponível em: <https://altairtavares.com.br/na-velha-feira-hippie-antonio-poteiro-de-barba-nascente/>
Acesso em: 27 out. 2022.

O edifício passou a abrigar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e alguns órgãos do governo estadual e municipal e em 2004 o Grande Hotel foi sede de uma Edição da Casa Cor¹³, posteriormente começou a abrigar projeto 'Grande Vive o Choro', como parte de uma política pública toda sexta-feira em frente ao hotel, na esquina que dantes acolhia políticos e intelectuais, acontecia apresentações de chorinho (Figura 11), um evento gratuito, que trazia a população para as ruas do Centro, incluindo o público jovem:

Figura 10: Imagem de 2019 durante uma apresentação do Grande Hotel vive o Choro



Fonte: Curtamais, 2022¹⁴.

No Grande Hotel, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), até 2019 acontecia a Serenata de Natal, com apresentações diárias da Orquestra Sinfônica de Goiânia. Nas pesquisas também percebemos que tanto o Mercado da 74 quanto o Mercado da Rua 3 são utilizados pelo público jovem, na 74 mais em eventos no final de tarde e noturnos e a Rua 3 como referência de compras de produtos regionais e gastronomia.

A Rua 8 merece destaque nesse circuito, muito presente na memória afetiva dos goianienses, foi pedestrializada em 1977 e tem uma tradição de rua movimentada, era ali o Cine Casablanca (já fechado) e abriga ainda hoje o Cine Ritz, único cinema comercial de rua da capital. A parte pedestrializada, ou seja, onde não há circulação

¹³ Evento temporário de Arquitetura e decoração de interiores.

¹⁴ Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/chorinho-retorna-a-calcada-do-grande-hotel-em-goiania-com-entrada-gratuita>. Acesso em: 20 out. 2022.

de automóveis, conhecida como Rua Lazer, foi recentemente revitalizada, em busca de se firmar como um ponto de cultura, esporte e lazer. A rua e seus becos ganharam novos equipamentos urbanos (Figuras 12, 13 e 14), um sistema de drenagem e valorização da arquitetura Art deco (Goiânia Palace) além de monitoramento por câmeras.

Figura 11: Beco dos esportes



Fonte: Rua do Lazer, 2019¹⁵.

O espaço abriga feira, festivais e saraus. Após o período de pandemia, o local já abrigou diversos eventos como o ‘Festival Viva o Centro’, em dezembro de 2021, para fortalecer o movimento cultural e a ocupação do Centro, ‘A Feira Mercadito’, em fevereiro de 2022, com expositores locais e o ‘Feirou’, a feirinha mais charmosa do Centro de Goiânia”.

15 Disponível em: Acesso em: 14 nov. 2022.

Figura 12: Beco da Rua do Lazer



Fonte: Google Maps, 2022¹⁶.

Figura 13: Rua do Lazer



Fonte: Curtamais, 2022¹⁷.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0x935ef11f7658a9d1%3A0x9faa3df2798adfec!3m1!7e115!4shttps%3A%2F%2Fih5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNf95mVHMm7DDbDoazpCaBPsVyPhYasc9os-kTh%3Dw260-h175-n-k-no!5seventos%20na%20rua%20do%20lazer%20Goi%C3%A2nia%20-%20Pesquisa%20Google!15sCglgARICCAI&imagekey=!1e10!2sAF1QipM3lrNX18GI62Z3VZVrjiRiUdVra5h6eBYyqGFu&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwingfb-i5P7AhXyK7kGHTZyBoMQ7ZgBKAB6BAgHEAI>. Acesso em: 13 nov. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/goiania-ganha-nova-feira-especial-na-rua-do-lazer-do-Centro>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Ainda na Rua 8, ao norte da Rua do Lazer em parte não pedestrializada, encontramos o Zé Latinhas, Liberte, Cine Ritz e Muquifu Cultural. Os dois bares, Zé Latinhas e Casa Liberte organizam eventos com DJs atraindo o público jovem e outras temáticas, como podemos encontrar nos respectivos perfis da internet. Na Casa Liberte encontramos feiras de vinil (Figura15), livros e exposições (Figura 16), mostra cultural (Figura 17) também realiza debates e rodas de conversas:

Figura 14: Feira de Vinil



Fonte: Instagram, 2022¹⁸.

Figura 15: Exposições



Fonte: Instagram, 2022¹⁹.

18 Disponível em: <https://www.instagram.com/casaliberte/?hl=pt-br>. Acesso em: 05 nov. 2022.

19 Disponível em: <https://www.instagram.com/casaliberte/?hl=pt-br>. Acesso em 05 nov. 2022.

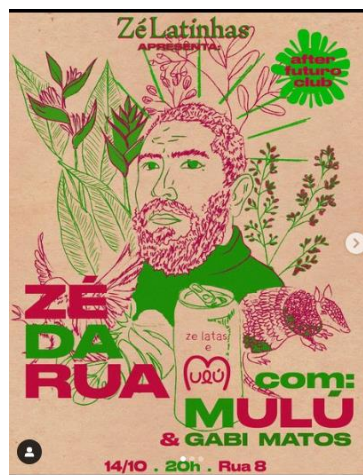
Figura 16: Mostra Cultural



Fonte: Instagram, 2022²⁰

O tradicional boteco Zé Latinhas, inaugurado em 1967, reforça a agenda cultural do local conforme verificamos nos relatos e nas redes sociais (Fig.18):

Figura 17: Agenda Cultural Zé Latinha



Fonte: Instagram, 2022²¹.

Ainda na Rua 8, o Muquifu Cultural, um coletivo de arte formado por jovens artista , se apresenta como alternativa para arte e cultura, que, no dia 05 de novembro de 2022, completou um ano. Além de ser um ateliê coletivo, possui loja de vinil, laboratório de fotografia promove, exposições e oficinas de gravuras, teatro, encadernação, produção musical, stencil, e ainda feiras de vinil como a “Deixa Girar” e “Centrão”.

20 Disponível em: <https://www.instagram.com/casaliberte/?hl=pt-br>. Acesso em: 05 nov. 2022.

21 Disponível em: <https://www.instagram.com/zelatinhas/?hl=pt-br>. Acesso em: 05 nov. 2022.

Ao entrar em contato, via *direct* pelo *Instagram*, perguntamos o que era o Muquifu Cultural, a resposta foi: “O Muquifu é um espaço cultural diverso, com ateliê coletivo e um lugar de produção artística. Nós temos também uma galeria aberta ao público, loja de discos e outros produtos”. Além disso, o espaço possibilita aos jovens aprendizados de arte por meio de oficinas de gravura, encadernamento, *stencil* e realizam exposições. Torna-se, portanto, um espaço de sociabilidade juvenil em que os pares passam por processos formativos.

Esses três locais, Zé Latinhas, Liberté e Muquifu cultural, organizam juntos vários eventos, como por exemplo o ‘Centrão’, uma feira que acontece periodicamente com objetivo de fomentar arte, cultura, lazer e levar movimento ao Centro, em especial à Rua 8.

Próximo à Rua 8, fomos andando rumo ao Beco da Codorna (Figura 19). Ao longo da Avenida Anhanguera foram projetadas vielas para serviço do comércio local, os becos. Com o esvaziamento do Centro esses locais também foram abandonados, tornando-se espaços para depósito de lixo e consumo de droga. Em 2014, com a iniciativa de um professor²² do curso de Publicidade, o Beco tomou outra direção. A partir de então, o local passou a ser apropriado por grafiteiros, estabelecendo-se como uma galeria aberta e local para a produção de eventos culturais e de lazer, de encontro de pessoas, festas que contribuem para enriquecer a experiência urbana. Acontecem ali festivais, festas, batalhas de Hip Hop, ensaios fotográficos e até casamento. Foi novamente abandonado, mas ressurgiu, em junho de 2022, com o Festival do Beco, quando recebe novos grafites. Por ser um espaço de produção de cultura e sociabilidade juvenil, onde processos educativos informais se estabelecem entre os jovens.

²² Conforme FERREIRA (2019), em 2014 o professor Cesar Viana, realiza junto aos alunos de Publicidade da PUC-Goiás o projeto “Cena Urbana” que reuniu grafite, música e skate. No evento um grupo de grafiteiros identificou o local com potencialidade para transformação daquele espaço a partir do grafite.

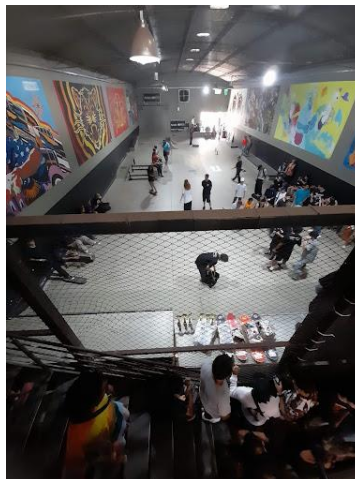
Figura 18: Beco da Codorna



Fonte: Jucimar de Souza, 2022²³.

Seguindo o caminho, encontramos a Base Ambiente na Rua 3, um espaço com pista de skate e loja de produtos para o esporte, também um espaço de encontro de jovens no Centro de Goiânia, que também abriga eventuais encontros, feiras e festas (Figura 20):

Figura 19: Pista de Skate



Fonte: Google Maps, 2023²⁴.

²³ Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/goiania-de-cara-nova-beco-da-codorna-atrair-goianienses-para-registros/> Acesso em: 05 nov. 2022.

²⁴ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=pista+de+skate+ambiente+rua+3+centro+goiania&oq=pista+de+sk>

Na Rua 15, encontra-se o Empório Armário, que junto a outros brechós organiza mensalmente o 'Encontro de Brechós', ou seja, um espaço de convívio onde o a compra de roupas e acessórios de segunda mão são comercializadas. É conhecido como o 'maior encontro de brechós dos pais', conforme divulgado em sua rede social. Já reuniu em um dia de feira 100 brechós (Figura 21). Na ocasião, além da comercialização de roupas, abriga exposições, música e praça de alimentação. É a chamada economia sustentável e solidária.

Figura 20: Encontro de Brechós



Fonte: *Instagram, 2022*²⁵.

Novos restaurantes surgem, atividades com ou sem apoio acontecem, e assim o Centro resiste, acolhendo e fortalecendo a relação entre jovem e cidade, como o lugar do cotidiano, das experiências e da construção de práticas coletivas.

3.2 PERFIL DOS JOVENS RESPONDENTES DA PESQUISA

Estar na cidade, aprender na/com a cidade foi a experiência compartilhada com os sujeitos durante o desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado. Buscamos conhecer como os espaços públicos do Centro de Goiânia podem contribuir para os processos formativos de jovens que de alguma forma usam esse espaço. Para

ate+ambiente+rua+3+centro+goiania&aqs=chrome..69i57.8707j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#lpg=cid:CgIlgAQ%3D%3D,ik:CAoSLEFGMVFPcFBhLWIVQUZjdkZoeVZnaXB5bk81LU55T3d0Q1NxNnVMbzhyTE5W. Acesso em: 05 nov. 2022.

25 Disponível em: https://www.instagram.com/encontrodebrechos_/?hl=pt-br. Acesso em: 07 nov. 2022.

alcançar nosso objetivo aplicamos um questionário com jovens frequentadores, moradores e/ou trabalhadores do Centro de Goiânia para traçar o perfil dos jovens participantes da pesquisa.

O questionário foi organizado em cinco sessões: perfil dos jovens; sobre o Centro da cidade de Goiânia; sobre o patrimônio; sobre a cidade como espaço educativo e sobre os valores do Centro da cidade. A seguir apresentaremos os dados:

Perfil dos jovens respondentes

Ao total obtivemos 27 respostas, sendo que 75% se identificam com o gênero feminino e 25% com o masculino. Ao considerar jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, dos 27 entrevistados descartamos cinco que não atenderiam o critério para a entrevista, por terem mais de 29 anos, totalizando 22 respostas de jovens entre 14 e 29 anos, conforme as definições etárias da Organização da Nações Unidas – Resolução 36/28, 1981 – Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

A faixa etária é um dos critérios de delimitação do grupo juvenil utilizado por diversos órgãos e organismos como ponto de partida de classificação da juventude (CAVALCANTE, 2010). No entanto, Leon (2009a) atribui a essa classificação uma arbitrariedade cultural visto que as variações entre os países latino-americanos são amplos, que vão desde os sete anos de idade de início da juventude, como no caso de El Salvador, e de 35 anos de idade como marco que se encerra a juventude, como na Costa Rica. O Brasil adota o critério da ONU e do Estatuto da Juventude para as políticas públicas. Atualmente há um grande debate acerca das faixas etárias em razão da longevidade em diversas sociedades.

A maioria, 18 respondentes, nasceu e mora em Goiânia ou na Região Metropolitana de Goiânia, apenas duas pessoas moram no Centro da capital de Goiás, os outros moram em bairros por vezes distantes como podemos observar na Figura 22:

Figura 21: Localização da moradia dos Jovens que responderam ao questionário



* ST Central

- | | | |
|-----------------------------|-------------------|---------------------------------|
| 1 Parque Amazonia | 7 Jardim Goiás | 12 Jardim Guanabara |
| 2 Setor Leste Universitário | 8 Buriti Sereno | 13 Vila Pedroso |
| 3 Vila Aurora | 9 Setor Goiânia 2 | 14 Residencial Vale do Araguaia |
| 4 Sítios Santa Luzia | 10 Setor Moraes | 15 Jardins Mônaco |
| 5 Jardim Maria Inês | 11 Alto da Glória | 16 Setor Bueno |
| 6 Setor dos Funcionários | | |

Fonte: a autora, 2023.

A escolha pelo Centro relaciona-se a questões subjetivas, tal como a identificação com o perfil do respondente ou por possuir um conhecido/família residente na localidade; e por questão objetiva no que se refere à boa malha de transporte. Em relação ao grau de escolaridade, a pesquisa demonstra que a maior parte é de graduandos e graduados. O grupo mais expressivo está entre os de ensino superior incompleto (29,65%), seguido por ensino médio completo (18,5%), porém ao se somar os três diferentes grupos de pós graduandos, especialistas (11,1%), mestres

(11,1%) e doutores (11,1%) concluímos que uma grande parte já concluiu o ensino superior, totalizando 33,3% dos respondentes.

Os dados sobre a escolarização dos respondentes da pesquisa revelam que 62,95% demonstram um alto nível de escolaridade, o que corresponde ao maior número de respondentes (20 jovens). Revela igualmente que estão na faixa etária correspondente às políticas públicas de incentivo ao acesso e permanência, conforme o Plano Nacional de Educação em vigência (2014-2024), o qual prevê na Meta 12 o objetivo de aumentar a porcentagem de estudantes da Educação Superior em relação à população juvenil garantindo 33% da faixa etária entre 18 a 24 anos neste nível de ensino e de preferência em Instituições Públicas. Apesar dos esforços empreendidos na garantia dos direitos dos jovens à Educação Superior, assegurada também no Art. 8º do Capítulo 2, na Seção II Do Direito à Educação, do Estatuto da Juventude (2013) que prevê o acesso e permanência por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei, somente 23,8% dos jovens nesta faixa etária cursavam a Educação Superior em 2020, conforme o Observatório do PNE (2023)²⁶.

Não obstante, merece destacar que 36% da população entre 18 e 24 anos no país não consegue trabalho e nem consegue continuar os estudos, os denominados nem-nem, e é considerado como um problema estrutural. O Brasil ocupa o segundo lugar, ficando atrás da África do Sul, na esfera da Organização para a Cooperação segundo o relatório *Education at a Glance* (2022)²⁷. Portanto, considera-se que os jovens frequentadores do Centro são um grupo privilegiado e que suas escolhas de apreciação do Centro decorrem as suas vivências e sociabilidades com um alto capital cultural institucionalizado, o que nos permite tecer considerações tanto do seu grupo social quanto das aprendizagens em outros grupos culturais.

O Centro da cidade de Goiânia

Em relação especificamente ao objeto de estudo, dez perguntas sobre o Centro da cidade de Goiânia foram elaboradas com o intuito de compreender o que os jovens pensam sobre a cidade: a representatividade do patrimônio histórico cultural, os motivos para frequentar o Centro, o que mais ou menos gostam do Centro, as

²⁶ Disponível em <https://www.observatoriopne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso em 03: jan. 2023.

²⁷ Disponível em <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

atividades culturais que costumam participar, a escolha do Centro para fins comerciais ou residenciais e os locais que frequentam tanto no Centro quanto em outros espaços da cidade. A intenção é apreender como se apropriam dos espaços e para quais finalidades.

Sobre a cidade, os jovens podiam escolher até três alternativas. Dentre as três mais citadas, em ordem decrescente, são: *Espaço coletivo de direito à vida urbana onde os cidadãos e grupos se constituem nela e nas relações sociais*, *Espaço da vida social, política e de conhecimento* e *Espaço das diferenças, da diversidade e de conflitos de interesses*, como demonstra o Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Concepção de cidade (escolher até três alternativas)

RESPOSTA	PORCENTAGEM
Espaço coletivo de direito à vida urbana onde os cidadãos e grupos se constituem nela e nas relações sociais	74%
Espaço da vida social, política e de conhecimento	63%
Espaço das diferenças, da diversidade e de conflitos de interesses	40%
Espaço de violência, desigualdades e injustiças sociais	22%
Espaço de identidade de um povo	29%
espaço de abandono e destruição	0%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A maior parte dos nossos entrevistados, compreende a cidade como “um espaço coletivo de direito à vida urbana onde os cidadãos e grupos se constituem nela e nas relações sociais”. Ao entender a cidade como “direito à vida urbana” é importante esclarecer que o conceito, utilizado em nosso trabalho, vai ao encontro especialmente, mas não exclusivamente, à ideia central da obra de Lefebvre, em *O Direito a Cidade* (2006). O direito à vida urbana, para o autor, é pensar na cidade como um lugar de encontro, das relações sociais, um direito capaz de garantir a dignidade, a liberdade e a autonomia individual. No entanto, a cidade, com a urbanização, se tornou uma mercadoria, um espaço, normatizado, projetado e pensado para dar lucro, dessa forma, impõe ao sujeito que nela vive um cotidiano programado, oferecendo poucas possibilidades de imprevisibilidade em busca de uma sociedade homogênea, o que Lefebvre define como o “Espaço Abstrato”. Nesse espaço, a cidade produzida passa a atender às necessidades do capitalismo que procura instituir uma sociedade hegemônica ao idealizar modos, padrões e costumes, onde “o viver deixa de existir e passa a ser uma mera repetição dos dias, dos valores, dos salários, da inexistência de convulsões sociais, da alienação da vida e do trabalho”

(MATIAS, 2016, p.14). De forma intencional e ideológica, o capitalismo, para se perpetuar, gera uma sociedade sem criatividade e alienada, o que atinge de forma direta o Direito à Cidade que defendemos nesse trabalho e que contribui para educação e conhecimento do sujeito.

Chamou-nos a atenção o fato de que a cidade, para uma pequena parcela dos respondentes na comparação com as três mais citadas, faz relação com a identidade de um povo. Seria necessário mais investigação para entender a representação simbólica da cidade como um não espaço de identidade de um povo. Quais os motivos que os levariam a tal constatação? O que define a identidade de um povo para esse grupo? São questões que podem subsidiar pesquisas vindouras.

Os jovens entrevistados, além de entender a cidade como espaço coletivo de direito à vida urbana onde os cidadãos e grupos se constituem nela e nas relações sociais, também a compreendem como um “espaço da vida social, política e de conhecimento” e ainda “espaço das diferenças, da diversidade e de conflito de interesses”, e “espaço de identidade de um povo”, ou seja, mesmo diante da busca de padronização e normatização a cidade ainda é vista como espaço de encontro, das relações e vínculos de manifestações, diferenças e conflitos. Se o espaço da cidade capitalista vai em direção da negação das diferenças, para Lefebvre (1991) ele não consegue eliminar as contradições por completo: “o espaço abstrato não é homogêneo. Ele simplesmente tem a homogeneidade como meta, objetivo e orientação. Ele o impõe. Mas, em si, é um espaço plural”. É na pluralidade, na resistência a padrões estabelecidos que acreditamos que a cidade contribui para a formação do sujeito que ali vive, quando o jovem, em grupo ou individualmente, se apropria do espaço de maneira distinta da concebida pelo Estado e grupos dominantes e de alguma forma questionam o uso e a organização capitalista.

Entre os autores que criticam a cidade capitalista, segregadora e excludente, a contribuição de Jacobs (2011) em *Morte e vida de grandes cidades* reforça o caráter homogeneizante de projetos na cidade e reforça a cidade como um lugar de encontros e da diferença. A autora defende que para poder entender a cidade, é essencial observar o cotidiano, as cenas comuns, identificar as relações, e enxergá-la nos laços sociais criados um elemento que concede vitalidade à cidade, representando assim, condição essencial para emancipação do sujeito. Para a autora a cidade é ainda um local “fantasticamente dinâmico” e, por isso, deve apostar numa “diversidade de usos

mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social” (JACOBS, 2011, p. 13).

Entre as transformações ocorridas na cidade decorrentes do processo de produção e consumo do espaço está o esvaziamento do Centro da cidade, no nosso caso, o Centro de Goiânia, porém, mesmo com poucos investimentos os jovens que entrevistamos costumam ir ao Centro (Tabela 2), a maioria diariamente ou frequentemente, e os motivos são diversos, compras, diversão e participação de eventos culturais, estudam no Centro e, por vezes, passam pelo Centro porque é caminho para outras atividades.

Tabela 2: Motivos de frequentar o Centro de Goiânia (escolher até três alternativas)

RESPOSTA	PORCENTAGEM
Para fazer compras	55,6%
Para diversão	40%
Para participar de atividades/eventos culturais	26%
É caminho para minhas atividades	26%
Estudo no Centro	14,8%
Trabalho no Centro	3,7%
Para fazer atividades físicas	3,7%
outros citados: pedalar	3,7%
Moro no Centro	7%
Para visitar parentes/ amigos	11%
Participar de manifestações políticas	11%
Para visitar pontos turísticos	7,4%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

“Para fazer compras” foi o item mais citado entre os entrevistados. Tradicionalmente as áreas centrais abrigaram uma ampla gama de atividades que moldaram a sua centralidade histórica, social, econômica e simbólico-cultural (TROITIÑO, 2000). A multifuncionalidade e a facilidade de acesso eram atrativos para que os moradores de outras regiões se deslocassem para essa região, toda essa dinâmica gerava um grande fluxo de pessoas contribuindo para a vitalidade do Centro. Com o crescimento e desenvolvimento das cidades novas alternativas comerciais surgiram como galerias, *shoppings*, grandes redes de supermercados enfraquecendo

o varejo de rua (PROCOPIUCK; DJALO, 2008; MUMFORD, 1998). O comércio, mais que um serviço, traz vitalidade às ruas e contribui para o encontro, para a formação de identidade e difusão cultural:

Da interação entre cidade e atividade comercial, o comércio se vê favorecido na medida em que a cidade é mais atrativa, tanto para os residentes quanto aos visitantes, investidores ou consumidores; e, em contrapartida, o comércio, com sua dinâmica e capacidade atrativa, traz vida que beneficia a própria cidade. Assim, um Centro comercial local vivo agrega, além da função econômica, também a função de Centro cultural e social da comunidade; logo, configura-se em elemento de relevância para coesão social, formação de identidade local e de difusão cultural (PROCOPIUCK; DJALO, 2008, p. 317).

Sabendo da importância do comércio para a vitalidade da cidade, e percebendo que o comércio Centro de Goiânia já não tem a variedade e a força do passado, nos chamou a atenção, por que esses jovens, com tantas opções de compras, que oferecem facilidades como estacionamento, climatização e variedade ainda vão ao Centro de Goiânia para fazer compras. O que o comércio do Centro de Goiânia oferece de diferencial? Esse questionamento levamos para a entrevista que iremos analisar no Capítulo 4.

A Tabela 2 também nos chama a atenção quando somamos tópicos diferentes que propiciam as relações sociais: “Para diversão” (40%) + “Para participar de atividades/eventos culturais (26%) + “Participar de manifestações políticas” (11%) + “Andar de bicicleta e atividades esportivas” (7,4%), ao somar essas atividades chegamos a 84%, demonstrando que mesmo não tendo mais a vitalidade de outrora o Centro continua atraindo esse jovem em busca de relações, diversão, conhecimento e manifestação, e não somente para compras que chama a atenção ao ser analisada individualmente. Dessa forma, entendemos que alguma coisa a região central oferece para que os jovens continuem a frequentar essa área para além das compras.

Ao frequentar ou apenas passar pelo Centro, os entrevistados percebem e valorizam o patrimônio edificado da cidade, pois quando perguntamos o que mais gostam no Centro de Goiânia (Tabela 3) o patrimônio existente foi o mais citado (edifícios, monumentos que contam a história da cidade), também gostam do comércio formal e das feiras, da cultura e da gastronomia:

Tabela 3: Patrimônio histórico cultural de Goiânia que mais representa a cidade

ORDEM DECRESCENTE	CATEGORIAS	RESPOSTAS
1º	Patrimônio	<p>Catedral Metropolitana Prédios históricos Os prédios antigos Monumento das 3 Raças Palácio das Esmeraldas Museu Zoroastro Artiaga Estrutura antiga A história que os lugares contam Patrimônio Arquitetura Monumentos históricos Mercado Central Casarões antigos Arquitetura Prédios velhos A arquitetura</p>
2º	Comércio/ feiras	<p>Comércios Irem lojas de produtos naturais para cabelo Lojas populares Lojas As feiras e os diferentes comércios Lojas Mercados Uma loja chamada bambolé As lojas Variedade de lojas para fazer compras Lojinhas Lojas</p>
3º	Cultura	<p>O Mercado Central de Goiânia que abriga toda essência cultural do Centro-Oeste; a arte urbana espalhada pelos prédios e muros que denunciam a presença das juventudes na cidade; A arte espalhada pelo bairro Cultura e a culinária; As obras de grafite espalhadas por toda cidade; Espaços culturais, Manifestações artísticas; Arte; Os murais, os eventos de gastronomia; Eventos culturais; Lambe - lambe</p>
4º	Lazer	<p>Lago das Rosas; As zonas Gastronômicas/ bares; Jogar futebol, vôlei e basquete nas quadras espalhadas pela cidade; Bares; Comida</p>
5º	Sensações	<p>O movimento Contraste Bom ponto de observação de diferentes "tribos" urbanas Diversidade Pessoas</p>
6º	Serviços	<p>A quantidade de ônibus Fácil acessibilidade A localização que facilita o deslocamento para outros setores.</p>

7º	Família/ memória afetiva	a minha história, pois cresci no Centro (morei desde quando nasci até me casar), o mercado e outros espaços, as ruas e suas casas que mantêm a arquitetura da construção da cidade Memória afetiva
8º	Paisagem	Arborização

Fonte: dados do questionário, 2022.

Quando, em outra pergunta (pergunta 23), questionamos sobre o patrimônio cultural da cidade de Goiânia as respostas foram: Teatro Goiânia, Praça Cívica, seguido pela Estação Ferroviária e outros edifícios e monumentos do Centro. É importante colocar aqui a evolução do conceito de Patrimônio, como um fato social, onde a memória coletiva é valorizada e não apenas de um grupo. Neste sentido, o patrimônio também é um campo de disputa. Para se considerar patrimônio não se deve analisar somente a riqueza arquitetônica, plástica ou histórica, mas principalmente “nas possibilidades e potência em se fazer presente, em participar da vida cotidiana, na ressignificação permanente e cotidiana pela sociedade” (RIBEIRO, 2014, p. 6). Se é pela sociedade, sabemos que grupos atribuem valores diferentes a determinados bens e culturas. Scifoni (2013) atribui ao patrimônio como conquista social e é necessário analisar as reais intenções do processo de patrimonialização e perceber quando existe um discurso verdadeiro de conquista social, diferenciando-o do discurso de segregação social, em que o uso da memória é usado para naturalizar a opressão. Desta maneira, torna-se necessário saber quais são os sujeitos da preservação, quais são seus interesses, o que motiva suas lutas e quais são as circunstâncias de luta pela proteção.

Considerando que o Patrimônio Cultural “[...] tem se tornado, contemporaneamente, objeto de reivindicação social” (SCIFONI, 2017, p. 7), onde os valores culturais não são mais criados pelo poder público, mas sim pela sociedade, ele passa a ser um direito e um instrumento que fortalece a identidade de um grupo contribuindo para a produção de valores culturais e processos educativos tornando-se potencialmente libertadora quando faz a sociedade, grupos pensar criticamente seu lugar no mundo. Neste sentido, estendemos a educação para as experiências cotidianas, como explica Paulo Freire (1967). Para o autor, para que a educação libertária aconteça é necessário acontecer o diálogo entre as partes, a tomada de consciência se dá por meio da criticidade, sem a imposição de ideias pré estabelecidas que impedem um verdadeiro debate.

Em se tratando do que os jovens menos gostam no Centro de Goiânia, é da falta de manutenção da estrutura existente, como “falta de limpeza”, “sujeira”, “abandono”, “poluição visual” e “o trânsito” são mencionados nas características negativas do local, assim como a falta de segurança e problemas sociais (pessoas em situação de rua, comércio informal). Essa percepção reforça o abandono da área central e a falta de investimentos públicos resultado do surgimento de outras regiões como atração de investimento e consumo mais adaptados ao padrão de consumo contemporâneo.

Mesmo abandonado e sujo, conforme os jovens, o Centro de Goiânia é para eles lugar de frequentar atividades culturais como a Vila Cultural Cora Coralina, eventos gastronômicos, apresentações de orquestra, festas, teatro, feiras de troca e cinema. Também vão ao Centro para compras no comércio local, aos bares, restaurantes e cafés, aos pontos de cultura, para visitar o patrimônio cultural, os espaços públicos e locais de esporte.

A área Central, mesmo sem investimentos, continua, de forma pontual, atraindo jovens, resistindo a novos espaços, se apresentam como alternativa a espaços heterogêneos como *shoppings*, clubes e bares do restante da cidade. Trazendo Lefebvre para a análise, sobre os espaços do Centro da cidade, podemos percebê-los como espaços de valor de uso, ou seja, na satisfação das necessidades que ele oferece, está em sua função de sustentação da vida, onde há fruição, encontro, troca. Nos locais do valor de troca, isto é, os espaços comprados e vendidos, os lugares do consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos, imperam apenas o lucro, o proveito, as exigências e coações do mercado (LEFEBVRE, 1969). É o valor de uso que nos faz entender porque jovens preferem lugares como Beco da Codorna, festas e feiras no Centro e são essas apropriações que mantêm viva a vida urbana na área central de Goiânia.

Sobre o patrimônio

Sobre a preservação da história da cidade, a maioria (56,6%) acredita que acontece de forma parcial, enquanto 22,2% disseram que sim e 22,2% disseram que não, relatando a existência ainda de edifícios antigos que preservam a memória da cidade, mas que a manutenção deixa a desejar. Observamos aqui, que os jovens, ao citar patrimônio, esse logo é relacionado ao patrimônio material, ou seja edifícios,

monumentos, como o Teatro Goiânia, Praça Cívica, Estação Ferroviária, Monumento às Três Raças e Relógio da Avenida Goiás, deixando de relatar o patrimônio imaterial, os saberes, celebrações e ofícios. Dessa forma, tratando o patrimônio de forma nostálgica e saudosista, sem a criticidade necessária para tornar o passado um princípio para o presente.

Quando perguntados onde aprenderam sobre o Patrimônio da Cidade, a maioria (40,7%) aprendeu na escola, enquanto 29,6% andando pelas ruas do Centro de Goiânia, 11,1% nos livros, nas revistas, nas redes sociais e nas mídias e 7,4% com amigos e conhecidos. Percebemos que a escola possui um papel muito importante no ensino da história das cidades e que também os jovens podem construir conhecimentos em outros espaços, meios e agentes.

Percebemos também, sobre a questão de aprendizado sobre o patrimônio, que é a ausência da família enquanto agência socializadora no processo de transmissão cultural e de eventos ou projetos culturais que proporcionem tal aprendizado. Inferimos que os eventos culturais não ensinam ou não resgatam a memória do patrimônio material e muito menos imaterial, visto que os jovens respondentes não relataram patrimônio imaterial, os saberes, celebrações e ofícios, como nas respostas anteriores. Podemos levantar uma hipótese: talvez os jovens respondentes não possuem com clareza o conceito de patrimônio e por outro lado o poder público ou as organizações não governamentais não investem nesse tipo de educação por não ser atrativo do ponto de vista do uso da cidade.

A cidade como espaço educativo

A quarta parte do questionário, a cidade como espaço educativo, revela que os jovens acreditam que podem aprender ao andar pelo Centro da cidade sobre história, arquitetura e arte, os três mais citados, mas também sobre diversidade, cultura, sendo esses citados em menor proporção, conforme a Tabela 4. O que chama a atenção é que respondente algum escolheu acessibilidade. Isso representa que o Centro da cidade não possibilita ser um espaço inclusivo, em que pessoas com mobilidade reduzida possam ter o direito à vida da Cidade de forma autônoma.

Tabela 4: O que aprendem na cidade (escolher até três alternativas)

RESPOSTA	PORCENTAGEM
História	74%
Arquitetura	66,7%
Arte	59,3%
Diversidade	48%
Cultura	44%
Trânsito	18%
Não aprendo ao andar pelo Centro da cidade	7,4%
Acessibilidade	0%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A cidade é um amplo espaço para a crítica, para a conscientização e construção coletiva, de uma ação educativa política como possibilidade da intervenção humana no mundo, educar por meio do diálogo como apresenta a proposta Freiriana, sem o privilégio de discursos únicos, muitas vezes usados nos patrimônios da cidade. Ao viver os espaços e diferenças, o jovem se conhece; ao se conhecer, constrói sua autonomia e liberdade para compreender o mundo e passa a se reconhecer como sujeito que pode promover transformações (LEFBVRE, 2008).

Sobre o que entendem de Patrimônio Cultural, os jovens entendem que é história, memória, riqueza e preservação, como na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5: Compreensão do conceito de Patrimônio Cultural (escolher até três alternativas)

RESPOSTA	PORCENTAGEM
História	33,3%
Memória	22,2%
Riqueza	11,11%
Preservação	11,11%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Segundo Smith (2011), o patrimônio é ato comunicativo que fala ao presente e às gerações futuras, para SCIFONI (2022) o patrimônio tem um efeito prático e um

papel pedagógico que se vinculam à capacidade de, por meio dele, falar sobre algo e valorizar certos passados, portando, contam uma história.

Valores do Centro da cidade

E a última sessão do questionário trata dos valores do Centro da cidade. Ao andar e frequentar o espaço pesquisado, algumas reações são despertadas em nossos entrevistados. Sobre essa questão, os jovens respondentes disseram (Tabela 6):

Tabela 6: Reações que o Centro provoca

RESPOSTA	PORCENTAGEM
Insegurança	63%
Curiosidade	55,6%
Identificação	25,9%
Liberdade	25,9%
Alegria	18,5%
Encantamento	14,8%
Indignação	14,8%
Desorientação	7,4%
Medo	7,4%
Nada	7,4%
Segurança	0%
Opressão	0%
Sinergia	0%
Tristeza	0%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Também provoca a memória afetiva de 60% dos nossos entrevistados, os locais que motivam esse sentimento são: o Mercado Municipal, a Catedral Metropolitana, Mutirama, Teatro, Beco da Codorna, Grande Hotel, Praça Cívica, Ruas e Avenidas (Rua 4, Avenida Goiás, Rua do Lazer, Av. Araguaia), feiras, comércios de sebos de livros e da Rua 4.

Quando perguntados sobre as experiências sensoriais que o Centro provoca, as mais citadas são:

Tabela 7: O que mais remete ao Centro

RESPOSTA	PORCENTAGEM
As imagens	48,1%
Os movimentos	29,6%
Cheiros	7,7%
Os sons	7,7%
As sensações térmicas	7,4%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

As imagens, os movimentos, os cheiros e os sons do Centro de Goiânia também constituem-se como elementos importantes para os entrevistados, são valores, que segundo Meneses (2009) coloca o patrimônio, antes de mais nada, como um fato social, os valores e significados atribuídos pelos sujeitos que vivem ou viveram nesses espaços é que atribuem relevância e permitem envolver-se por este lugar, pelas pessoas que ali habitam, pelos sentimentos que ali afloram.

É importante destacar que essa pesquisa aconteceu durante o período de pandemia do coronavírus (2020 a 2022), período que as pessoas precisaram ficar em casa, os comércios foram fechados e os encontros e festas proibidos, apenas em 2022, os bares, restaurantes, encontros, atividades culturais foram, de forma gradativa, retornando. O vírus ainda circula, muitos ainda têm medo, outros sofreram de maneira impactante com perdas e traumas, portanto, a vida ainda não voltou ao curso normal, o que foi percebido na caminhada pelo Centro em 2021. Neste contexto pós pandêmico, verificamos que alguns jovens relacionam sua vivência no Centro como algo no passado recente, como demonstrado nas respostas da pergunta 17 do questionário: “Você costuma frequentar atividades culturais no Centro de Goiânia? Se sim, cite 3”: “Antes da pandemia frequentava bastante o Beco da Codorna, o Chorinho e o Teatro Goiânia. Agora estou voltando gradativamente” (resposta à pergunta 17).

De forma geral, o perfil dominante dos jovens que responderam ao questionário, são do sexo feminino, média de 20 anos, moram longe do Centro e são universitários. Percebem a cidade como um direito, como espaço de vida social e diversidade (pergunta 11), gostam do Centro pela história e simbologia, como demonstram algumas respostas da pergunta 15: “O Mercado Central de Goiânia que abriga toda essência cultural do Centro-Oeste, a arte urbana espalhada pelos prédios e muros que denunciam a presença das juventudes na cidade e a localização que facilita o deslocamento para outros setores”; “Diversidade, patrimônio, memória afetiva”; “Fácil acessibilidade, arquitetura, bom ponto de observação de diferentes “tribos” urbanas”. Porém se incomodam sobretudo com a insegurança e a poluição visual. Afirmam ainda que, ao vivenciar a cidade, podem aprender sobre história, arquitetura, arte e diversidade. Diante das respostas, selecionamos dez jovens para a entrevista, apenas oito responderam e iremos analisar as respostas no capítulo seguinte.

4 JOVENS E O CENTRO DA CIDADE: ESPAÇOS E PROCESSOS FORMATIVOS

A partir do questionário selecionamos dez jovens para participar da entrevista, desses apenas oito concordaram em participar. A entrevista ocorreu por meio de aplicativos de comunicação como *WhatsApp* e *Google Meet* durante os meses de agosto e setembro de 2022. As perguntas foram relacionadas em relação às concepções sobre o Centro de Goiânia.

4.1 JOVENS E A CONCEPÇÃO SOBRE O CENTRO

Os jovens entrevistados atribuem distintos sentidos ao Centro de Goiânia. Podemos identificar na pesquisa o Centro como: “local de produção e reprodução cultural, local de comércio e local de afeto/lembranças e local de passagem”. Dentre as falas, o sentido do Centro como espaço de cultura foi o mais recorrente, seguido de local de afeto e comércio e, por fim, de passagem. Relatam também que o fácil acesso ao Centro possibilita uma melhor mobilidade de quem vem de outras localidades não centrais da cidade de Goiânia.

Como sendo “um local de produção e reprodução de cultura”, os jovens pesquisados expressam diferentes sentidos, sendo eles associados à produção e expressão de cultura juvenil como a cultura Hip Hop (seja no grafite ou no Rap), mas que foi afetada também pela Pandemia do novo Coronavírus iniciada em março de 2020 a nível mundial:

[...] o Grande Hotel era um espaço ali onde tinha o Chorinho, por conta da pandemia também já deu uma fechada [...] você já não vê mais o chorinho, você não vê mais aqueles senhores que ficavam na porta do hotel conversando, tomando café. Tinha também umas pessoas que faziam uns trabalhos artesanais que ficavam ali também, [...]aquele pátio do Grande Hotel pras pessoas exporem suas artes [...] e nos finais de semana também tinha uma festa lá no Grande Hotel que se chamava “Dropei” que eram feitas por coletivas de faculdade onde se concentrava muita... muitas pessoas do ensino médio, muitos jovens mesmo, [...]ele tem um pátio gigante, então assim, as pessoa colocavam tapete, sofá, e as vezes quando dava eles cobravam algum dinheiro de entrada também... DJ, ai a gente ficava lá durante o dia, era uma matinê, não era uma balada, uma festa, mas era um espaço [...] O Beco da Codorna também era um espaço que a gente fazia isso, assim com uma pegada mais voltada para o hip-hop, o grafite, o skate, [...] o beco da codorna sofreu ali um processo de... as empresas ali ao redor queriam comprar aquele espaço pra fazer estacionamento, [...] e teve um período que ele sofreu bastante intervenções, ai acabaram com as festas,

alguns dos grafites foram apagados, agora que tá tendo um novo movimento que as pessoas foram lá grafitar de novo. Também teve ali aquele espaço do Teatro Goiânia onde era o Cora, aquele espaço ali também que tem vazio, tinha muitos encontros de anime, venda de gibi, essas coisas assim mais voltadas pra cultura geek que também eram espaços que a gente assim do meio mais voltado pra essa cultura [...] Esses espaços assim são os que eu vejo que sofreram mais ataques nesse sentido de serem deixados de lado e da cultura jovem, dos espaços de sociabilidade serem afastados, [...] A praça Cívica também né, ali na praça Cívica tem a biblioteca, tem aquele espaço lá de cinema que também tinha muitos eventos voltados né, lançamento de anime, [...] lançamento de autores de gibi aqui de Goiânia mesmo fazem lançamento lá que é um espaço público, acaba que menos gastos e tal, e aí também esses espaços sofreram todas essas reformas agora pós pandemia e eles estão fechados, a praça Cívica mesmo até pra você andar lá é difícil agora (JOVEM 1).

Além de ser associado à cultura juvenil, também é tido como local de patrimônio cultural, sobretudo, na sua arquitetura, a ser transmitido a gerações futuras:

Eu acho que o Centro representa a cultura, o grafite, as estruturas, querendo ou não os designs dos prédios, toda a história, todo o contexto que a gente viveu até chegar onde chegou, eu acho que preservar isso e mostrar o valor disso é muito importante pras gerações seguintes (JOVEM 5).

Pra mim representa um Centro cultural porque lá no Centro de Goiânia você encontra tudo né, [...] temos bandeirantes que fica lá perto da Goiás [...] (JOVEM 3).

Mas também enquanto espaço de referência cultural enquanto local de acesso à cultura e lazer:

[...] o Centro de Goiânia pra mim sempre foi um local de referências culturais, [...] pra cinema, tinha o cinema de rua quando eu era adolescente (JOVEM 7).

O Centro pra mim é um local onde se reúne, eu percebo muito geralmente que no Centro tem bastante cultura, mais que os outros locais, [...] é um local que reúne muita arte, geralmente reúne tudo que a gente precisa resolver, não sei por qual motivo, mas geralmente está ali centralizado no Centro da cidade (JOVEM 2).

Na maioria das vezes é lazer, eu ando de bicicleta por lá, fico a tarde passando lá, querendo ou não vou nos parques, ali nas pracinhas, eu agosto muito de ver os grafites, principalmente ali no beco da codorna. Eu acho que o grafite é uma grande crítica [...], claro existem vários tipos de grafites, mas a maioria presente no Centro ou uma crítica ou uma arte querendo mostrar alguma coisa na sociedade (JOVEM 5).

As falas dos jovens remetem a distintas concepções de cultura, de acordo com o dicionário Ferreira (2002, p. 212), cultura é:

[...] O conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade. Como ações sociais seguem um padrão determinado no espaço. Compreendem as crenças, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade. Explicam e dá sentido à cosmologia social. É a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período [...]

Cultura, pode adquirir sentido amplo com diferentes concepções. Destacamos aqui o conceito que define como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais, produzida “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 2). Em específico, a cultura juvenil, ou seja, práticas cotidianas de jovens que se expressam no espaço público da cidade, seja no grafite, na dança, na música, entre outros, compartilhando sentimentos de pertencimento e afirmação coletiva.

A cidade tem um papel central no processo cultural, pois é o espaço de convergência e de manifestação. Cavalcanti (2013) afirma que a cidade é “espaço multicultural, o lugar da presença, da coexistência, onde os jovens são agentes da produção e reprodução, pois em seu cotidiano fazem parte dos fluxos, dos deslocamentos, da construção de territórios; criam demandas; compõem paisagens; imprimem identidades e dão movimento aos lugares” (CAVALCANTI, 2013, p. 80).

A cidade, espaço privilegiado para o desenvolvimento da arte e da cultura (EVANS, 2002), é lugar do contato, dos conflitos. Para Leite:

é na vida pública que as pessoas reafirmam suas diferenças e legitimam suas visões de mundo: o espaço público não se ergue na harmonia das falas, mas na comunicabilidade política do desentendimento, da qual emergem diferentes inteligibilidades sobre fatos iguais e torna factível a possibilidade democrática (LEITE, 2002, p.131).

É o direito à cidade proferido por Lefebvre, ou seja, a apropriação da cidade como obra de participação e criação coletiva, como domínio do valor de uso (como a cidade é usada por quem a habita) em oposição ao valor de troca (espaços comprados e vendidos, consumos dos bens dos lugares, dos signos da cidade).

O reconhecimento e desejo de valorização do patrimônio da área central vai ao encontro do conceito de patrimônio como fato social (MENESES, 2009). Ele precisa fazer parte da vida cotidiana, na resignificação e na interação permanente da sociedade, uma edificação, um saber, um monumento, só se torna patrimônio devido a todo um sistema de valores e pessoas que a legitimam como tal.

Como espaço de afeto foi relatado por alguns jovens também:

O Centro é um lugar para mim que me faz lembrar o passado, eu ia quando era criança, minha avó morava no Centro...hoje acho um pouco abandonado, mas mesmo assim gosto dele. Fico com dó de ver um espaço tão rico sendo abandonado. A história da Goiânia, dos goianos está ali, e tem um monte de espaços que poderiam ser aproveitados (JOVEM 8).

[...] o Centro sempre foi pra mim assim... a referência de comum, ou de afeto, como é que fala assim? Se eu tivesse no Centro tava tudo bem, eu já sabia voltar pra casa porque eu tinha alguém que morava lá que podia me acolher se acontecesse alguma coisa [...] o Centro de Goiânia pra mim foi a minha, infância, adolescência e parte da minha adulta [...] (JOVEM 7).

O Centro de Goiânia pra mim é muito uma questão ligada à memória, principalmente ali da minha segunda infância, porque seja tanto do lado do meu pai quanto o lado da minha mãe a gente teve uma vivencia muito grande ali, [...] (meu pai) ele me levava no mercado central por exemplo, pra gente comer um empadão, comer um biscoito, comprar algumas coisas pelo quilo, no mercado central que ainda tem um movimento muito forte, mas quando eu era criança assim tava tendo essa transição de gerações na minha visão entre os comerciantes, eu ia ai aquele pessoal mais velho, comerciante mais velho já com uma tradição [...] e tem alguns pontos ali que eu acho muito icônico pra mim [...] ali em frente ao Parthenon que eu acho que marcou a geração do meu pai, marcou a geração da minha mãe e me marcou também quando criança, principalmente por causa do Café Nice salvo em ganho esse o nome, [...], a gente ia pra comprar um sapato ali perto daquela região tradicional [...] Tem muitos anos que eu não vou nesse lugar especifico que é o Jota Pereira, o original ali [...] ali me marcou muito a infância, eu consegui ainda pegar, salvo engano, quando ela ainda tava lá atendendo os clientes né, com um monte de quadro do atlético, um monte de colagem ali do time, eu pedia um leite com achocolatado, eles jogando de uma xicara pra outra pra esfriar, fazendo aquele charme pra criança. [...] quando eu lembro assim do Centro vem essa carga de memória muito pesada pra mim, e fez uma parte da minha infância e também quando eu fui envelhecendo mudando um pouco os locais, ainda faz muito parte (JOVEM 4).

O afeto está ligado às lembranças que os jovens têm acerca da infância. Pode ser considerado um componente fundamental da relação do indivíduo com o espaço, essas lembranças possuem uma forte influência do sujeito no espaço, gerando enraizamento e pertencimento, e colaborando na constituição da sua identidade. De acordo com Guerra:

[...] histórias de vida são fragmentos vivos da história da cidade e, além de testemunhos, são partes integrantes da grande engrenagem que move as cidades, porque permitem desvendar elementos que estão além da superfície das transformações do espaço. Elas alertam para os efeitos que tais transformações – muitas delas bruscas, profundas e até mesmo violentas – causam nos desejos, nos sonhos e nas perspectivas de vida de centenas, e às vezes, milhares de pessoas que vivem nestes espaços. Muitas dessas histórias de vida estão profundamente atreladas aos processos de ocupação e organização do espaço. Histórias que ficam à margem dos interesses mais imediatos que regem a dinâmica das cidades, sendo sequer considerados no planejamento urbano (GUERRA, 2018, p.179).

Também relatam sobre a importância do comércio na localidade como sendo um atrativo:

[...] tem diversas lojas, que eu acho se [...] pra mim é um espaço cultural é... comerciante também tem diversas lojas (JOVEM 3).

[...] Tinha o comércio, e eu gostava demais de ficar comprando os colares a dez reais [...] os ônibus eram mais fáceis de pegar no Centro, depois de um tempo eu estudei no Centro (JOVEM 7).

Normalmente quando eu penso no Centro eu penso muito sobre lojas, esses negócios [...] vendas (JOVEM 6).

O Centro das cidades sempre se constituiu como espaço de troca de mercadorias. Desde a constituição das cidades, as áreas centrais abrigaram e foram movidas por ampla gama de atividades que moldaram a sua centralidade histórica, social, econômica e simbólico-cultural (TROITIÑO, 2000, p. 5). Porém, mesmo sendo citada nas entrevistas é notório que o comércio do Centro está perdendo força o que contribui para o desequilíbrio da vitalidade dessa região. Para Procopiuck e Djalo:

Ao lado das atividades culturais e artísticas, a atividade econômica torna-se importante determinante da centralidade das cidades. Esta última, por meio do comércio varejista e de pequenos prestadores de serviços, tem sido profundamente afetada por alterações derivadas de novas alternativas de configuração operacional e espacial das atividades comerciais e; alterações das preferências dos consumidores. O que tem trazido, por consequência, resultados negativos sobre as outras duas dimensões e, de modo geral, a todas as funções dos Centros urbanos (PROCOPIUCK; DJALO, 2008, p. 316).

Esse enfraquecimento do Centro é revelado nas falas, por conta das inúmeras obras que estão sendo realizadas no Centro de Goiânia à época da realização das entrevistas. O jovem entende que há um 'apagamento' por conta das obras e por ser um local de passagem apenas:

[...] hoje em dia com todas aquelas reformas lá, os apagamentos de alguns lugares que eu frequentava, hoje é mais um lugar de trânsito mesmo, um lugar onde você só passa pra chegar a outro né, não é mais aquele local de encontro, não tem mais aqueles espaços da juventude [...] os lugares onde a gente via ali as pessoas que eram mais de idade que moram por ali, a gente já não tem mais. [...] os lugares que eram pra ir eles foram reformulados pra darem espaço pra via de carro, então hoje eu acredito que é mais um lugar

de passagem mesmo, pra você chegar a outros setores, a outros lugares (JOVEM 1).

A cidade concebida para o automóvel, a fragmentação e segregação, frutos da cidade capitalista contribuem para a ‘morte’ da rua, do pedestre e do pequeno comércio, como foi alertado por Jacobs (2011). Os novos modelos de comércio, como os *shoppings*, o crescimento da cidade e o surgimento de subcentros favoreceram para a degradação das áreas centrais urbanas (MARICATO, 2008), que já não oferece possibilidade de lucro mesmo com toda a infraestrutura já implantada (transporte, saneamento, equipamentos urbanos etc.). Por consequência se transforma em local de passagem, pois ainda se utiliza da malha viária e do transporte público existente na região. Mas esta característica de alta mobilidade²⁸, também contribui para o encontro de jovens de diversos bairros como demonstrado na fala abaixo, quando perguntado sobre o porquê de escolherem o Centro para se encontrarem:

Em grande parte, era por conta da questão da localidade, porque ficava um ponto de encontro pra todo mundo, porque basicamente é quase no meio da cidade, então jovens que vinham do Senador Canedo, que vinham de Trindade, que vinham ali do Setor Sul, que vinham aqui de Aparecida de Goiânia, era tipo um lugar que ficava no meio do mapa, então era um lugar mais fácil de se achar. E a questão também que vinham muitos de ônibus, então tem muitas linhas de ônibus né, facilitava muito a mobilidade (JOVEM 1).

Ou quando, tanto o Jovem 1 quanto o Jovem 4, explicam que se encontravam com amigos de diferentes bairros:

[...] os outros setores ficam todos aos redores, então quando você fala assim “aí vamo sair pra tal lugar” e seu amigo mora muito longe e você fala qual que é o lugar pra todo mundo pra não ficar pesado. Então eu gosto do Centro pela essa questão da localidade [...] (JOVEM 1).

Eu não estudava ali no Centro [...] e aí a gente organizava pra pegar ônibus. A gente era tão apaixonado pelo Centro, eu e meus colegas que é tudo esparramado pela cidade né [...] eu aqui da zona norte, Goiânia 2, tinha

²⁸ Mobilidade urbana e acessibilidade são conceitos vinculados, mas existem diferenças. Segundo Ribeiro (2014), a mobilidade na cidade permite o deslocamento, ou seja, a facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano, ou seja, está relacionado com as condições das vias de acesso e as possibilidades de circulação. Já a acessibilidade possibilita o pleno alcance dos espaços públicos e privados nas cidades, seja a pé, por meio de veículo, ou qualquer outra forma de transporte, isto significa ter a possibilidade de se alcançar com autonomia e segurança os destinos desejados na cidade, ir e vir sem obstáculos, em condição segura, nos espaços urbanos (RIBEIRO, 2014, p. 14).

colegas meus que moravam depois do Portal Shopping, tinha amigos meus que era da região ali Leste-Oeste e tal (JOVEM 4).

E a Jovem 8 justifica o encontro em função da facilidade de acesso: “[...] aí quando entrei na faculdade eu ia porque era fácil pra todo mundo da faculdade ir pra lá”. A mobilidade e acessibilidade nas áreas centrais é um tema complexo e não será tratado com a profundidade que merece nesse trabalho, já que não é nosso foco, mas é importante salientar que, mobilidade e acessibilidade são uma necessidade real e fundamental para a apropriação do sujeito à cidade, onde o pedestre, a pessoa, seja o foco das intervenções. Para Ribeiro:

A ideia de mobilidade deve estar voltada para as pessoas e deve valorizar o espaço urbano como lugar de encontro, circulação, cruzamento de diferenças e, no caso de Centros históricos, lugar de fruição do patrimônio. Ou seja, as áreas consagradas como patrimônio cultural devem se constituir em espaços onde é possível conhecer, usufruir e desfrutar do patrimônio cultural. Esses espaços devem proporcionar um deslocamento fácil e seguro para todos os usuários, além de possibilitar a permanência para sua fruição. Os Centros históricos devem possibilitar o usufruto do espaço público e do patrimônio, garantindo o direito constitucional à cidade e à cultura (RIBEIRO, 2014, p.15).

A característica do Centro de Goiânia, de confluência do fluxo de transporte coletivo, contribui para que o Centro, mais que um lugar de passagem possa se fortalecer como lugar de permanência, cultura e encontro.

4.2 JOVENS E PATRIMÔNIO CULTURAL

Como demonstrado nas falas do item 4.1, o Centro, para os jovens entrevistados, muitas vezes é visto como lugar do patrimônio cultural e de lembranças: “O Centro de Goiânia pra mim é muito uma questão ligada à memória” (JOVEM 4); “Eu acho que o Centro representa a cultura, o grafite, as estruturas [...] os *designs* dos prédios, toda a história, todo o contexto que a gente viveu até chegar onde chegou, eu acho que preservar isso e mostrar o valor disso é muito importante pras gerações seguintes” (JOVEM 5); “Pra mim representa um Centro cultural porque lá no Centro de Goiânia você encontra tudo né [...] temos bandeirantes que fica lá perto da Goiás [...] (JOVEM 3). Portanto, a história da cidade, o patrimônio do Centro é percebido e valorizado por grande parte dos jovens entrevistados. Compreendemos,

conforme o capítulo 2, que o patrimônio cultural compreende tanto os bens materiais quanto os intangíveis e que esses se complementam, no dizer de Fonseca (2003, p. 67) “não é mais centrada em determinados objetos – como, por exemplo, os monumentos –, e sim numa relação da sociedade com sua cultura”.

Lembrança/afeto:

[...] tinha aquelas casas, aqueles prédios que tinham aquela pegada de cidade mais antiga, aquela coisa mais histórica, então assim, você sair da sua casa e ir pro Centro já te dava a sensação de que você já não tava mais no seu setor [...] tem também um ar diferente, não sei muito como explicar, mas tem uma sensação diferente que você tá, parece que você tá no primeiro bairro da cidade, basicamente você tá no primeiro lugar que foi, hipoteticamente, planejado pra ser aquilo. Então o Centro ali [...] eu acho que o Centro carrega esse processo histórico da cidade, você percebe isso, mesmo num momento de lazer (JOVEM 1).

Se eu fosse uma turista, eu acho que eu gostaria de conhecer a catedral porque tem uma história né, a praça cívica também porque tem várias histórias ali, tem o palácio lá também e tem o teatro né, eu acho que são três pontos que eu acho importante conhecer, que um turista deveria conhecer (JOVEM 3).

[...] que o Centro ali histórico de Goiânia tem um processo de preservação mas eu acho que poderia ser maior, podia ser expandido porque o roteiro cultural ali é enxuto podia ser maior, dá pra aproveitar muita coisa né, e tem alguns lugares que vem sendo tombado como patrimônio histórico, como edificação histórica, eu acho que é indispensável o Centro dentro da formação do goiano, porque dá pra ter toda essa base [...] Goiânia é uma cidade muito nova, mas se a gente já pega todo o processo de criação de Goiânia a gente consegue ver um pouco do dedo ali de Vargas, um pouco do dedo de JK, ver todo esse passado histórico que a gente tem que é muito carregado e é muito interessante, seja o ponto de vista arquitetônico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista artístico é muito forte, e acaba sendo um pouco apagado [...] (JOVEM 4).

Eu acho que o Centro representa a cultura, o grafite, as estruturas, querendo ou não os designs dos prédios, toda a história, todo o contexto que a gente viveu até chegar onde chegou, eu acho que preservar isso e mostrar o valor disso é muito importante pras gerações seguintes (JOVEM 5).

O Patrimônio cultural do Centro se apresenta, na fala dos jovens, como lembranças, principalmente em relação a seus objetos, edifícios, monumentos, “aquelas casas, aqueles prédios” (JOVEM 1). O teatro, o traçado urbano, sempre são lembrados, reforçando o pensamento conservador do que é patrimônio cultural.

O Patrimônio cultural da cidade pode e deve contribuir para a formação do sujeito, porém a tradição sobre o patrimônio cultural no Brasil nasceu do patrimônio material da Arquitetura. Segundo Carsalade (2017), com uma preocupação maior com o objeto do que com o sujeito, mais na matéria do que na função social desse mesmo

objeto. A discussão sobre o campo patrimonial foi liderada por arquitetos e poucos estudiosos da cultura. Sendo assim, o conceito de patrimônio sempre esteve ligado ao edifício, à matéria como se essa fosse desprovida de valores e conteúdos imateriais. Contudo, esse conceito vem se transformando. De acordo com Meneses (2002), o valor cultural não está nas coisas, mas são os homens em suas relações sociais que atribuem os valores aos objetos, no dizer do autor, o patrimônio é um fato social.

Percebemos nas falas de nossos jovens o olhar conservador do patrimônio, ou seja, a importância dada aos edifícios, onde o objeto é mais importante que o sujeito, dessa forma o patrimônio é visitado e sobre esse patrimônio é repassado informações, sobre características, estilo, história, como se os interlocutores fossem receptáculos vazios prontos para receber informações, como objetos a intervir e não como sujeitos do processo (SCIFONI, 2017). O que Paulo Freire chama de educação bancária. Com a transformação recente do conceito, ou seja, o patrimônio como fato social, o patrimônio não é mais visto como reprodução do conhecimento produzido por outros. Nessa nova perspectiva o patrimônio contribui para a criticidade do sujeito, relacionando-se novamente com o pensamento de Paulo Freire da assunção da identidade cultural, ou seja, assumir-se como sujeito de cultura, de memória e de patrimônio: “[...] ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 2017). E para Scifoni, o patrimônio pode contribuir de forma efetiva para a formação do sujeito:

Assim, o ensinar-aprender como prática educativa em patrimônio rompe com aquela tradicional visita ao Centro histórico ou aos museus, a qual busca ensinar a população o que é o patrimônio como uma espécie de catequese, em que ele é sempre exterioridade, poder sobre o outro [...] O princípio da autonomia dos sujeitos implica que as práticas educativas estejam voltadas a fomentar nos educandos a capacidade de anunciar e enunciar o que é patrimônio cultural para si próprio, aquele patrimônio que habita o coração dos grupos sociais e a memória coletiva (SCIFONI, 2022, p. 4).

Neste sentido, a assunção cultural proferida por Paulo Freire rompe com a visão conservadora de entender que a cultura, a memória de um povo é algo exterior, assumir-se é entender como ser que atua na realidade, como um ser capaz de fazer escolhas, um ser de culturas.

Um exemplo que nos chamou a atenção foi a fala “também já tirei foto onde tem aquela estatueta do bandeirante” (JOVEM 3). A jovem questionou o sentido desse monumento? Qual a imagem do sertanista ela tem? Qual a interpretação histórica foi levada a ela? Foram heróis? Qual o sentido de estátuas e monumentos feitos para celebrar personagens e fatos carregados de violência? Há o que se questionar? Se para os jovens o Centro é importante porque conta a história da cidade, por quem essa história é contada?

Segundo Carsalade (2017), a história é uma edição do fato, sendo assim, percebemos que o patrimônio pode nos fazer acreditar em uma determinada interpretação histórica que, embora construída no passado, perdura ainda hoje. Desta forma o patrimônio se apresenta como um campo de disputa e o uso do patrimônio como afirmação de identidade busca o reconhecimento e transformação social.

Para SCIFONI (2022), o patrimônio habita o coração dos grupos sociais e a memória coletiva. Goiânia teve o tombamento de seu Centro histórico com a portaria federal nº. 507, de 18 de novembro de 2003²⁹ contribuindo para o fortalecimento da identidade e memória da cidade e formação da sociedade. Conforme Araújo:

O Núcleo Inicial de Goiânia certamente é um laboratório de informação e de cultura, que permite o “aprender com a cidade” não somente pela presença de elementos arquitetônicos representativos de uma época, mas também pela história imbricada naquele espaço que, de Centro econômico dinâmico de outrora, tem sua importância diminuída pelo surgimento e incentivo de novas centralidades [...] a paisagem marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade, age ativando a memória, situando as pessoas e definindo identidades (ARAÚJO, 2010, p. 7).

Porém, a autora, ao analisar o processo de tombamento do Núcleo Inicial de Goiânia, afirma que os atores sociais representam apenas uma parcela da população, pois o processo de tombamento expressam “a vontade de atores sociais que percebem possibilidades de leitura inerentes a esses elementos, dentre elas a de

²⁹ ele é composto pelo: Conjunto da Praça Cívica: Coreto da Praça Cívica, Fontes Luminosas, Obeliscos com luminárias, Fórum e Tribunal de Justiça, Residência do Governador Pedro Ludovico Teixeira, Departamento Estadual de Informação, Palácio das Esmeraldas, Delegacia Fiscal, Chefatura de Polícia, Secretaria Geral, Torre do Relógio e Tribunal Regional Eleitoral; Os bens isolados: Liceu de Goiânia, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Escola Técnica, Estação Ferroviária e Trampolim e Mureta do Lago das Rosas; O traçado viário dos dois núcleos pioneiros: Anteprojeto da Cidade de Goiânia – 1933, Plano de Urbanização de Goiânia – Decreto-Lei 90A e Planta Geral de Urbanização de Goiânia – 1947 (Fig. 23), (ARAÚJO, 2010).

afirmação de uma identidade e constituição de uma imagem para a cidade”. Muitas vezes os técnicos definem e a participação popular é ausente de todo o processo.

Scifone (2022) entende que o patrimônio habita o coração dos grupos sociais e a memória coletiva, dessa forma, fomentando a capacidade de anunciar o que é patrimônio para si próprio. Quando perguntamos o que os jovens mais gostam no Centro, não foi somente os edifícios citados, como quando a JOVEM 8, anuncia: “Meu lugar preferido no mundo é o Mercado, Mercado da 3, a melhor empada do planeta” ou o JOVEM 5: “Eu acho que o Centro representa a cultura, o grafite [...] todo o contexto que a gente viveu até chegar onde chegou, eu acho que preservar isso e mostrar o valor disso é muito importante pras gerações seguintes.” Os cheiros descritos pelo JOVEM 5: “O cheiro do Centro ali principalmente perto do mercado central é uma coisa que desperta muito a minha memória, o cheiro do tabaco de rolo, das especiarias tudo junto ali [...] me desperta [...].”

Mesmo dando importância à história da cidade, poucos conhecem seu processo de formação e os que manifestaram conhecimento, mostraram que é superficial: “[...] a gente fez visitação escolar” (JOVEM 5) ou “Assim, por causa do curso que faço a gente estuda a história de Goiânia então conheço um pouco” (JOVEM 8).

A falta de manutenção, a poluição visual e o abandono de patrimônio do Centro também chamam a atenção dos entrevistados conforme as falas abaixo:

Poluição visual, abandono

Tem um monte de edifícios históricos que são conservados hoje, e digo mais, tem outros ambientes outros edifícios que poderiam ser catalogados, poderiam ser objeto de estudo, poderiam ser cartão postal da cidade, mas por conta de uma poluição visual já da parte dos comerciantes ali né, da Goiás e de outras mesmo, um outdoor com placas acaba tampando (JOVEM 4).

[...] Mas eu não gosto do fato da poluição visual tá tomando algo que é tão caro a Goiânia que é a Arte Déco né, então a preservação do espaço [...] a preservação tá caindo aos pedaços, tá sendo substituída pela poluição visual do design, da pichação, uma coisa ficando bem horrível, sujo (JOVEM 7).

E o que eu não gosto, eu acho que tipo o abandono que o Centro tem, eu vejo muito lugar abandonado no Centro (JOVEM 6).

Sinto que era pra ser um lugar importante, mas não tá tendo tanto valor quanto merece. Abandono (JOVEM 9).

Essa visão do abandono, da poluição, corrobora com a intenção de fortalecer novas centralidades em detrimento de antigas áreas. A degradação das áreas centrais em cidades de grande e médio porte tem sido recorrente, a falta de investimentos, a

poluição visual nas áreas centrais foram elementos que contribuíram para a perda da centralidade desse espaço e o espraiamento das áreas urbanas e surgimentos de novas centralidade (VILLAÇA, 2000). Goiânia segue o modelo reprodutivista que dá ênfase a determinados espaços em detrimento de outros, ou seja, a cidade mercadoria que se reproduz em busca de atender aos interesses do mercado por novos produtos.

Esse abandono, em especial da área central, não se limita os aspectos econômico-financeiros de uma gestão ineficiente, mas também produz efeitos negativos sobre a identidade e cultura da sociedade já que é nessas áreas que tradicionalmente se concentram expressivo patrimônio cultural e, portanto, possuem forte importância simbólica. Para Araújo (2010), a degradação e o abandono talvez sejam um cenário negativo necessário para a ascensão de outras centralidades.

4.3 JOVENS E O CENTRO COMO ESPAÇO DE DIVERSIDADE

Os jovens da pesquisa veem a Área Central de Goiânia como um espaço de diversidade, acessível, de acolhimento e liberdade, esses termos foram recorrentes ao se referir ao Centro como podemos observar nas falas:

Sobre acolhimento e liberdade

Mas ele é um lugar que recebe sim e acolhe pessoas muito diversas muito diferentes, e essas pessoas por incrível que parece por mais diversas que pareça elas têm uma harmonia ali né, você vê por exemplo as pessoas são hippies de artesanais na calçada na mesma calçada que tem imigrante, pessoas em condição de rua, que tem pessoas fazendo protesto [...] é um lugar assim que acolhe e recebe muitas pessoas diferentes eu acho que é um lugar que tem uma pluralidade de recepção muito maior do que outros espaços da cidade sim (JOVEM 1).

[...] um local que acolhe bastante querendo ou não você vê todo tipo de gente todo tipo de escolha no Centro, pessoas com os estilos mais diferentes, tudo você vê lá, eu acredito que assim claro sempre vai existir mais preconceitos, mas lá as pessoas se sentem mais acolhidas[...] (JOVEM 5).

[...] são ambientes assim, pelo menos alguns, são ambientes muito livre, se preza pela liberdade [...] e eu consigo andar ali livremente sem nenhum preconceito, longe disso, se por exemplo eu já faço o uso dessa bolsa né, numa região mais ao sul da cidade eu consigo perceber uma serie de olhares carregado com um pouco de julgamento [...] (JOVEM 4).

Eu tenho a sensação que sim [...] Eu percebo que as pessoas se sentem mais livres para ser o que são de fato... (JOVEM 8).

Diante das falas sobre liberdade, nos veio a lembrança do trecho de Lefebvre, já citado anteriormente, para o autor é preciso ter especial atenção “com a guerrilha urbana e as vastas reuniões de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos, de amor, de erotismo, de fruição [...] (1971, p. 281). Na perspectiva de Lefebvre, a cidade atual e a vida cotidiana são alienantes, e isso, em particular devido ao modo de produção capitalista da cidade, que organiza e racionaliza o espaço para produção, circulação e reprodução social. Quando jovens se apropriam de espaços de forma contrária àquela esperada pelo mercado da cidade, ou seja, com liberdade, eles estão usufruindo do direito à cidade. De acordo com Lefebvre (2006), o espaço é uma questão política no sentido de que é o lugar de luta entre espaços dominantes e espaços dominados, é nessa perspectiva, que o autor vislumbra uma luta revolucionária, tanto no espaço quanto na vida cotidiana, é o Direito à cidade preconizado pelo autor. No entender de Harvey, o Direito à Cidade surge “basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15). É um pedido de ajuda dos habitantes que estão perdidos e não atendem mais às normas impostas.

Nas respostas percebemos esse ser livre para ser diferente de outros bairros onde padrões são estabelecidos como no dizer do Jovem 4:

porque ali é um ambiente que dá pra sentir acolhido nesse sentido de diversidade, seja pela música, seja por tá todo mundo com roupa um pouco fora ali dá pegada do Setor Sul, Marista, Bueno né, é uma realidade totalmente diferente.

E que inclusive, podem fazer com que se sintam rejeitados, como expressou a JOVEM 1: “tem uns que fecham a rua e fazem condomínio né, é como se falassem: ‘Não esse lugar aqui não é pra você, esse lugar é meu’. É como se tivesse um e um outro, não um nós”.

É quando a consciência se desperta, na tentativa de homegeinização, é o direito à cidade que luta contra a cidade, ou mais precisamente contra os espaços públicos vistos como espaços capitalistas, cada vez mais limitados e controlados, se manifestando pelo desaparecimento de espaços para usos coletivos. Como consequência os espaços abandonados pelo mercado, possivelmente poderão ser apropriados com novos usos. No caso do Centro de Goiânia, podemos exemplificar o Beco do Codorna, um vazio urbano que se transforma em espaço de expressão de

jovens: “[...] O Beco da Codorna também era um espaço que a gente fazia isso **(se encontravam)**, assim com uma pegada mais voltada para o hip-hop, o grafite, o skate” (JOVEM 1).

Lefebvre (1991, p. 421) diz que os espaços capitalistas servem como "instrumento para dominação". No entanto, de maneira paradoxal, é nesse espaço que pode acontecer uma revolução mais favorável aos cidadãos, através da resistência, da consciência, da reapropriação ao compreender a cidade como obra, pelo direito à cidade. Ele nos diz que:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 125).

Desta forma, os jovens entrevistados encontram na área central de Goiânia uma forma de se expressar e ‘ser livres’, gerando diversidade, como nos dizeres abaixo:

Sobre diversidade e acessibilidade

[...] as pessoas que gostam desses tipos de ambiente são pessoas mais tranquilas, são pessoas que estão dispostas e abertas a conhecer ne novas culturas, pessoas diferentes, então geralmente, pra mim minha visão que há um respeito maior (à diversidade) (JOVEM 2).

[...] eu vejo muito mais diversidade social comparado a outros lugares [...] (JOVEM 6).

Aí eu gosto das lojas, gosto do teatro Goiânia, gosto da acessibilidade, então assim qualquer coisa que você quiser no planeta lá tem, vai ter uma loja, tem o camelódromo, tem ponto de ônibus, banca de revista, tem banca de gibis que é uma coisa obsoleta (JOVEM 7).

Ah no Centro todo mundo convive lá, tudo, puta, prostituta, travesti, gay, viado, hétero, hétero top, todo mundo. Todo mundo vive em harmonia, a coisa mais absurda do mundo (JOVEM 7).

[...] Lá as exposições são mais acessíveis, os ingressos do teatro, os restaurantes, o lazer e acessível. Enquanto nos outros locais de Goiânia são extremamente elitistas, quando tem alguma coisa [...] (JOVEM 7).

A acessibilidade por transporte público já foi demonstrada nas entrevistas, em virtude da localização central o Centro é lugar de encontro, a variedade, preço e comércio específicos contribuem para a acessibilidade dessa área.

Quanto à diversidade, ela também reflete a resistência da área central aos espaços homogeneizantes criados pela cidade. Será resultado do abandono do capital nessa região e a consequente ocupação por grupos que recusam os espaços organizados pelo poder? São jovens que encontraram coletivos locais mais ou menos informais. Espaços de Resistência, espaços políticos, espaços de luta livre, espaços militantes: espaços de possibilidades, onde deficiências urbanas (abandonadas, terrenos baldios, espaços vazios urbanos) se tornam oportunidade para questionar e recuperar a cidade. Espaços subversivos e intersticiais, ou descentralizados, todos eles criam laços sociais à sua maneira, redefinem usos – individual e coletivo – lugares e sua apropriação prática e diária. Lefebvre diz que “a rua retira as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno dos jogos sem regras precisas e ainda mais interessantes, lugar de encontros e das solicitações múltiplas – materiais, culturais, espirituais – a rua se revela indispensável” (LEFEBVRE, 2006, p.134). Como um papel central de seus usuários, a cidade precisa promover o habitante e sua interação entre os diversos grupos sociais de forma livre e espontânea.

4.4 JOVENS E A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO

Ao questionar sobre a cidade como espaço educativo, as respostas vieram ao encontro da diversidade e liberdade da área central. A questão da afetividade também foi citada, e até como fundamental para a formação de caráter. O encontro, a diversidade, a identidade foram os aspectos mencionados com maior frequência sobre a cidade como espaço formativo

Lugar de encontro e diversidade

Eu acho que todos os lugares da cidade eles são formativos né, seja pelo contato pela informação e seja pela falta dela [...] então assim, essa questão só de estar e de ter já é um processo educativo [...] por exemplo a gravura do The Sick, que faz você olhar pra uma índia, faz você perceber a emoção daquilo, faz você ver as entrelinhas do que ele quer passar a partir disso [...] Então eu acho que o Centro poderia ter uma coisa mais voltada pra esse

processo só de estar eu acho, não precisa nem ser uma coisa assim de extensão, de ser facultativo, toda terça tem um encontro aqui pra isso, não só de estar lá só de você passar e ver um monte de jovens dançando você já tem contato com a cultura do hip-hop, só de você passar e ver as artesãs você já tem contato ali com o que eles produzem, com o que elas vivem [...] (JOVEM 1)

Acho difícil não ter ensinado alguma coisa, mas... não sei talvez essa diversidade, eu acho o Centro [...] é um pouco essa questão cultural mesmo de ser diferente dos outros bairros é... de juntar pessoas que tem uma visão diferente [...] pessoas que querem conhecer pessoas. e talvez tenha ensinado um pouco disso também, talvez não ensinado, mas contribuído até pra querer me conhecer, é querer sentir curiosidade porque tem muita arte também, tantos dos muros, dos bares, as casas, até nas casas tem muita arte. talvez essa curiosidade (JOVEM 2).

Nossa, molda caráter, molda caráter. Primeiro que aprender a conviver com as diferenças, existe gente rica, gente pobre, gente feia, gente bonita, gente de tudo quanto e jeito, molda caráter. Outra coisa é independência, porque pra mim o Centro de Goiânia ele te dá uma autonomia de si, porque lá quando você vai m o sebo e tal, é um lugar tranquilo pra você andar com os amigos assim [...] molda caráter, tem que frequentar o Centro (JOVEM 7).

A cidade, como lugar de encontro, de diversidade, de conexões e conflitos, é condição essencial para promover o direito à Cidade, de acordo ao pensamento de Lefebvre (2006). Ou seja, ambiciona-se que o homem apreenda a cidade como obra, como suporte para práticas sociais autônomas, fortalecendo a sociedade, em consequência alcançar o almejado direito à cidade que afirma e legitima a reivindicação que cada indivíduo pode fazer de viver na cidade porque ela é uma fonte concreta de emancipação.

Cultura e identidade

Eu acho que é indispensável o Centro dentro da formação do goiano, porque dá pra ter toda essa base (histórica). Eu acho que pode contribuir de várias formas, a entender a história, a se locomover, a conhecer pessoas diferentes e então aprender com o pensamento diferente do seu... conheci gente com o pensamento muito diferente da minha e então a gente acaba aprendendo... e tem arte também, ne? A arquitetura, os grafites, musica [...] a gente sempre aprende com arte (JOVEM 8).

Eu acho que eu aprendi a ser eu ali (no Centro) né, aprendi meus gostos, aquilo que eu pesquiso, aquilo que eu luto, as filiações políticas que eu faço parte, os grupos de pesquisa que eu faço parte [...] Então assim, me ensinou a ser quem eu sou, eu aprendi lá a ser quem eu sou, eu aprendi lá identificar meus objetos, apreendi lá a identificar o que me faz um ser político ne, as necessidades que eu vejo enquanto ser político, necessidade de enxergar a necessidade do outro, de perceber os movimentos da cidade tipo ver que carros que circulam no Centro circulam qualquer outro lugar da cidade, mas alguns setores circulam apenas um tipo de carro e não outros, então assim, todas essas percepções de ser quem eu sou, de ser aquela menina do mato [...] eu aprendi lá todas essas [...] meus atravessamentos, escolher minhas

batalhas, minhas lutas políticas eu aprendi lá. Então aprendi a ser quem eu sou enquanto pessoa, enquanto pesquisadora, eu acho que a maior parte por conta da minha vivência lá, foi lá que eu aprendi a perceber os movimentos de juventude, foi lá que eu aprendi por exemplo a ver os diferentes tratos por pessoas por conta do vai e vem de pessoas, então você aprende querendo ou não isso, foi lá também que eu identifiquei os pontos que eu precisava melhorar, os preconceitos que eu tinha, as coisas que eu precisava pontuar em mim mesma porque é só olhando o outro que você enxerga a si, porque não adianta só procurar aquilo que você é igual, e foi lá que eu fiz as amizades que eu tenho até hoje também né, as pessoas que você conhece e tal (JOVEM 1).

A cidade ela consegue me ensinar a história, não só a história escrita [...] conta também a história da minha família [...], o Centro tem muita importância pra mim e para a minha família [...] Em relação a cultura o Centro ele é uma fonte de cultura muito grande... [...] você tem uma capacidade de conexão com pessoas ali que é gigantesca [...] Centro ele é libertador... ele é libertador, é fonte de cultura, é fonte de história, é fonte de gastronomia [...] (JOVEM 4).

Nunca parei para pensar nisso... bem..., mas pensando agora (risos) me ensinou que toda cidade tem uma história, que ela deve ser lembrada, que a cidade tem ciclos, que um lugar que um dia foi super importante pode ir sendo esquecido... como as pessoas né? Que a gente ama o lugar que a gente vive porque tem histórias vividas nele, boas e ruins (JOVEM 8).

A cidade é um espaço representativo de uma história, de um patrimônio, de tradições, de populações, de múltiplas trocas, de culturas, de direitos, de deveres, onde se está a todo momento vivendo situações cotidianas e práticas sociais que podem contribuir para a formação e processo de emancipação. É nos festejos, nas manifestações que ocorrem nas praças, nas ruas que os jovens conseguem marcar seu espaço junto à sociedade: Centro ele é libertador... ele é libertador, é fonte de cultura, é fonte de história, é fonte de gastronomia [...] (JOVEM 4).

O Núcleo Inicial de Goiânia, ou seja, o Centro, aparece como um espaço repleto de bens de valor com significado coletivo, onde os edifícios, as lembranças, contam a história do povo, da família, apresentam os ciclos, como disse a Jovem 4: “a “cidade tem ciclos, que um lugar que um dia foi super importante pode ir sendo esquecido”. Nesse sentido, o patrimônio material e imaterial se relaciona intrinsecamente com a cultura, isto é, “o conhecimento que vai sendo acumulado num processo dinâmico de aprendizado por um indivíduo ou grupo social, durante a sua trajetória e que é transmitido às novas gerações como legado cultural” (DE ALMEIDA, 2012 p. 5).

Partindo desse pensamento, acreditamos que o conjunto de bens de valor com significado coletivo que representa o patrimônio de um grupo de pessoas possibilita perceber as diferenças e o sentimento de pertencer a um grupo, essa consciência fortalece o sentimento de uma realidade suscetível de transformações com a

perspectiva da libertação: “meus atravessamentos, escolher minhas batalhas, minhas lutas políticas eu aprendi lá” (JOVEM 1). Essa afirmação a coloca como sujeito de seu processo emancipatório.

“[...] São ambientes assim, pelo menos alguns, são ambientes muito livre, se preza pela liberdade [...]” (JOVEM 4). A fala demonstra a negação por padrões determinados como uma forma de resistência. Relacionando com o pensamento de Paulo Freire (1987), mesmo com a opressão há uma possibilidade de liberdade, de emancipação, “no sentido de luta contra a aceitação passiva dos mecanismos de exploração no trabalho (como se estes fossem uma coisa natural) e luta contra a alienação que cria e amplia as condições de desigualdade social” (SCIFONE, 2012 p. 32). A autora completa:

A perspectiva conscientizadora de que Freire trata e que pode ser usada na Educação Patrimonial traz o significado de que, pela mediação da cultura e das práticas educativas da cultura e patrimônio é possível contribuir para a tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história. Essa perspectiva não significa de forma alguma, dentro da concepção freireana, tomada de consciência em relação à cultura, como se esta estivesse fora da realidade objetiva considerada ou como se tratasse de levar cultura aos lugares destituídos desta. É compreender a cultura como mediação, ou seja, como meio que contribuirá para a consciência dos homens sobre o seu papel de sujeito, consciência de si mesmo e de sua ação. (SCIFONE, 2012, p. 33).

Desta forma, patrimônio quando mediado com criticidade ou a cidade apropriada por meio da expressão (música, arte, trocas) contribui no desenvolvimento crítico de jovens que ali frequentam como percebemos nas falas: “ [...] molda caráter. Primeiro que aprender a conviver com as diferenças [...]” (JOVEM 8) e “aprender com o pensamento diferente do seu [...] conheci gente com o pensamento muito diferente da minha e então a gente acaba aprendendo... e tem arte também, né? A arquitetura, os grafites, a música... a gente sempre aprende com arte”. Atividades coletivas no Centro de Goiânia demonstram que esses espaços conseguem contribuir para a construção da criticidade dos jovens que ali frequentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nessa tese, compreender a cidade enquanto espaço formativo de jovens entre 14 a 29 anos, a partir da relação desses com os espaços do Centro da cidade e como a experiência cotidiana na região central pode contribuir na formação desses jovens. E tem como questão: como e quais os processos formativos são apreendidos por jovens nos diferentes espaços do Centro da cidade de Goiânia? E teve como pressuposto que a cidade pode contribuir para o processo formativo de jovens por meio de sociabilidades e apropriações de espaços públicos e privados sendo constituintes e constituídos. Entendemos a cidade como um lugar que oferece às pessoas que nela vivem a oportunidade de uma aprendizagem permanente, intencionalmente ou não, de trocas dialógicas ao compartilhar experiências e, portanto, podendo desenvolver capacidade crítica.

Para se caracterizar como cidade é necessário aglomeração, sedentarismo, mercado e gestão pública, possuir sua própria personalidade com características específicas relacionadas a seu processo de desenvolvimento, são territórios representativos de uma história, de um patrimônio, de tradições, de múltiplas trocas, de culturas, de direitos, de deveres, todas essas características influenciam no processo de formação de seus cidadãos.

Já o urbano se apresenta como uma condição pós Revolução Industrial se manifestando no social, nas relações. A cidade experimentou uma considerável transformação provocada pela expansão do modo de produção capitalista, como ambiente de transformações, foi cenário das revoluções industriais e da consolidação do capitalismo, fato que determinou a forma de crescimento e das relações na cidade. O processo de expansão capitalista transforma o espaço em mercadoria, homogeneizando a paisagem e os costumes (diferente de igualdade), gerando, contraditoriamente, a segregação (divisão social do espaço). Essa contradição se dá, por exemplo, pela criação de espaços lucrativos quando as classes alta e média se auto segregam em condomínios, *shoppings*, com acesso determinado pelo poder aquisitivo e simbólico, que Lefebvre classifica como voluntária, enquanto parte da população mais pobre, incapaz de arcar com os custos de moradia em determinados locais da cidade, fica relegada às periferias distantes e desprovidas de equipamentos e serviços.

A segregação socioespacial, este movimento onde o valor de troca supera o valor de uso, provoca várias consequências, além da desigualdade enfraquece as relações sociais, o contato e a tolerância. Henri Lefebvre, autor que utilizamos para compreender a cidade, proclama a emergência de uma nova realidade, a do urbano, afirmando o estouro da cidade nas periferias, nos subúrbios, explicitando o processo de implosão e explosão. Lefebvre (2016) também demonstra a ausência de neutralidade social e política do espaço ao apresentá-lo como "projeção das relações sociais onde as estratégias se confrontam", revelando a arena de disputa por um lugar na cidade.

E é a forma de reagir a essa realidade, que acreditamos contribuir para a formação do jovem que vive esses conflitos urbanos. Lefebvre nos chama a atenção ao proclamar a cidade por vir, desejada pelo autor, como um projeto coletivo, o 'Direito à Cidade'. Essa nova sociedade, segundo o autor, irá surgir da tentativa de padronização, será na pretensa homogeneização, o *espaço abstrato* o que parece paradoxal, que ele espera surgir um novo horizonte, mais favorável ao homem, o *espaço abstrato*.

Lefebvre sonhava com uma cidade que, ao invés de ser reduzida a um produto, voltasse a ser uma 'obra'. O 'Direito à cidade' que Lefebvre proclama estipula o direito de acesso à centralidade urbana, à vida urbana, a lugares de encontro, trocas, à 'festa', onde cada indivíduo tenha o direito de pensar e vivenciar a cidade. Este processo transcende todos os aspectos da sociedade contemporânea e, em particular, o campo das representações, das relações sociais e do poder, da cultura e da arte. Para Lefebvre, a industrialização leva ao desmembramento da cidade tradicional, impõe-lhe uma lógica de rentabilidade e produtividade que destrói todas as formas de criatividade, espontaneidade da vida cotidiana, agora alienada e marcada por uma desintegração da vida social.

A revolução da cidade, que para Lefebvre virá dos excluídos mediante apropriações do espaço por grupos ou movimentos sociais, se dá no espaço vivido onde se pratica a emancipação do sujeito sobre a alienação. Ao pensar a emancipação como prática libertadora, como conscientização crítica das formas de dominação, nos aproximamos da concepção de Paulo Freire, que através da tomada de consciência buscam a transformação.

A resistência de jovens, que se apropriam dos espaços centrais de Goiânia, muitas vezes abandonados pelo poder público, como por exemplo o Beco do Codorna,

demonstra a capacidade de apropriação que foge dos padrões capitalistas. A ocupação do Centro de Goiânia por jovens, que outrora foi lugar das elites, núcleo inicial que abriga o patrimônio cultural e que vive o esvaziamento e desvalorização imobiliária, é um fato importante a se considerar dentro da perspectiva de 'Direito à cidade' e da emancipação.

As áreas centrais, espaço que evidencia a formação da memória histórica e identidade de um povo, também sofreram com o processo de segregação e surgimento de novas centralidades, deslocamento de moradores e comércio. E o que restou então do Centro de Goiânia? Apenas um papel simbólico? Acreditamos com esse trabalho que não, sua facilidade de acesso contribui para o encontro de jovens, sua simbologia instiga os mais jovens que buscam identidade, projetos culturais como o chorinho, iniciativas particulares como encontro de brechó, Muquifu cultural e por vezes, seu abandono liberta.

Os jovens entrevistados, que se apropriam ou apenas transitam pelo Centro, o percebem como um espaço de produção e reprodução de cultura, um espaço de afeto e identidade, que é acessível, tanto em relação ao comércio quanto a transportes, nesse sentido contribuindo na formação cultural.

Em relação ao Patrimônio cultural, percebemos que, mesmo revelando a importância, como lugares de história e afeto, falta um olhar crítico que a renovação conceitual nesta área propõe: o patrimônio como uma conquista social, inserido nos espaços de vida das pessoas (SCIFONE, 2013). Nossos jovens, em sua maioria, reproduzem, de forma naturalizada, as narrativas do Estado e a memória do poder (SCIFONI, 2022), se limitando ao patrimônio material e às narrativas prontas oferecidas pelo Estado e por grupos restritos, geralmente daqueles que detém o poder. Poucas foram as manifestações críticas em relação ao patrimônio, apenas a Jovem 1 criticou o monumento ao Anhanguera e nenhum deles demonstrou a importância do patrimônio imaterial.

Acreditamos, dessa forma, que o Centro de Goiânia possui forte potencial para contribuir para a formação política e cultural através de seu patrimônio, mas para ser reconhecido requer "uma nova prática educativa capaz de superar a separação e a hierarquia entre o ensinar e o aprender. Como diz Freire (2017), é preciso concebê-los como dimensões articuladas de um mesmo ato – ensinar-aprender -, como uma experiência total, que é, ao mesmo tempo, pedagógica, ética, estética e política" (SCIFONI, 2022, p. 4). A participação social no processo de patrimonialização deve

ser efetiva e não ficar apenas a cargo de técnicos. Dessa forma o patrimônio poderá contribuir de forma efetiva no processo de formação dos jovens, ao incorporar processos educativos não formais possibilita “[...] reconhecer muitas ações inovadoras desenvolvidas por grupos, coletivos e movimentos sociais que mobilizam os sujeitos sociais na identificação, na valorização e na proteção de sua cultura” (SICIFONE, 2002, p.4).

Citada várias vezes pelos entrevistados, a diversidade do Centro merece destaque. ‘Promover a educação na diversidade’ é um dos objetivos da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras). Jacobs (2011) coloca a diversidade - de usos, usuários e edificações - como fundamental para garantir a vitalidade urbana. Para Lefebvre, o direito à cidade se consegue através não da igualdade, mas da diversidade. *“Eu vejo muito mais diversidade social comparado a outros lugares”* foi uma das falas de um jovem entrevistado, outra completa ao falar do Centro *“é um lugar que recebe sim e acolhe pessoas muito diversas muito diferentes, e essas pessoas por incrível que parece por mais diversas que pareça elas têm uma harmonia ali né, você vê por exemplo as pessoas são hippies de artesanais na calçada na mesma calçada que tem imigrante, pessoas em condição de rua, que tem pessoas fazendo protesto (...), é um lugar assim que acolhe e recebe muitas pessoas diferentes eu acho que é um lugar que tem uma pluralidade de recepção muito maior do que outros espaços da cidade sim.”* Neste contexto, entendemos que no Centro de Goiânia existe uma maior atitude de respeito e de aceitação em relação às diferenças. No entanto observamos nas falas ao mencionar a diversidade a falta de um posicionamento crítico sobre a desigualdade, embora no trabalho não tenha sido abordado questões de desigualdade observamos que por algumas vezes foram citadas como parte da diversidade. Porém é necessário esclarecer que se a diversidade, vista como uma característica positiva, confronta a heterogeneidade de culturas característica da sociedade já a desigualdade revela as privações, de um saber, de acessos denota injustiças, nesse sentido o aprofundamento dessas questões nos despertou o interesse para futuros questionamentos,

Concluimos que a cidade pode contribuir para o processo formativo de forma informal quanto nas relações mediadas por outros agentes, como o Muquifu e Beco Do Codorna, e que em espaços não formais onde acontecem as práticas cotidianas, as ruas, os coletivos, os becos, os jovens podem adquirir conhecimento da própria realidade e a realidade da rua, da cidade, das contradições e diversidade, colocando-

os como sujeito social ativo na sociedade. Concluimos, ainda, que o Centro de Goiânia, seja com as atividades, como o chorinho do Grande Hotel, os passeios de bicicleta, os coletivos culturais (Muquifu), os encontros, os grafittis, o patrimônio cultural, é importante para a formação da juventude, e que o encontro e a sociabilidade nos espaços da cidade promovem reflexões formativas no âmbito político, social e também intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Lucimara. **Centralidade e Centro urbano**: uma proposição conceitual e analítica para Palmas-TO. Palmas: EDUFT, 2020.
- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012.
- ARAÚJO, Márcia *de et al.* **Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** 2010.
- ARAÚJO, Márcia de; ALMEIDA, Maria Geralda de. A paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: patrimônio, cultura e identidade na metrópole contemporânea. **Revista RA'E GA**, p. 205-215.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 5. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 73-83, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira et al. Goiânia, cidade nova, patrimônio recente: a arquitetura residencial como elemento da paisagem do núcleo Pioneiro. **Revista Jatobá**, v. 1, 2019.
- CARSALADE, Flávio De Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, 2017.
- CARDOSO, Welton de Sousa. **Adensamento socioespacial nos assentamentos precários em Belém/PA**: indicadores socioespaciais urbanos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASSAB, C. **(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política. 2009**. Tese (Doutorado em Geografia). - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.
- CASTRO, Luis Guilherme Rivera. **O que é espaço público?** Revista AU, São Paulo, 232 ed., jul. 2013. Disponível em: < <http://au.pini.com.br/arquiteturaurbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

_____. O ensino de Geografia na escola. Campinas: Papirus, 2012.

CENPEC. Carta das Cidades Educadoras. **Cadernos Cenpec | Nova série**, v. 1, n. 1, p. 156-161, 2006.

CERDÁ y SUNYER, Ildefonso. **La Théorie générale de l'urbanisation**. Paris: Seuil, 1979 [1867].

COBOS, Emilio Pradilla. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, p. 37-60, 2014.

CONTI, Bruno Martarello de; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. **Economia e Sociedade**, v. 23, p. 341-372, 2014.

DAYRELL, Juarez et al. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 101-133, 2014.

DE ALMEIDA, Luiz Fernando *et al.* **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. /Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

DE GRANDE, Ivan Oliveira; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Contradições no Centro tradicional de Goiânia**: usos e transformações no espaço da praça cívica e Avenida Goiás. **PerCursos**, v. 16, n. 30, p. 74-98, 2015

DE VASCONCELLOS, Lélia Mendes; DE MELLO, Maria Cristina Fernandes. Terminologias em busca de uma identidade. **RUA: Revista de arquitetura e urbanismo**, v. 6, n. 1, 2003.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília: UNESCO, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

EVANS, Graeme. **Cultural planning: An urban renaissance?** Routledge, 2002.

FERNANDES, Renata Sieiro. A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, p. 58-74, 2009.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5° Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Jackeline Mendes; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. Políticas públicas patrimoniais: o tombamento Art Déco em Goiânia (GO). **Revista Rua**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 133-154, 2020.

FERREIRA, Flávio de Lima. **Da Codorna ao Bacião: a construção do grafite em Goiânia-GO (2008-2018)**, 121 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 153-163, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural: Para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2017

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 4, n.p., 2008.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo social**, v. 17, p. 111-133, 2005.

GUERRA, Karla Bilharinho. **Memória, espaço e afeto: outras cartografias possíveis de Belo Horizonte**. Tese (Escola de Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 109-132, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, 2001. p. lxxiii, 2922-lxxiii, 2922.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LACOSTE, Yves. **Dicionário de Geografia**. Lisboa, Teorema, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O fim da história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: El derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Tradução Margarida Maria de Andrade. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução de D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos avançados**, v. 27, p. 123-132, 2013.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 115-134, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia; **Uma Concepção Urbana e Moderna – Um Certo Olhar**. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. O automóvel e a cidade. [Apresentação]. **Ciência e Ambiente**, n. 37, p. 5-12, 2008.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

MARICATO, Ermínia; AKAISHI, Ana Gabriela; BASQUIAT, Michel. O Brasil na era das cidades-condomínio. **Outras Palavras**, São Paulo, v. 25, n. 05, n.p., 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (1846)**. São Paulo: Moraes, 1984.

MATIAS, Keidy Narely Costa. Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço. **NORUS Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 6, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Márcio Pinón de. Cidadania e reformas urbanísticas no Rio de Janeiro: A Reforma de Pereira Passos (1902-1906). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Anais, p. 2.636-48, 2015.

PAQUOT, Thierry, Introduction. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry. (Org.). **Villes & civilisation urbaine: XVIIIe.XXe siècle**. Paris: Larousse, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008.

PROCOPIUCK, Mario; DJALO, Abdulah Bubacar. Comércio como fator de coesão dos centros urbanos: caso da revitalização comercial do centro de Curitiba. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 313-333, 2008.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, p. 1-12, 2014.

RIBEIRO, Sandra Bernardes (Ed.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em Centros históricos**. Iphan, 2014.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROMÃO, José Eustáquio. Educação. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides;

ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 150-152.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. **Cidade e História-modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**, p. 257-262, 1992.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. **Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba**, 2012.

SIMÃO, Maria Cristina R. Patrimônio urbano e direito à cidade: os olhares das populações. In: **XI Simposio de la Asociación Internacional de Planificación Urbana y Ambiente (UPE 11)**. La Plata, 2014.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. **Revista Espaço e Geografia**, p. 515: 528-515: 528, 2013. SCIFONI, Simone. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO? **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

SMITH, L. **El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples?** Antipoda Revista de Antropología y Arqueología, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04>. Acessado em: 07 maio 2018.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Cidade: Lugar e geografia da existência. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Novos estudos em geografia urbana brasileira**. Salvador: Ed. da UFBA, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Abc do desenvolvimento urbano**. 11 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020, 192 p

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, p. 71-85, set./dez., 1996.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2015.

TRILLA BERNET, Jaume. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amélia S. (Org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Ed. UFPR, p. 13-34, 1997.

TROITIÑO, Miguel Ángel. Renovación urbana: dinámicas y cambios funcionales. In: **Perspectivas Urbanas**, v.2, p. 1-10, 2000.

TUCUNDUVA, Tatiana *et al.* **Mestre Sabú**: memória social e práticas culturais da capoeira em Goiás. 2015.

VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em Centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Editora Manole, 2015.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana. In: **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume II. São Paulo: UNB, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título “VIVA O CENTRO!”: A CIDADE COMO ESPAÇO FORMATIVO DE JOVENS. Meu nome é Christiane Marques Moisés Cardoso, sou professora na Faculdade Serra da Mesa e Doutoranda do Programa em Educação da PUC/GO, orientada pela professora Dra. Claudia Valente Cavalcante. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, através do número (62)98137-4441 ou através do e-mail dic@fasem.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, via e-mail (cep@pucgoias.edu.br), telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisadores:

- Christiane Marques Moisés Cardoso
- Cláudia Valente Cavalcante

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é a importância de compreender como a cidade, enquanto espaço educativo, se constitui na formação de valores nos jovens.

Tem por objetivo compreender a cidade enquanto espaço de produção de valores culturais e processos educativos a partir da relação do jovem com os espaços do Centro da cidade. Serão utilizados dois tipos de instrumentos para a coleta de dados. Será aplicado um questionário semiestruturado com o objetivo de traçar o perfil

do jovem bem como suas práticas de apropriação do Centro de Goiânia. Nesta fase, há uma estimativa de aplicação do questionário para 50 jovens que aderirem à pesquisa par. Os jovens serão abordados no comércio local, em restaurantes e bares, áreas públicas (Rua do Lazer e adjacências) e em eventos culturais realizados no Centro de Goiânia onde há presença de jovens. Os objetivos da pesquisa serão explicados para os potenciais jovens da pesquisa. Caso desejem participar, o questionário online e o TCLE serão disponibilizados para o jovem. Caso não tenha acesso à internet ou rede social, será realizada com a versão impressa do questionário e do TCLE.

A presente pesquisa é de risco mínimo, pois os participantes da pesquisa poderão estar sujeitos a constrangimento e exposição. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação será adotada a confidencialidade e a não obrigação em responder as questões em que julgar que a resposta possa lhe trazer desconforto exposição ou constrangimento.

Benefícios: Esta pesquisa terá com benefícios a oportunidade de expressão de sua percepção sobre a vida cotidiana e a oportunidade de se educar na cidade.

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderá interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo.

Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo.

Os dados coletados serão guardados por, no mínimo 5 anos e, após esse período serão apagados. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização.

Você terá total acesso aos resultados de seus dados levantados na pesquisa, assim como também à publicação resultante da pesquisa.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Uma via deste documento está disponível para você, basta fazer o download do arquivo clicando AQUI

(<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfwY77jBfZtB2o46qNlrj3gMsSy0Og77zDuMQBOFqVvDvsHCg/viewform>).

Após ter recebido tais esclarecimentos e as informações sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deve clicar na opção CONCORDO que você será direcionado para o questionário. Caso contrário, clique em NÃO CONCORDO que encerraremos.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Sexo
 masculino feminino outro: _____ não quero declarar
3. Idade: _____
4. Escolaridade
 Ensino fundamental completo
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino superior completo
 Ensino superior incompleto
 Pós-graduação especialização
 Pós-graduação mestrado
 Pós-graduação doutorado
 Outro: _____
5. Em que cidade nasceu? _____
6. Em que cidade reside atualmente? _____
7. Em que bairro mora? _____
8. Profissão: _____
9. Contato de email: _____
10. Contato de whatsapp: _____

O CENTRO DA CIDADE DE GOIANIA

- 11. Para você, a CIDADE é (escolha até três alternativas)**
- a) Espaço coletivo de direito à vida urbana onde os cidadãos e grupos se constituem nela e nas relações sociais
 - b) espaço da vida social, política e de conhecimento
 - c) espaço das diferenças, da diversidade e de conflitos de interesses
 - d) espaço de violência, desigualdades e injustiças sociais
 - e) espaço de abandono e destruição
 - f) espaço de identidade de um povo
 - g) outros. Justifique: _____

12. Qual o patrimônio histórico cultural de Goiânia que mais representa a cidade?

13. Com que frequência você frequenta o Centro:

- a) Diariamente
- b) Frequentemente
- c) Às vezes
- d) Raramente

14. Quais os motivos de frequentar o Centro de Goiânia? Assinale até três alternativas

- a) Para diversão
- b) Trabalho no Centro
- c) Tenho comércio/negócio no Centro
- d) Moro no Centro
- e) Estudo no Centro
- f) Para visitar parentes/ amigos
- g) Para participar de atividades/eventos culturais
- h) Participar de manifestações políticas
- i) Para visitar pontos turísticos
- j) Para fazer compras
- k) É caminho para minhas atividades
- l) Para frequentar atividades religiosas
- m) Para fazer atividades físicas
- n) outros _____

15. Quais as três coisas que você MAIS gosta do Centro de Goiânia?

16. Quais as três coisas que você MENOS gosta do Centro de Goiânia?

17. Você costuma frequentar atividades culturais no Centro de Goiânia? Se sim, cite

3

18. Se você é comerciante no Centro, porque escolheu o Centro

- a) Por conta do perfil do meu negócio e cliente
- b) O aluguel é mais barato/a valor do imóvel é mais barato
- c) Moro perto
- d) Tem uma boa malha de transporte

- e) Tem um encantamento/charme/história e vida própria
- f) Está em alta
- g) Não tenho outra opção
- h) Outro _____

19. Se você mora no Centro, porque escolheu o Centro

- a) O aluguel é mais barato/a valor do imóvel é mais barato
- b) É um imóvel herdado/da família
- c) Por conta do meu próprio perfil
- d) Trabalho no Centro
- e) Tem uma boa malha de transporte
- f) Tem um encantamento/charme/história e vida própria
- g) Está em alta
- h) Tenho amigos/parentes/família/companheiro (a) aqui
- i) Outro _____

20. Cite três espaços no Centro de Goiânia que você MAIS frequenta?

21. Além do Centro de Goiânia, quais outros lugares de Goiânia que você frequenta ?

SOBRE O PATRIMÔNIO

22. Você acha que o Centro de Goiânia mantém a sua história preservada?

- () sim
- () não
- () talvez

Justifique:

23. Cite três patrimônios históricos culturais no Centro de Goiânia.

24. Onde você aprendeu sobre esses patrimônios?

- () na escola
- () em casa com minha família
- () com amigos/conhecidos
- () nos livros, nas revistas, nas redes sociais e nas mídias
- () andando pelas ruas do Centro de Goiânia
- () em eventos /projetos culturais

A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO

25. Ao andar pelo Centro da cidade de Goiânia, você acredita que pode aprender sobre. Escolha até três alternativas:

- a) história
- b) arquitetura
- c) cidadania
- d) arte
- e) diversidade
- f) trânsito
- g) acessibilidade
- h) cultura
- i) não aprendo ao andar pelo Centro da cidade
- j) outros

PATRIMONIO CULTURAL é:

- a) Memória
- b) Riqueza
- c) Demolição
- d) História
- e) Herança
- f) Passado
- g) Progresso
- h) Preservação
- i) Beleza
- j) Velharia
- k) Atraso
- l) Feiura
- m) Cultura
- n) Antigo
- o) Ruína
- p) Comunitário
- q) Entrave
- r) outro

VALORES DO CENTRO DA CIDADE

26. Quais são as reações que o Centro te provoca? (escolha até três alternativas)

- a) Medo
- b) Insegurança
- c) Segurança
- d) Curiosidade
- e) Liberdade
- f) Opressão
- g) Sinergia
- h) Encantamento
- i) Desorientação
- j) Alegria
- k) Tristeza
- l) Indignação
- m) Identificação
- n) Nada
- o) Outros: _____

27. O Centro te desperta memórias afetivas?

() sim

() não

28. Se sim, quais os lugares que despertam essas memórias? Cite até três lugares

29. O que mais te remete ao Centro de Goiânia?

- a) Os cheiros
- b) Os sons
- c) As imagens
- d) Os movimentos
- e) A sensação térmica

ANEXO 3 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. O que é o Centro de Goiânia para você?
2. Se é comerciante, porque escolheu o Centro para abrir seu negócio? O Centro atendeu sua expectativa empreendedora? Cite aspectos positivos e negativos de ter um comércio no Centro de Goiânia.
3. Se frequenta o Centro em busca de cultura e conhecimento, quais lugares frequenta?
4. Porque vir ao Centro da cidade em busca de lazer? Você acredita que existe uma diferença entre os pontos de encontro do Centro com o resto da cidade?
5. Esses lugares respeitam as diferenças e diversidade cultural?
6. Como a cidade pode contribuir para a educação das pessoas que frequentam o Centro?
7. Você conhece a história do Centro de Goiânia?
8. O Centro te provoca memórias afetivas? Conte um pouco.
9. Com relação ao Centro, diga o que você gosta e que você não gosta?
10. O que você sente pelo Centro de Goiânia? Por quê?
11. Cite 3 espaços importantes para você no Centro de Goiânia e o que esses espaços representam para você.
12. Com que frequência você vem ao Centro?